

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
13 de Agosto de 1992
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 973
Director:
Carlos Brito

PCP

No rescaldo dos
Jogos Olímpicos

vai propor legislação

Págs. 10, 11 e 12

sobre Alta

Competição



da festa!

AMORA-SEIXAL • 4, 5 e 6 SETEMBRO

Faltam 3 semanas!

Mais notícias sobre a Festa/92

Páginas centrais

SÉRVIA

A intervenção militar não serve os interesses da Paz e dos povos

Pág. 9

A tentação da guerra na eleição americana

— artigo de Miguel Urbano
Rodrigues

Págs. 14/15

Verão do descontentamento britânico

— artigo de
Manoel de Lencastre

Pág. 13

Tempo de Antena do PCP na RTP

Dia 20
depois do Telejornal

Notícias
da
Festa
do «Avante!»

A crise

De perspectiva anunciada pelo que há alguns meses se clamava serem incorrigíveis «velhos do Restelo» a tentarem sombras sobre o cavaquismo triunfante a recessão económica transformou-se num dado de facto que já ninguém nega.

Pior ainda, esta crise que já se faz sentir tende inelutavelmente a agravar-se e os títulos dos jornais, os artigos dos comentadores e os discursos dos ministros anunciam vacas esqueléticas para 1993, tempos difíceis para todos os sectores, «desaceleramentos», «contenções», «contrações» e outros termos com os quais se pretende ocultar a evidência de piores dias para os portugueses.

O velhíssimo aforismo popular de que *zangam-se as comadres, descobrem-se as verdades*, recebe nestes tempos as habituais confirmações da sua sageza.

Os ministros iniciam o viático das recriminações mútuas. O ministro das Finanças «zanga-se» com o Banco de Portugal. O ministro da Indústria diz que a culpa é dos bancos (para depois dizer que afinal não é bem assim, mas estas piroetas são habituais no cavaquismo). Há inconfidências, preocupações, intrigas.

Os grandes interesses económicos agitam-se também. Tempo de crise em perspectiva, o sacudir de problemas começa, as exigências de apoios governamentais avolumam-se por partes dos que ainda há bem pouco clamavam que o mercado deveria ser dono e senhor das destinos económicos e que qualquer intervenção estatal tinha foros de horridas e ultrapassadas teorias económicas.

O furor privatizador do Governo derrapa, o entusiasmo para participar na venda ao desbarato do Sector Empresarial do Estado esmoreceu e os «dinâmicos empresários» cavaquistas metem-se nas encolhas.

A agricultura conheceu este ano o mais grave dos impactos pós-adesão à CEE. Os agricultores portugueses viram-se a braços com as consequências simultâneas das normas comunitárias a provocar a redução de preços e uma maior abertura do mercado nacional à produção estrangeira, com importações maciças de carne e a acção dos hipermercados e da sua política de compras, favorecendo a produção agrícola da vizinha Espanha nos produtos verdes e na fruta e obrigando a produção nacional a apodrecer na árvore ou nos armazéns.

Os produtores vinícolas enfrentam uma crescente sobreprodução sem escoamento, sem políticas comerciais que abram perspectivas de exportação e até a zona do Vinho do Porto conhece uma das mais agitadas e profundas crises das últimas décadas.

O turismo, espécie de panaceia que o arrivismo nacional-cavaquista erigiu no mais europeu dos produtos portugueses, igualmente conheceu em 1992 um dos seus piores anos, anunciando horas graves para os sectores que vivem a juzante e a montante.

No Algarve, a hotelaria coloca camas quase a preços de leilão e as

taxas de ocupação da estação alta atingem níveis quase desconhecidos. Os especialistas denunciam a total incompetência das promoções feitas a propósito da EXPO em Sevilha e já ninguém ignora que tudo o que a EXPO podia ter significado para o turismo algarvio funcionou exactamente ao contrário: nem mais ingleses, nem mais espanhóis, nem mercados escandinavos e - note-se bem - nem sequer mais portugueses, que também aqui a crise já é um facto.

Os inqueritos indicam que o número de famílias a fazerem férias de apenas algumas semanas, e acima de tudo, a fazerem-nas nas suas residências e deslocando-se às praias próprias (a afluência à Costa da Caparica é verdadeiramente exemplar), aumentou em flecha este Verão.

Como se tudo isto não fora suficiente, o caso Pedro Caldeira vem ainda dar o toque de oportunismo, de crime, de salve-se quem puder ao ambiente já carregado.

A burla na empresa corretora de um dos grandes agentes da especulação bolsista portuguesa comporta significados bem mais vastos do que as já de si bem pesadas incidências económicas e criminais do caso. Na nota da Comissão Política publicada no último número do «Avante!» sublinhava-se com clareza este facto.

Na verdade, é a demonstração de que o «novo português cavaquista», «homem de sucesso», «empresário triunfante» e patacoadas semelhantes não passa afinal do aventureiro recorrendo a alguns dos mais ancestrais «contos do vigário» e das mais ancestrais formas de agiotagem. Mas é a demonstração também de que tais casos medram no Portugal de Cavaco porque, afinal, não existe qualquer abismo a ser franqueado entre uma política oficial de esbulho das riquezas nacionais em benefício privado e o oportunismo individual de um especulador ambicioso.

E, para que não restem dúvidas, em todo o caso acotovelam-se nomes sonantes do *jet set* cavaquista e do PSD.

Resumindo, está adquirido que a crise já af está, que a recessão começou e que se irá agravar. 1993 vai ser um mau ano para os portugueses.

Mas esta crise, esta recessão tem, no discurso oficial e no discorrer da nossa Comunicação Social, um traço bem insólito: é que ninguém diz onde é que ela vem, porque é que ela se verifica e quem e o quê por ela são responsáveis.

É seguramente a crise mais elusiva, mais órfã, mais desamparada e inexplorada dos últimos tempos...

A recessão, segundo os tão peculiares suplementos económicos da imprensa portuguesa, apareceu porque sim. É uma espécie de nascimento de geração espontânea, a que nada deu origem nem encontra raízes seja onde for.

Este acriticismo militante sobre as razões e causas da anunciada recessão têm uma inevitável consequência: a total perplexidade quanto às medidas a tomar para a enfrentar. E que conduz a esta abúlica postura de achar

que os políticos e a política que conduziram à crise serão capazes de para ela encontrar soluções!

Ocultar, esquecer, não dar um passo para encontrar as causas de uma recessão inquestionavelmente anunciada deixa assim de ser uma insólita inépcia para passar a ser uma orientação deliberada: porque se se revelassem as causas e os responsáveis, o mais elementar bom senso indicaria que era preciso resolver umas e mudar os outros.

Porque a realidade é esta: a crise não caiu do céu aos trambolhões, não é uma inevitabilidade que malevolamente se abate sobre Portugal e os portugueses sem que nada nem ninguém para tanto tenha contribuído. A crise e a recessão que o País irá sofrer em 1993 são uma consequência inevitável da política cavaquista.

São um resultado inevitável do parolo furor neoliberal, responsável pela mais gigantesca crise atravessada pelas economias inglesa e norte-americana, e que também em Portugal sacrificou implacavelmente o sector produtivo ao sector financeiro e reduziu a capacidade de intervenção económica do Estado a dele fazer um centro de tráfico de influências em benefício de uma nova oligarquia dominante.

São o resultado inevitável do desmantelamento do SEE, deixando a economia portuguesa sem capacidade de defesa face às oscilações das economias mais poderosas e sem elementos correctores da própria dinâmica económica nacional.

São o resultado inevitável de uma integração europeia conduzida com a mais devastadora incompetência, superficialidade e servilismo, na total ignorância das necessidades de defesa do tecido económico e social português e na cega obediência aos ditames dos monopólios.

São o resultado inevitável do malbaratar dos apoios comunitários, vertidos vergenhosamente no enriquecimento de clientelas do Governo e não utilizadas para as reconversões do tecido económico português na indústria e na agricultura, deixando que, na hora do confronto com a concorrência europeia, o destino de milhares e milhares de empresas industriais e comerciais e de explorações agrícolas portuguesas seja a falência e o desemprego.

São, finalmente, o resultado de promessas não cumpridas, projectos adiados, de uma política de furiosa demagogia eleitoral quanto despuerada corrupção.

Mais ainda, são o resultado de uma política que marginaliza os produtores de riqueza, que penaliza o trabalho e os trabalhadores em benefício do capital, da especulação, do lucro fácil e rápido, da consumo sumptuário e da irresponsabilidade social.

Parece haver acordo geral sobre que a crise vem af. Para enfrentar as suas consequências é indispensável conhecer e intervir junto das suas causas. É indispensável outra política.

O cavaquismo conduziu Portugal à crise. Não será com o cavaquismo que Portugal dela sairá.



Incêndios de grandes proporções, sobretudo no Centro do País, provocam enormes prejuízos e fazem vítimas mortais

RESUMO

5
Quarta-feira

Em conferência de imprensa, a CGTP-IN apresenta dados sobre a situação de diversas empresas que contradizem o «cenário cor-de-rosa» apregoado por Cavaco Silva ■ É divulgada a composição final do Conselho Económico e Social ■ O presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e o dirigente da Renamo, Afonso Dhlakama, encontram-se em Roma, afirmando a vontade de estabelecer a paz no seu país ■ Depois de dois dias de greve geral, prosseguem na África do Sul as acções de massas convocadas pelo ANC para exigir do governo branco a partilha do poder.

6
Quinta-feira

É anunciada pelo Governo «uma ampla liberalização» do acesso das empresas aos empréstimos externos ■ Vereadores do PSD na CM de Lisboa criticam a presidência e a gestão da coligação maioritária ■ É dada a conhecer uma comunicação gravada a 1 de Maio pelo líder da resistência maubere, Xanana Gusmão, dirigida aos timorenses no exterior ■ Os «Médicos sem Fronteiras» apelam à ajuda alimentar maciça a favor da população da Somália, onde milhares de pessoas morrem de fome ■ A polícia mexicana detém Roberto Beltrán Félix, um dos narcotraficantes mais procurados no mundo ■ A cotação da libra atinge o nível mais baixo desde Outubro de 1990 ■ George Bush anuncia o estabelecimento de relações diplomáticas dos EUA com a Bósnia-Herzegovina, a Croácia e a Eslovénia.

7
Sexta-feira

O PCP/Madeira afirma que o escândalo das contas do parlamento regional põe em causa a autonomia e é desprestigiante ■ Um violento incêndio grassa na região de Arganil, provocando quatro mortos e destruindo habitações e dezenas de hectares de matas e floresta ■ A sida matou em Portugal 550 pessoas até 30 de Junho, revela o Instituto Nacional de Saúde ■ A Associação da Bolsa de Valores de Lisboa disponibiliza 20 mil contos para o arranque de um fundo de garantia do caso Caldeira e Tavmar ■ Número do INE mostram sérias dificuldades na indústria transformadora e no comércio nacionais no segundo trimestre de 1992 ■ Uma ponte em construção desaba sobre a auto-estrada Malveira-Loures ■ Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama assinam em Roma uma declaração conjunta prevendo o estabelecimento da paz em Moçambique até 1 de Outubro ■ Ramos Horta acusa a Indonésia de estar a preparar para o final de Agosto uma grande ofensiva contra a resistência maubere em Timor-Leste ■ A Câmara dos Representantes rejeita uma proposta que permitiria aos portugueses visitarem os EUA sem visto ■ O presidente jugoslavo propõe a criação de uma comissão, sob a égide da ONU, para averiguar a verdade sobre os campos de detenção.

8
Sábado

Um incêndio de grandes dimensões deflagra no distrito de Santarém ■ A União dos Sindicatos de Coimbra acusa a adminis-

tração da Gomase de ter uma acção político-pidesca para intimidar representantes dos trabalhadores ■ George Marchais, secretário-geral do PC Francês, inicia uma visita aos EUA ■ Milhares de brasileiros manifestam-se em São Paulo «Pela ética na política».

9
Domingo

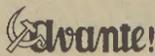
Os resultados semestrais da actividade bancária em Portugal fazem prever um período de recessão ■ Terminam os Jogos Olímpicos de Barcelona ■ Violentos combates entre facções islâmicas rivais levam milhares de pessoas a abandonar a capital afegã, Cabul ■ EUA, França e Grã-Bretanha acordam um texto para uma resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a Jugoslávia.

10
Segunda-feira

As estatísticas do Ministério do Emprego sobre sinistralidade no trabalho revelam um aumento dos acidentes mortais em 1991 ■ O ICEP divulga números que mostram um crescimento de 47% do investimento estrangeiro no primeiro semestre de 1992, relativamente à primeira metade de 1991 ■ Jacques Delors apela aos *doze* para que criem «uma perspectiva credível» de intervenção militar na Jugoslávia ■ As duas universidades de Seul são invadidas por 3500 polícias de choque para deterem estudantes que preparavam manifestações a favor da reunificação da Coreia ■ Com o regresso do cosmonauta francês e de dois russos, termina a primeira missão espacial de um conjunto de cinco a realizar até ao ano 2000.

11
Terça-feira

O CDS exige ao ministro das Finanças, Braga de Macedo, que esclareça o seu envolvimento no processo de atribuição de fundos agrícolas a uma herdade no Alentejo de que é proprietário; os centristas reservam-se o direito de recorrer à Procuradoria-Geral da República, caso as explicações não sejam satisfatórias ■ Os funcionários do Hotel Sheraton em Lisboa marcam um plenário para 24 ou 25 do corrente, onde poderão vir a decretar uma greve, caso a empresa mantenha a intenção de despedir 16 trabalhadores, por alegadas dificuldades financeiras ■ Três associações de defesa do ambiente - Geota, Liga para a Protecção da Natureza e Quercus - anunciam a sua intenção de lutar contra a localização da nova ponte sobre o Tejo, entre Sacavém e o Montijo ■ O PCP anuncia, em conferência de imprensa, que vai apresentar na AR um projecto de lei sobre alta competição ■ Jonas Savimbi cancela encontro marcado com o secretário-geral do PS, António Guterres, que efectuou uma visita de quatro dias a Angola ■ Os EUA e a Grã-Bretanha garantem o apoio da generalidade dos membros do Conselho de Segurança da ONU para o seu projecto do uso da força na Bósnia-Herzegovina, para protecção de corredores humanitários ■ A Rádio Vaticano desmente que o Papa se tenha pronunciado a favor de uma intervenção militar na Bósnia ■ George Bush promete a Israel uma ajuda de dez mil milhões de dólares, para lhe permitir manter a «superioridade qualitativa» no domínio militar.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

TRABALHADORES

Na prática, «rentabilizar» significa despedir

Menos 6 mil postos de trabalho na EDP

«Rentabilizar os recursos humanos da EDP», fórmula escolhida pelo porta-voz do gabinete do secretário de Estado da Energia, para dizer à agência Lusa que não haverá despedimentos na EDP como consequência do seu desmembramento, não difere da expressão «reduzir em cerca de seis mil os postos de trabalho», usada pela FSTIEP (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal) para discordar em 5 de Agosto do secretário de Estado, que «reafirmou a intenção do Governo de desmembrar, privatizar e despedir na EDP», reafirmou segunda-feira ao «Avante!», José Machado, da Comissão Executiva daquela Federação.

Segundo o porta-voz da mesma Secretaria de Estado, a EDP deverá ser dividida em três empresas para os sectores de produção, distribuição e transporte, controladas por uma «holding», como aconteceu com a Quimigal. Quanto ao pessoal, a mesma fonte acrescentou que se procurariam acordos com os trabalhadores, refere a Lusa, para rescisão, pré-reforma ou reforma antecipada, «para rentabilizar os recursos humanos na EDP».

José Machado recordou que a empresa emprega hoje 19 mil pessoas. De há três anos a esta parte já desapareceram 3 mil postos de trabalho na EDP. Quando o

quadro era de 22 mil já a «reestruturação» apontava para 14 mil. São, por conseguinte, seis mil os trabalhadores ameaçados de despedimento, só que a Secretaria de Estado da Energia emprega outra designação para o mesmo efeito.

A FSTIEP sublinha as mesmas preocupações que tinha antes da reunião com o secretário de Estado, a semana passada. Refere designadamente «a degradação do serviço prestado pela EDP, o agravamento das tarifas e também (preocupações) sobre as regalias e direitos consagrados no acordo de empresa e no estatuto unificado do pessoal».

Redução dos feriados Desacordo total

A CGTP-IN manifestou a semana passada desacordo total quanto ao diploma do Governo que projecta reduzir o número dos feriados nacionais. «Não há justificação para mexer nos feriados, mas a mexer, isso deverá ser feito de uma forma séria, aumentando as compensações», disse Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Central.

O dirigente da CGTP, que falava numa conferência de Imprensa, sublinhou que o diploma remete apenas para considerações de «vertente económica, sacrificando a maioria do povo português». O Governo é acusado, neste caso, de «estabelecer uma lei que se sobrepe à negocia-

ção colectiva», pois pretende não só reduzir os feriados, como eliminar o feriado facultativo de terça-feira de Carnaval, não podendo o mesmo ser negociado em sede de convenção colectiva, instituindo, ao mesmo tempo os feriados de segunda, que descaracterizariam o 5 de Outubro, o 1 de Dezembro e o 25 de Abril.

Além disso, as «pontes são negociadas todos os anos, o que nunca criou problemas». Daí o Governo não ter, segundo Carvalho da Silva, qualquer «justificação para esta lei», quando em Portugal «estamos abaixo da média do número de feriados dos países da Comunidade».

Depois de acentuar que «a maioria do Governo permite o desrespeito das leis, mas a sociedade deve travar isso», o coordenador da CGTP protestou contra a «insistência e o agravamento da política de contenção salarial» do Governo. A «situação» social no nosso país está «pior e tende a agravar-se», disse Carvalho da Silva ao alertar para o «aumento dos despedimentos colectivos, do encerramento de empresas e do número de trabalhadores com salários em atraso». A situação é «particularmente grave» na indústria, não estando a ser cumpridas as promessas do Governo, concluiu.

Salários da FP Sindicatos em «sintonia»

As organizações sindicais da comissão negociadora da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública apelaram em 6 de Agosto às outras duas organizações sindicais do sector para que se mantenha «uma sintonia de posições» na sua acção como parte negociadora dos salários para o próximo ano. O apelo é dirigido à Frente Sindical para a Administração Pública (FESAP/UGT) e ao Sindicato dos Quadros Técnicos (STE). A Plataforma reúne, como se sabe, associações sindicais da CGTP.

Maria do Carmo Carboila,

da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, disse à Lusa, após reunião da comissão (Plataforma), que «é importante que se mantenha esta consonância para as negociações salariais que se inici-

am em Setembro», depois de o ministro das Finanças se ter antecipado com uma proposta imediatamente recusada pelas associações sindicais, pois prevê aumentos da ordem dos 4,5 a 5,5 por cento para 1993.

De novo em causa as bandeiras azuis

Após um conflito com seis anos, e mais uma reunião com o Governo em 10 do corrente, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública afirmava segunda-feira que continuava por solucionar o diferendo que opõe técnicos auxiliares sanitários ao Governo.

Embora — sublinha a FNSFP — exista já sobre o assunto um projecto de diploma, a verdade é que ele não foi ainda publicado.

A ausência de uma solução, acrescenta, pode conduzir a falta de acordo a uma nova greve.

Segundo a FNSFP, «em pouco mais de um ano (Maio de 1991 a Julho de 1992) verificaram-se mais de 150 dias de greve, que impediram a atribuição de 50 bandeiras azuis» no ano passado.

Num curto comunicado emitido segunda-feira, a Federação sublinha que «a ser decidido novo período de greve» — o que poderá ter sucedido ontem — as consequências serão ainda mais graves na atribuição de bandeiras azuis às praias portuguesas no próximo ano, visto que «a adesão verificada às greves que este ano se desenvolveram foi mais significativa que as verificadas no ano passado».

Conforme se sabe, cabe àqueles técnicos a recolha de avaliação da qualidade das águas do mar, de modo a que a Comunidade possa atribuir as sobreditas bandeiras. De acordo com a FNSFP, tem sido maior este ano o número de recolhas por efectuar.

Viabilizar a Tomé Féteira

Uma proposta apresentada pelo administrador judicial, quinta-feira passada, foi aceite pela assembleia de credores da Fábrica de Limas Tomé Féteira, na Marinha Grande. De acordo com fonte sindical citada pela Lusa, a empresa laborará durante dois anos sob gestão controlada. O Sindicato dos Trabalhadores das

Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Leiria acrescenta que a actual administração foi destituída. A assembleia de credores nomeou em sua substituição uma comissão administrativa de três membros e uma comissão fiscalizadora de cinco elementos, um deles em representação dos trabalhadores.

Guardas florestais anunciam novas greves

Se o Ministério da Agricultura não retomar entretanto as negociações de revalorização da carreira, os guardas florestais entrarão em greve nos dias 15 e 20 de Agosto. À semelhança do que sucedeu em 22 de Julho, a vigilância das florestas será afectada. Em 15 de Agosto

abre oficialmente o período da caça. A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública responsabiliza o Ministério pelos prejuízos que venham a resultar das paralisações e o Sindicato do Centro (STFPZC) diz que «o Governo brinca com o fogo».

Pensões na Suíça

A projectada alteração da lei sobre o levantamento do capital acumulado nas caixas de pensões pelos emigrantes que saíram definitivamente da Suíça está a causar «um misto de indignação e insegurança» na comunidade portuguesa naquele país e entre os trabalhadores estrangeiros em geral. A CGTP revelava em 6 de Agosto que número elevado de emigrantes já se demitira dos seus empregos a fim de poder recuperar esses capitais antes que a lei suíça o

impeça.

Em Julho houve em Berna uma «grande manifestação» contra essa medida do Governo, acrescenta a CGTP. Foi enviado aos governantes suíços um documento solicitando a possibilidade de os emigrantes poderem continuar a beneficiar do «direito actual ao pagamento dos fundos, quando da saída definitiva da Suíça».

A CGTP-IN apoia as reivindicações e acompanha a evolução do problema.

Despedimento no Sheraton

Dezasseis trabalhadores do Sheraton, hotel de Lisboa, acabam de ser notificados com despedimento colectivo. As suas organizações representativas pediram sexta-feira uma reunião no Ministério do Emprego e Segurança Social para discutirem a situação. De acordo com a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal, a administração alega a informatização das secções, extinção de alguns serviços e dificuldades financeiras. A Federação acusa a administração do hotel de já há algum tempo «violiar sistematicamente» os direitos dos trabalhadores, recusando-se a pagá-lhes ausências justificadas e impedindo-os de gozar as férias legais. É de prever que os trabalhadores reajam com formas de luta à situação.

Intimidação na Gomase

A administração da Gomase, uma empresa de materiais de construção do distrito de Coimbra, é acusada pela União dos Sindicatos (USC) de exercer uma acção intimidatória sobre dois elementos da Comissão de Trabalhadores, que submeteu a processos disciplinares onde pretende «pôr em causa os postos de trabalho daqueles que exercem um direito legal e constitucionalmente consagrado». A União dos Sindicatos de Coimbra acusa ainda «representantes da administração da empresa» de exercerem «acção polficio-pidesca», chegando ao ponto de «vigiar, fora do horário de trabalho, as actividades particulares, assim como as actividades inerentes à função de representantes dos trabalhadores». Num comunicado referido pela Lusa em 3 do corrente, a USC acrescenta que a CT da Gomase e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cerâmica, Cimento e Vidro do Distrito de Coimbra já expuseram a situação à Inspeção-Geral do Trabalho.

Ensino Superior Universidade ainda não é para todos

A extinção da PGA e a aprovação pelo Governo de profundas alterações no regime de acesso ao Ensino Superior vieram dar razão a quantos - estudantes, professores, organizações sindicais e políticas, em que é justo destacar a posição adoptada pelo PCP e pela JCP - desde a primeira hora se manifestaram de forma muito crítica em relação a um sistema de acesso particularmente injusto e a uma prova pedagógica e cientificamente errada. Mostram também a importância da luta travada durante anos. E ilustram quanto a obstinação do PSD e do próprio primeiro-ministro no sistema agora alterado foi um mau serviço prestado ao País e em particular às jovens gerações que sofreram os seus perniciosos efeitos.

Embora o novo Regime de Acesso ao Ensino Superior aprovado pelo Governo se aproxime em algumas soluções de orientações estabelecidas na Lei de Bases do Sistema Educativo - o que constituiu uma insistente reclamação política do PCP - o facto de ter sido mantido o sistema de *numerus clausus* no acesso ao Ensino Superior representa à partida o aspecto mais negativo e basicamente injusto a apontar. Isso significa que o acesso ao ensino superior vai continuar a ser vedado a muitos estudantes apesar de demonstrarem capacidade para a sua frequência. Aspecto que é tanto mais grave quanto tem vindo a aumentar nos últimos anos e de modo significativo o número de alunos deixados de fora nessas circunstâncias:

as: 13 881 no ano lectivo de 1987/88, 18 392 em 1988/89 e 31 841 em 1989/90.

O sistema não eliminatório de que o Regime de Acesso aprovado pelo Governo se reclama assume, nestas circunstâncias, um carácter particularmente falso e perverso. Porque teoricamente todos os alunos que completarem com aproveitamento o ensino poderão entrar no ensino superior. Mas, na prática, a maioria dos que pretendem frequentar estabelecimentos públicos de ensino superior não dispõem de vagas para se matricular e na matrícula nas escolas privadas do ensino superior acabam por pesar os critérios ligados às condições socioeconómicas de cada estudante. Desta forma irá continuar a verificar-se no acesso aos estabelecimentos públicos de ensino superior a eliminação de alunos mesmo com elevadas classificações e a simultânea admissão em escolas privadas do ensino superior de alunos situados no nível mais baixo da escala classificativa.

Outro aspecto que, no sistema de acesso ao ensino superior recentemente aprovado pelo Governo, é passível de crítica diz respeito à realização de um exame nacional de aferição das classificações obtidas no ensino secundário.

O Grupo de Trabalho para o Ensino Superior do PCP pronuncia-se no sentido de que a indiscutível necessidade de correcção de injustiças relativas que são cometidas quando se verifica a atribuição, conforme os estabelecimentos de ensino, de classificações anormalmente altas ou anormalmente baixas no ensino secundário, pode ser realizada sem a necessidade de recurso à realização de um exame nacional. E pronuncia-se no sentido proposto no projecto de lei n.º 7/VI do PCP apresentado na Assembleia da República (que extingue a PGA e cria um novo Regime de Acesso ao Ensino Superior) de adopção para esse efeito de um

método de correcção estatística das classificações do ensino secundário mediante o confronto das respectivas médias com as obtidas pelos mesmos alunos nas provas específicas de candidatura ao ensino superior. De notar, em abono desta solução que evitaria aos alunos a realização do exame nacional de aferição, que está previsto que o programa de cada prova específica não exceda o programa oficialmente em vigor no ensino secundário.

Não pode igualmente deixar de ser referida criticamente a fuga ao debate público dos problemas do ensino superior patenteada pelo Ministério da Educação ao precipitar a aprovação pelo Conselho de Ministros do novo Regime de Acesso ao Ensino Superior numa altura em que estavam apreendidos pelos principais partidos políticos representados na Assembleia da República projectos de lei sobre a mesma matéria.

Pela sua parte o PCP não abdicará da intervenção legislativa da Assembleia da República em relação ao regime de acesso ao ensino superior e irá procurar que esse debate, agora abrangendo também as orientações contidas no diploma do Governo, possa ter lugar após a reabertura da actividade parlamentar.

O Grupo de Trabalho para o Ensino Superior do PCP manifesta uma vez mais a necessidade e a importância de ser empreendido um amplo debate em torno dos problemas do ensino superior em Portugal que aprofunde a análise da política que o PSD tem vindo a prosseguir e que é responsável pelos grandes estrangulamentos estruturais que se verificam e que permita perspectivar linhas de orientação que, com respeito pela autonomia universitária, assegurem quer a expansão quantitativa quer um salto qualitativo no conjunto do sistema.

6 de Agosto de 1992

O Grupo de Trabalho para o Ensino Superior do PCP

Gestão do PS no Porto Opta pelo espectáculo político

A Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP promoveu na semana passada uma conferência de imprensa no decorrer da qual fez várias críticas à política autárquica do PS que acusa de ter optado «pelo espectáculo político como forma de esconder a não resolução dos principais problemas da população, o acentuar das diferenças sociais, a exclusão das camadas mais desfavorecidas, o prosseguimento da desumanização da cidade».

Na conferência de imprensa, participaram José Timóteo, do secretariado permanente da DORP, Lusitano Correia, da comissão permanente da DOCP, membro da AM Porto e vice-presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, e Rui Dias, da comissão permanente da DOCP.

Os comunistas consideraram que a recente revisão do orçamento na Assembleia Municipal «acentua e agrava opções que desde a primeira hora deste executivo temos criticado e combatido», afirmando que «é toda uma concepção de desenvolvimento assente nas grandes obras, na alienação do património, em prioridades discutíveis e que secundariza a esmagadora maioria da população do Porto».

Entre os exemplos apontados destaca-se a desvalorização, no novo orçamento, «das verbas previstas para habitação, que se traduzirá num atraso real no cumprimento do plano de construção das 2356 habitações sociais com protocolo já assinado com o Governo. Esta medida significa que a habitação não é a primeira prioridade desta Câmara, inversamente ao que é proclamado».

O PCP recordou que «a cidade já perdeu, nos últimos dez anos, 30 mil habitantes», na sua maioria elementos «das classes mais desfavorecidas e das camadas intermédias». Interrogando «onde estão as 100 habitações/ano prometidas às populações do

centro histórico», a DOCP critica a construção, em curso no Monte Aventino, de instalações exclusivamente destinadas ao Ténis, «face à carência evidente de equipamentos desportivos na cidade para a prática das mais diversas modalidades».

Ainda no campo desportivo, a DOCP condena a «continuação de gastos com o Pavilhão Rosa Mota, cuja primeira estimativa foi de 300 mil a 400 mil contos e onde já se gastaram perto de um milhão e meio de contos, sem a correspondente rentabilização social».

A recuperação do centro histórico é igualmente motivo de descontentamento, por avançar a «ritmo de caracol» e por a câmara alienar as suas competências próprias, meios e património a favor da Fundação Sé-S. Nicolau.

No capítulo dos transportes, a DOCP salienta que é «uma das áreas mais sensíveis para o quotidiano das populações», mas a revisão orçamental dedica a parte de leão aos parques de estacionamento centrais, que objectivamente incentivam o acesso automóvel ao centro da cidade». Entretanto, «continua por fazer um estudo integrado das opções de transporte, mantém-se o silêncio sobre a construção de parques periféricos e não se vêem medidas que deem a prioridade necessária aos transportes públicos». O PCP qualifica de «deprimente» a situação no que respeita à rede pública de educação pré-escolar, da qual beneficiam apenas 150 crianças da cidade.

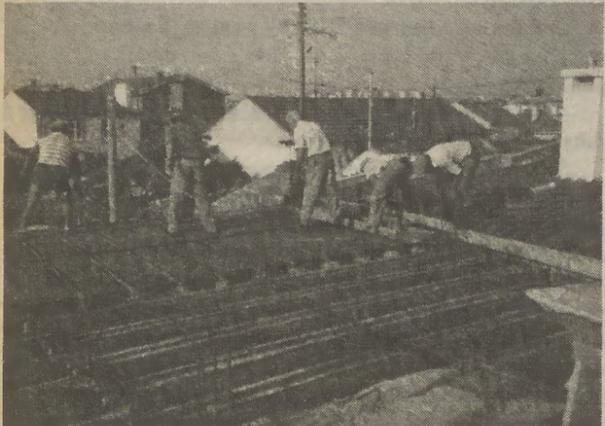
Na conferência de imprensa foi também explicada a razão da abstenção da CDU na venda em hasta pública da Pedreira da Trindade. Para os comunistas, «não está em causa a necessidade da obra, que o PCP e a CDU sempre propuseram e defenderam» mas face à escassa informação que foi facultada, o processo foi considerado «pouco claro e transparente». A DOCP questiona como foi possível, «aparecendo um único concorrente (de cuja capacidade até o Executivo duvidava) acabam entretanto por ser duas as entidades arrematantes, embora juntas na aquisição do terreno e, pelos vistos, na execução da obra».

Foi mais uma vez abordada a situação na Junta de Freguesia de Aldoar, onde foi detectada a utilização das instalações da Junta com fins lucrativos com base no trabalho infantil, inclusive nocturno, em condições de insalubridade. O PCP, que desde logo condenou frontalmente o ocorrido, voltou a exigir o apuramento das responsabilidades.

SOTIMA encerra

Uma nota da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP indica que a empresa SOTIMA, em Proença-a-Nova, vai mesmo ser encerrada. Esta unidade foi fundada em 1983 e empregava mais de 250 trabalhadores, que agora vão ser lançados ao desemprego.

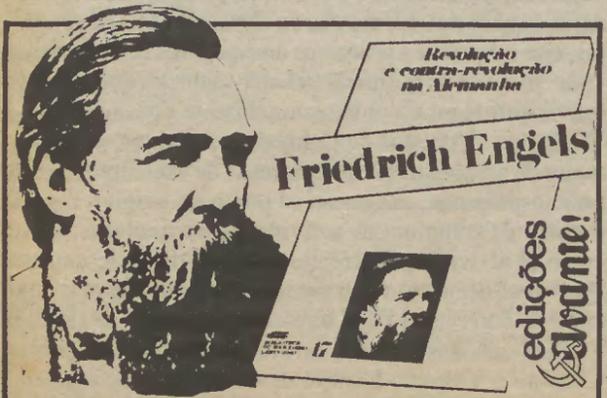
A mesma nota dá notícia de várias iniciativas do Partido, realizadas recentemente, destacando-se dois convívios de pesca, na Barragem da Idanha e em Vila Velha de Ródão, que reuniram mais de uma centena de pessoas. A DOCP refere ainda a realização da 3ª Assembleia de Organização Concelhia da Covilhã, em Junho passado, em que participaram 66 delegados que elegeram a nova Comissão Concelhia.



Obras no CT de Tires

As obras no centro de trabalho de Tires, iniciadas em Abril passado, entraram este mês na sua fase final. No passado dia 2 de Agosto, cerca de 30 camaradas e amigos encheram a placa das futuras instalações do Partido na freguesia.

O projecto está, porém, ainda longe de chegar ao fim, razão por que continua a ser distribuída uma tarjeta da Comissão de Freguesia que apela a todos os militantes e democratas para que, dentro das possibilidades de cada um, contribuam para custear as obras em curso, que criarão melhores condições de trabalho e de convívio no centro do PCP.



Estrada desclassificada

Na sequência do requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República, sobre o estado da estrada EN 313, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações respondeu que quanto ao seu conserto e reparação nada está previsto. O Ministério alega que a EN 313 foi desclassificada, deixando de fazer parte da rede rodoviária nacional, apesar de constituir o eixo de ligação prioritário e preferido entre Vila Real e a Régua e o centro e sul do País.

Num comunicado da Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP, sublinha-se que «é mais um estratagemma do Governo que transfere responsabilidades para

as autarquias sem estretanto transferir contrapartidas financeiras. As autarquias ficam com mais encargos e com o odioso que resulta da progressiva degradação das estradas municipais».

Entretanto, prossegue a nota, «as câmaras municipais da Régua e de Vila Real poderiam recorrer ao PRODAC», mas não o fizeram preferindo «a submissão ao Governo e o abandono dos interesses das populações». A DORVIC condena esta maneira de fazer política pelos referidos executivos camarários do PSD e alerta as populações afirmando que «este tipo de lances são também a causa dos problemas e do atraso desta região transmontana».

Comunistas exigem estado de calamidade para zonas ardidas

A Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP veio a público exigir que seja declarado o estado de calamidade nas regiões mais afectadas pelos incêndios. Para a esta organização regional do PCP «os enormes prejuízos já verificados com os grandes incêndios dos dias 6, 7 e 8 de Agosto no distrito de Coimbra (cuja área ardida é estimada provisoriamente em mais de 10 mil hectares) exigem medidas imediatas que os minimizem».

Os comunistas consideram também necessário fazer o «levantamento dos prejuízos nas matas ardidas e em habitações, explorações agrícolas e pecuárias, instalações industriais e oficinas», e reclamam o «pagamento de indemnizações compensadoras; incentivos ao rápido corte das madeiras ardidas; fixação de um preço justo para os salvados, abertura de parques para a sua recolha e o seu pagamento a pronto».

Na nota divulgada à comunicação social a DORC chama a atenção

para os «grandes incêndios que têm estado uma vez mais a destruir vastas áreas de matas e florestas no distrito de Coimbra. O maior deles chegou a atingir simultaneamente os concelhos de Arganil, Vila Novas de Poiares, Góis e Lousã e causou a perda de quatro vidas humanas para além de incalculáveis prejuízos materiais. Habitações e aldeias arderam ou estiveram gravemente ameaçadas e, de novo, os soldados da paz de dezenas de cooperações fizeram sacrificadamente e com risco das suas vidas frente às chamas».

A DORC recorda que «na década de 80 arderam no nosso país mais de 850 mil hectares de matas e de povoamentos florestais, correspondendo a mais de um quarto da floresta portuguesa, cujos prejuízos globais foram avaliados em 50 milhões de contos. Só no ano de 1990 arderam 125 mil hectares, dos quais 11 900 pertenciam a áreas protegidas. As consequências de tal catástrofe tradu-

zem-se em economias serranas e famílias arruinadas, habitações e aldeias destruídas, perdas de vidas humanas, erosão e desertificação de vastas áreas queimadas com a ruptura dos respectivos ecossistemas».

O PCP afirma que os prejuízos neste sector produtivo e na economia nacional são da maior importância já que «a floresta portuguesa contribuiu, só em 1990, com 306 milhões de contos para o valor das exportações do país, ou seja, com 15 por cento do total; e em 1989 suportava uma fileira industrial com uma produção bruta estimada em 416 milhões de contos e 100 mil postos de trabalho».

Os comunistas denunciaram que «todos os anos, pouco tempo antes do começo do Verão, o Governo propagandeia medidas de prevenção e combate aos fogos, anunciando ou insinuando que a situação irá melhorar. Entretanto, todos os anos, em contradição com esta propaganda, a nossa floresta continua a



arder e desenvolvem-se cada vez mais as terríveis consequências desse facto».

O PCP critica ainda as declarações na televisão do ministro da Administração Interna que fez o seu «autoelogio e do Governo, proclamando como facto positivo o Orçamento de Estado ter incluído pela primeira vez a quantia de 750 mil contos para a prevenção de fogos florestais».

Como indica do texto da DORC, «para além da desproporção entre esta verba e as necessidades reais, tal afirmação procura escamotear a incompetência e a imprevidência de um executivo que já governa com maioria absoluta há cinco anos e o facto de o PSD ter participado e detido decisivas responsabilidades em

todos os governos dos últimos 13 anos».

O PCP salienta a este propósito que «para enfrentar uma época de fogos há que tomar medidas muitos meses antes, designadamente estimulando e procedendo à limpeza dos matos e aos desbastes, ao levantamento de meios, à reparação e aquisição de equipamentos, à dotação, ao treino e ao aperfeiçoamento da coordenação entre os diversos agentes que intervêm no combate aos fogos florestais». Criticando a acção dos governantes, o PCP afirma que o Governo PSD «não pode levianamente, como tem feito, alijar responsabilidades para outras entidades, designadamente autarquias e corporações de bombeiros que, entretanto, não apoia suficientemente».

Outras medidas são apontadas como necessárias: «o ordenamento florestal, o fomento do associativismo dos produtores, a reposição da floresta tradicional que crie condições para a silvo-pastorícia e trave a desertificação das aldeias serranas, a defesa e a aplicação das leis dos baldios, o incentivo à floresta de uso múltiplo e de madeiras nobres de crescimentos lento, o combate à monocultura e à expansão desenfreada do eucalipto». A ausência e o adiamento constante destas medidas de fundo constituem para os comunistas prova de «falta de vontade política do Governo PSD e pela sua subordinação aos interesses de poderosos grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais».

PCP condena Gastos abusivos no parlamento madeirense

A Comissão Executiva do PCP na Madeira considerou que o «escândalo que atingiu o parlamento madeirense é desprestigiante e põe em causa a autonomia regional».

A posição dos comunistas madeirenses foi expressa no decorrer de uma conferência de imprensa realizada a semana passada, em que foi analisada a situação resultante da sentença do Tribunal de Contas sobre as despesas da Assembleia Regional no que respeita ao pagamento ilegal de passagens aéreas e negócios sem concurso.

Os comunistas recordaram que estas situações tinham já sido denunciadas quando o PCP ainda estava representado no parlamento madeirense.

No encontro com os jornalistas, o PCP classificou de caricata a atitude adoptada por Aberto João Jardim que, «contrariando o que tem sido hábito, agora pretende ser só presidente do Governo e quer fazer crer que nada tem a ver com o comportamento dos seus correligionários na

Assembleia Legislativa Regional».

João Lizardo, membro do executivo da DORAM do PCP, referiu que as notícias sobre este assunto «embora não constituam novidade, são importantes porque recaiu sobre essa matéria uma decisão judicial que desfaz todas as ambiguidades e demagogia com que o PSD pretende ocultar a sua escandalosa actuação em matéria de dinheiros públicos».

O PCP salienta ainda que apesar das posições tomadas públicas pelo PSD, «todos os cinco condenados neste processo tiveram as devidas faculdades de defesa, embora pretendam esconder terem nele confessado a existência de graves irregularidades no funcionamento da ALR nas matérias que lhes dizem respeito».

Os membros da Comissão Executiva presentes lamentaram também e manifestaram surpresa pelo facto de nesta questão se encontrar envolvido um elemento de um partido da oposição, membro do con-

selho de administração da Assembleia Regional.

Foi igualmente criticada a atitude do deputado socialista acusando «todos os deputados do seu grupo parlamentar, sem qualquer excepção», de estarem «comprovadamente implicados na ilegal utilização de passagens aéreas, gastando abusivamente o dinheiro dos contribuintes».

Os dirigentes comunistas sublinharam que o PCP se considerava «cabalmente qualificado para se pronunciar sobre estas matérias», porque durante os oito anos em que teve assento parlamentar, o seu deputado revelou «um comportamento acima de qualquer crítica, de coragem na denúncia da abusiva utilização dos dinheiros públicos e de permanente dignificação do papel da Assembleia Regional. Nos últimos quatro anos, após a saída do deputado do PCP, o funcionamento da Assembleia Regional baixou de nível e os escândalos sucederam-se uns atrás dos outros».

CNA reivindica lugar no CES

Numa nota recentemente divulgada, a CNA, Confederação Nacional da Agricultura, condena as notícias vindas a público que apontam para a sua exclusão do Plenário do Comité Económico e Social, órgão constitucional de consulta e concertação no domínio das políticas económica e social.

Segundo declarações do próprio presidente do CES, os dois únicos lugares ainda por preencher no Plenário do CES e destinados a organizações empresariais de âmbito nacional «foram oferecidos à CIP e à CCP, que junto com a Confederação dos Agricultores de Portugal, CAP, já disputam à partida e sem rateio, de seis lugares», afirma o comunicado.

Em consequência, a CNA, que «a devido tempo, fundamentadamente e nos devidos

conformes» apresentou a sua candidatura a «pelo menos um desses dois lugares» vê-se excluída do Plenário do CES.

A CNA sublinha que «a confirmar-se esta decisão da responsabilidade directa do dr. Nascimento Rodrigues, primeiro presidente do CES e actual deputado do PSD, tal representará mais um absurdo e inadmissível acto de pura discriminação e, assim, da larga maioria dos agricultores portugueses», em particular das explorações ou empresas agrícolas familiares que a CNA defende e representa. Esta organização salienta que vai fazer tudo para que «mais cedo ou mais tarde, sejamos reconhecidos pelos senhores governantes como parceiro social de pleno direito».

Delegação do MDM recebida na CIDM

Uma delegação do Movimento Democrático das Mulheres, composta por Paula Coelho, Dulce Rebelo e Fernanda Mateus, esteve reunida em 4 de Agosto, com a presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), dr.ª Ana Vicente.

Este encontro, solicitado pelo MDM visou a divulgação dos objectivos, funcionamento e conclusões do seu 4.º congresso nacional, realizado em Maio passado.

As representantes do MDM abordaram temas como «a relação entre o processo de libertação das mulheres e a democratização e humanização da sociedade, a interdependência entre os direitos das mulheres o desenvolvimento e a qualidade de vida, bem como a actualidade da intervenção do movimento feminino e do reforço da acção convergente das mulheres em defesa dos seus direitos».

O MDM salientou a «urgência da aprovação na especialidade do projecto de lei que prevê o reconhecimento do estatuto de parceiro social, com direito a tempo de antena, às organizações femininas, da regulamentação da lei de protecção às mulheres vítimas de violência e a necessidade de promoção do trabalho e do emprego das mulheres e a redução do horário de trabalho para 40 horas».

No encontro verificou-se a «convergência de opiniões entre as duas delegações face à necessidade de denunciar e alertar os jornalistas e as direcções dos jornais e da televisão para a utilização de imagens distorcidas da mulher, a banalização de actos de violência, a falta de espaço e até silenciamento da actividade e opiniões das organizações femininas, por parte destes órgãos de informação».

COMUNIDADE EUROPEIA

FMI preconiza recessão para a CEE

O Fundo Monetário Internacional (FMI) considera que a implementação dos planos de convergência dos Doze para a concretização da União Económica e Monetária (UEM) terá um carácter recessivo, que se traduzirá na perda de crescimento anual da Comunidade entre 0,4 e 0,8 por cento, entre 1993 e 1996.

Estas previsões, que constam de um estudo confidencial revelado no final de Julho pelo diário francês "Liberation", resultam de cálculos efectuados com base num modelo econométrico multimodo. O cenário de recessão provocou de imediato reacções de protesto da Comissão Europeia e levou já o director-geral do FMI, Michel Camdessus, a tentar emendar a mão, reme-

tendo para Setembro uma tomada de posição "positiva" sobre as consequências do tratado de Maastricht.

Segundo disse Camdessus, o tratado "é bom para um crescimento económico saudável", e "traz uma melhor solução" para 'cancros' da economia, como os défices públicos e a inflação com que se debate a CEE, do que "as tentativas solitárias" de uns e de outros. Aquele responsável acrescentou ainda que as próximas previsões do FMI para os próximos 18 meses, a divulgar em Setembro, serão "menos pessimistas" que o mais pessimista dos cenários referentes aos efeitos de ajustamentos orçamentais impostos pelos acordos de Maastricht, constante do estudo divulgado pelo "Liberation".

Também a Comissão Europeia se apressou a desmentir os efeitos recessivos a médio prazo decorrentes das políticas de convergência para a UEM. Para os peritos da Comissão, o FMI utilizou um método "pouco eficaz e muito pouco fiável em períodos de mudança rápida", ao contrário da CE que efectuou os seus cálculos com base nos planos de convergência já apresentados por alguns Estados-membros, entre os quais Portugal.

Afirmando que "os cenários do FMI são extremistas e irrealistas, porque extrapolam comportamentos dos Estados-membros", os peritos da CE prevêem que o crescimento económico anual da CEE diminuirá de 2,3 por cento em 1992 para

2,2 por cento em 1993, o ano que conjuntamente consideram mais negativo para os Doze, mas crescerá entre 2,5 e 3 por cento a partir de 1994.

Entre pessimismos e optimismos, o certo é que, de acordo com Maastricht, os Doze terão de obedecer a critérios muito restritos para criar as condições necessárias ao lançamento de uma moeda única até Janeiro de 1999. Em particular, todos os países da Comunidade têm de conseguir um défice público inferior a três por cento do Produto Interno Bruto (PIB), uma dívida pública inferior a 60 por cento do PIB e uma inflação que não poderá exceder em mais de 1,5 pontos a média dos três países com melhores resultados económicos.

Desarmonia fiscal

Os Doze não chegaram a acordo sobre o 'dossier' da abolição das fronteiras fiscais, inviabilizando a sua adopção formal. O anúncio foi feito em Bruxelas por um porta-voz da presidência britânica, no final do mês passado, segundo o qual o impasse ficou a dever ao facto de tanto a Espanha como a França terem decidido manter as respectivas reservas em relação ao acordo.

Recorda-se que a matéria em debate abrange um conjunto de directivas visando harmonizar as taxas do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), bem como as taxas e impostos específicos sobre os consumos de combustíveis, tabaco e bebidas alcoólicas, necessárias para a

entrada em vigor do mercado interno, em 1 de Janeiro de 1993.

No respeitante ao IVA - única matéria do pacote fiscal a recolher consenso - o acordo prevê que os Estados mantenham a taxa normal mínima a 15 por cento durante o período de transição até 1996, altura em que será decidida a manutenção ou alteração da taxa mínima. Quanto aos outros impostos, o que está em jogo são os interesses dos vários países em produtos alvo de "pirataria" (caso do 'xerez' espanhol que tem a sua versão inglesa no 'sherry' a preço muito mais baixo ou dos imensos 'portos' à venda por essa Europa) e as enormes divergências entre os impos-

tos aplicados aos produtos em causa.

As decisões, que se arrastam há cinco anos, têm de ser tomadas por unanimidade e na sua totalidade, pelo que tudo leva a crer que a presidência britânica recorreu a uma manobra de diversão para evitar a respectiva aprovação sem ficar com tal responsabilidade.

Com efeito, no passado dia 27, o ministro das Finanças britânico, Norman Lamot, anunciou, no final da reunião do Conselho de ministros convocada expressamente para tratar da harmonização fiscal, a obtenção de um "acordo provisório", apenas dependente do levantamento das reservas de Espanha e da França, no prazo de três dias.

Esta espécie de ultimato não agradou aos restantes parceiros, já que se tornava óbvio que a manutenção das reservas, como se veio a verificar, faria regressar o 'dossier' à "estaca zero".

A França manteve as suas reservas; para além de discordar da lista de produtos e serviços a que se podem aplicar a taxa mínima de IVA, a França opõe-se ao limiar inferior definido para os impostos a aplicar às bebidas alcoólicas, pretendendo que seja mais elevado. A harmonização terá de fazer-se através da aproximação das diferentes taxas, de modo a que o montante se situe no intervalo entre o mínimo de 550 e o máximo de 1000 ecus por cada hectolitro de álcool. Por outro lado, a França pretende a manutenção da taxa mínima sobre o vinho, que em muitos países está sujeito à taxa zero.

A reserva da Espanha prende-se com os impostos específicos aplicados pela Grã-Bretanha ao 'xerez' espanhol e ao 'british sherry'. Este último é uma imitação britânica do primeiro, com um preço muito mais baixo devido a uma imposição fiscal que os espanhóis consideram "discriminatória".

O "pacote fiscal" deverá voltar em breve ao Conselho de Ministros, pois 1993 está cada vez mais próximo. Até lá, a polémica promete ser acesa e a aceitação dos acordos pouco pacífica. Na Grã-Bretanha, por exemplo, o acordo sobre o IVA provocou indignação, sendo classificado como uma "renúncia à soberania". Segundo Lord Tebbit de Chingford, antigo presidente do Partido Conservador, trata-se da "renúncia ao direito dos britânicos de decidirem sobre os seus impostos".

Fronteira fechada

O ministro britânico do Interior, Kenneth Clarke, anunciou há dias que o Reino Unido pode manter os controlos fronteiriços sobre as pessoas, mesmo depois da entrada em vigor do mercado interno, em 1 de Janeiro de 1993. Segundo Clarke, o país teria recebido garantias nesse sentido por parte do comissário europeu para o mercado interno, Martin Bangemann.

A Comissão Europeia, que desmentiu a existência de tais garantias, fez entretanto saber que se reserva o direito de processar o Reino Unido junto do Tribunal Europeu de Justiça, caso Londres não suprima os controlos policiais nas fronteiras a partir do início do próximo ano.

Recorda-se que as autoridades britânicas têm recusado a abolição dos controlos de polícia (passaportes) na entrada do território, a pretexto da sua posição insular e do elevado aumento dos pedidos de asilo, que decuplicaram nos últimos três anos.

Recessão

A indústria da construção civil na CEE vai sofrer uma recessão no corrente ano, após seis anos de crescimento, anunciou o vice-presidente da Federação da Indústria Europeia da Construção (FEIC), Thomas Rogge.

De acordo com as previsões da FEIC, o volume real da construção descerá de 0,7 por cento em 1992, devido ao "nível sempre elevado das taxas de juro, o fraco crescimento económico e a política financeira restritiva da Comunidade". O mesmo estudo salienta que, dos Doze, apenas Portugal e a Alemanha poderão manter um crescimento positivo do volume da construção (4 e 3,5 por cento, respectivamente).

«Vacas loucas»

A Comissão Europeia decidiu implementar novas medidas de protecção contra a chamada "doença das vacas loucas", que desde 1988 afecta os bovinos na Grã-Bretanha. Baseada nos resultados de recentes descobertas científicas, a CE assinala que os embriões bovinos representam mais que um simples risco negligenciável de propagação da doença ("encefalopatia espongiforme bovina"), pelo que decidiu fixar as condições sanitárias exigíveis para as trocas intracomunitárias e importações provenientes de países terceiros de embriões daqueles animais.

A directiva aprovada estipula que os Estados-membros não podem exportar embriões suspeitos ou confirmados de BSE, enquanto a Inglaterra continua proibida de exportar para outros Estados-membros embriões provenientes de animais dadores nascidos depois de 18 de Julho de 1988.

Dinamarca

O primeiro-ministro da Dinamarca, Paul Schlüter, considera "muito provável" a realização, em breve, de um novo referendo sobre o tratado de Maastricht, embora tal decisão só deva ser tomada depois de conhecidos os resultados do referendo a realizar em França, no próximo dia 20 de Setembro.

O responsável dinamarquês está também à espera dos resultados de um "livro branco" sobre a União Europeia e as suas consequências na soberania do país, em elaboração por altos funcionários do Estado.

Entretanto, para o líder do Partido Social-Democrata dinamarquês, Bjoern Westh, o recurso a um novo referendo não é indispensável, pois considera que "o Parlamento pode ser chamado a resolver os problemas derivados do 'não' no primeiro referendo sobre a União Europeia".

Apoio aos têxteis

A Comissão Europeia anunciou a semana passada, em Bruxelas, que Portugal vai beneficiar de cerca de 620 mil contos para financiamento de projectos de reconversão em zonas industriais deprimidas. A verba, concedida no âmbito da acção PERIFRA, destinada a apoiar as regiões periféricas e as actividades económicas em situação difícil, será canalizada para projectos de reconversão da indústria têxtil e do vestuário, e representa 6,89 por cento do total dos financiamentos do referido programa (cerca de 50 milhões de ecus).

O Luxemburgo é o único país dos Doze que não beneficia desta iniciativa, enquanto a Alemanha é o que recebe maior percentagem (cerca de 20 por cento) para reconversão de bases militares.

Ajuda à Somália

A CEE vai aumentar a ajuda humanitária à Somália com um fornecimento suplementar de 10 mil toneladas de produtos alimentares. A Comissão decidiu ainda fornecer 140 toneladas de produtos de alto valor nutritivo (carne e leite em pó) ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, para distribuição urgente nos campos de refugiados somalis no Iemen.

A decisão foi justificada com o agravamento dos conflitos internos na Somália, que ameaçam de morte pela fome centenas de milhar de somalis.

Referendo francês

Partidários do 'não' continuam a aumentar

O número de franceses partidários do 'não' a Maastricht está a aumentar de forma significativa, revelam as sondagens que vêm sendo realizadas em França.

Segundo o último estudo realizado pelo Instituto Francês da Opinião Pública, divulgado a semana passada, se o referendo se realizasse agora, 57 por cento dos franceses votaria 'sim' e 43 por cento diria 'não'. Há um mês, numa sondagem efectuada pelo mesmo Instituto, 62 por cento dos inquiridos manifestou-se a favor da ratificação do tratado e apenas 38 por cento contra.

A tendência para o aumento dos partidários do 'não' é

confirmada por todas as consultas à opinião pública, e parece estar na razão directa do esclarecimento das implicações de Maastricht e da própria tomada de consciência da sua complexidade. De referir que entre as razões para o voto negativo os inquiridos apontam a recusa de abertura das fronteiras (27 por cento), o receio do aumento do desemprego (18 por cento) e a falta de informação (16 por cento).

De salientar ainda que de todas as sondagens efectuadas ressalta o facto de que um em cada dois franceses pode mudar de opinião até dia 20 do próximo mês, embora seja

entre os partidários do 'sim' que a opinião é menos definida.

Embora a campanha oficial para o referendo só comece a 7 de Setembro, o assunto domina cada vez mais as atenções dos franceses. A recente divulgação das previsões do FMI (ver notícia em separado) fez crescer a polémica, com o Partido Socialista a tentar minimizar o seu alcance, sublinhando que "a história económica está cheia deste tipo de previsões", enquanto um responsável do PCF considerava tratar-se de "prova de que Maastricht é um tratado de austeridade ao serviço do grande capital".

Vozes solidárias com Timor no Comité para a Descolonização das Nações Unidas



Com a intervenção de deputados dos três principais partidos portugueses — Guido Rodrigues, do PS, João Rui de Almeida, do PSD, e do camarada Miguel Urbano Rodrigues, do PCP — realizou-se no final de Julho a sessão deste ano do Comité dos 24 da ONU, ou seja, o Comité Especial para a Descolonização dos 18 Territórios Não Autónomos que ainda existem no mundo. O tema que abriu a sessão foi o de Timor-Leste, e que ocupou mais tempo — todo o dia de 27 do mês findo e parte da manhã do dia 28. Fizeram depoimentos mais de duas dezenas de personalidade e os representantes de Portugal e da Indonésia.

Os representantes da Indonésia, embora agressivos, jogaram à defesa. Haviam, aliás, pedido com antecedência ao Presidente do Comité a anulação da sessão. Argumentando que esta era desnecessária por se ter concluído «harmoniosamente» a descolonização de Timor-Leste, os indonésios voltaram a solicitar que o debate fosse suspenso, logo de início, por «inútil». O delegado indonésio pediu a palavra para sintetizar os argumentos do seu governo: a descolonização do território fora feita «de acordo com a letra e o espírito da Carta da ONU, com a integração voluntária de Timor no Estado indonésio». A sessão, porém, prosseguiu normalmente, sem comentários do Presidente. Nota curiosa é o facto de os três países que ainda administram territórios não-autónomos — Estados Unidos, Reino Unido e França — não se terem feito representar.

As intervenções indonésias, que nada mais fizeram do que repetir o que em anos anteriores haviam dito — que Portugal nada teria feito em 450 anos, enquanto que a Indonésia

tem feito maravilhas e que o povo está satisfeito com a nova situação — responderam as numerosas intervenções de organizações e personalidades solidárias com o povo de Timor-Leste. A sessão deste ano registou, aliás, um número recorde de intervenções.

Representou o Governo português o ministro Quartim Santos, responsável pelo *dossier* Timor.

As principais intervenções solidárias com o povo de Timor-Leste foram as da Amnistia Internacional e as dos jornalistas norte-americanos Alain Nairn e Amy Goodman, ambos testemunhas do massacre de Santa Cruz.

Depuseram ainda representantes de organizações do Japão, da Austrália, do Canadá, do Reino Unido, da Holanda e dos Estados Unidos.

Ramos Horta, representante especial do Conselho Nacional da Resistência Maubere, aproveitando o ensejo de produzir uma declaração, leu uma carta de Xanana Gusmão, Comandante das Falintil, dirigida ao Comité e datada de 20 de Junho, em Timor.

Um convite ao diálogo

Xanana, que recorda a brutal invasão indonésia de 7 de Dezembro de 1975, sublinha as «mudanças democráticas» ocorridas no mundo desde essa data, para acusar depois «alguns estados membros», de, «em situações idênticas, nomeadamente Timor-Leste e Kuwait, usarem medidas diversas».

«Mais de 200 mil mortes e uma continuada prática de perseguição, aprisionamento e massacres são o balanço de mais de 16 anos da resistência à ocupação militar indonésia do nosso país», diz Xanana Gusmão. «O massacre de 12 de Novembro de 1991 abalou a consciência internacional. Alguns governos, embora cúmplices no genocídio físico, étnico e cultural do nosso povo, não foram capazes de esconder o horror em face do massacre de Santa Cruz. No entanto, poucos meses depois, a sua consciência deslizou-lhes de novo para os negócios, como de costume».

Reclamando que as mesmas medidas sejam tomadas em relação a Timor como o foram em relação a outros estados nos últimos anos e, nomeadamente, fazendo referência a iniciativas de ingerência militar estrangeira para resolver conflitos, a carta do dirigente das Falintil adianta:

«A Indonésia pretende que o povo de Timor-Leste já escolheu a integração, de "livre vontade". Se fosse este o caso, então por que tantas restrições em Timor-Leste? Se assim fosse, porque teme a ratificação do acto sob supervisão internacional? Se assim fosse, porque criou tantos obstáculos, que abortaram a projectada missão parlamentar portu-

guesa a Timor-Leste? Porque encerrou a Indonésia o território na sequência do massacre de 12 de Novembro? Porque é que Timor-Leste continua fechado às organizações humanitárias internacionais?».

Depois de lembrar as resoluções das Nações Unidas respeitantes à integridade de Timor-Leste, a carta de Xanana Gusmão continua:

«Qualquer solução para o problema de Timor-Leste deve ser baseada no respeito pela vontade expressa do povo de Timor-Leste. Estamos conscientes do facto de que é particularmente difícil para o governo da Indonésia uma solução que ponha em questão os interesses do Estado indonésio, mas não podemos abdicar dos nossos próprios interesses e direitos».

«O diálogo é o meio para resolver conflitos. É esta a tendência do mundo actual. A própria Indonésia continua a jogar um importante papel na resolução do conflito cambiano» (...)

E mais adiante:

«O diálogo sem condições prévias preserva os interesses mútuos das partes em conflito. Portugal e o povo maubere estão prontos para o diálogo. No entanto, o governo da Indonésia, gozando do estatuto de beneficiário do Ocidente, sente-se suficientemente forte para recusar a inclusão dos timorenses nas conversações de paz. Nós continuamos a convidar a Indonésia a uma mesa-redonda de conversações, e reafirmamos a nossa vontade política para encontrar o melhor caminho que satisfaça os interesses das partes em conflito».

O Estado indonésio tirou a máscara!

— intervenção de M. Urbano Rodrigues

O deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues proferiu perante o Comité para a Descolonização das Nações Unidas a intervenção que hoje aqui publicamos na íntegra.

Compareço hoje perante este Comité com o objectivo de chamar a atenção para o perigoso agravamento da situação criada pela ocupação ilegal de Timor-Leste pela República da Indonésia e de insistir pela procura urgente de uma solução que permita ao povo daquele território exercer o seu direito à autodeterminação e independência, de acordo com as resoluções votadas nesse sentido pela Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Em 12 de Novembro de 1991, o massacre de Santa Cruz — durante o qual mais de uma centena de timorenses foram assassinados pelo Exército da Indonésia — conferiu ressonância mundial ao problema de Timor-Leste. Filmes sobre a chacina correram mundo. O poder da imagem fez o que a palavra não conseguira. Contemplada ao vivo, a barbárie do império indonésio indignou a humanidade.

Os apelos do povo timorense atravessaram as pare-

des da consciência universal, e começaram, por fim, a sensibilizar centenas de milhões de pessoas. Contudo, a comunidade internacional não encontrou fórmulas adequadas para passar da solidariedade dos sentimentos a uma solidariedade actuante — a única capaz de conduzir a uma solução que ponha fim ao martírio da nação maubere e permita o cumprimento das resoluções da ONU.

O Estado indonésio tirou a máscara após o massacre de Santa Cruz. Desencadeou uma repressão prolongada. Dezenas de patriotas timorenses foram presos (na sua ilha e em Java) e muitos deles ilegalmente submetidos à justiça sumária indonésia e condenados pelos tribunais da ditadura do general Suharto. Enquanto os militares que comandaram o massacre — um crime frio e premeditado — foram atingidos por punições quase simbólicas, as vítimas da violência, ou seja os patriotas que contra ela se insurgiram, foram condenados a cumprir penas pesadas.

Timor-Leste é cada vez mais um território no qual impera a vontade discricionária da potência ocupante. O terror policial tornou-se ali parte do quotidiano. Os representantes do império javanês põem e dispõem. A principal língua local, o Tetum, e o Português continuam proibidas nas escolas oficiais e também nas cerimónias religiosas. Javanizar o território é objectivo estratégico.

É um facto que prestigiadas instituições internacionais, como o Parlamento Europeu e o Conselho da Europa, tomaram posição, condenando o massacre de Santa Cruz. É também positivo que no Congresso dos Estados Unidos e nos parlamentos dos países da CEE, do Canadá, da Austrália e do Japão se tenham erguido vozes contra a violação permanente pela Indonésia dos direitos humanos. Mas é igualmente do domínio público que países industrializados continuam a vender armamentos ao governo indonésio. Alguns levam a sua cumplicidade ao extremo de manterem a ajuda militar ao governo de Jakarta no âmbito de acordos de «profissionalização do Exército

indonésio». É amoral essa situação, inseparável de interesses económicos e de estratégias de poder na Ásia Oriental e no Pacífico. Quando a diplomacia de países poderosos e civilizados com um governo que faz do genocídio uma razão de Estado, cabe perguntar que nova ordem é aquela que se pretende impor no mundo.

Em Março passado, o secretário de Estado-Adjunto dos Estados Unidos para os Assuntos da Ásia Oriental e do Pacífico, Sr. Kenneth Quinn, reafirmou, contra o espírito e a letra das Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU, que o seu governo considera a anexação de Timor-Leste pela Indonésia um facto consumado. Não hesitou mesmo em fazer o elogio da política do general Suharto e um balanço favorável da ocupação ilegítima de Timor-Leste pela Indonésia.

Invocando os princípios de direito internacional e a necessidade de defender liberdades e direitos humanos, fez-se uma guerra no Golfo. Agora, a comunidade internacional é convidada a apoiar acções internacionais

que têm o aval da ONU, da CSCE, da UEO e da NATO e que visam pôr termo à situação de violência em amplas áreas do antigo Estado jugoslavo. Mas relativamente a Timor-Leste nada, absolutamente nada se fez a nível da ONU.

A contradição é chocante. Timor permanece esquecido. A realidade é que a Indonésia continua a bloquear qualquer solução para o problema de Timor-Leste no quadro das Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU, aprovadas após a invasão e ocupação daquele território pelas forças armadas de Jakarta.

O governo indonésio burla-se da letra e do espírito de todos os documentos oficiais em que as Nações Unidas proclamam o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência, na observância da Resolução 1514-XV da Assembleia Geral. Sabota igualmente a Resolução 37-30, de 23 de Novembro de 1982, que incumbiu o secretário-geral da ONU de iniciar consultas com todas as partes interessadas, com vista a uma solução global do problema, res-

peitadora das resoluções votadas após a invasão.

A Indonésia leva a sua arrogância e o seu desafio ao Direito Internacional tão longe que condiciona o diálogo com Portugal à aceitação por este, como potência administrante, da anexação de Timor-Leste como facto irreversível. Esse é o conceito de moral a ética política do Estado indonésio.

Não estamos somente perante uma situação caracterizada por chacinas como a do cemitério de Santa Cruz, na sequência de um genocídio que já fez mais de 200 mil vítimas em Timor-Leste desde 1975.

A política imperial da Indonésia em Timor-Leste, cimentada no desrespeito sistemático pelos direitos humanos, configura um intolável desafio do governo de Jakarta às Nações Unidas.

Até quando, portanto, aqui, como deputado português, poderá a monstruosa ditadura do general Tri Suharto tripudiar sobre o direito à determinação e independência do heróico e indefeso povo de Timor-Leste?

A resposta depende, no fundamental, da comunidade internacional, e, em primeiro lugar, das Nações Unidas.

Cuba

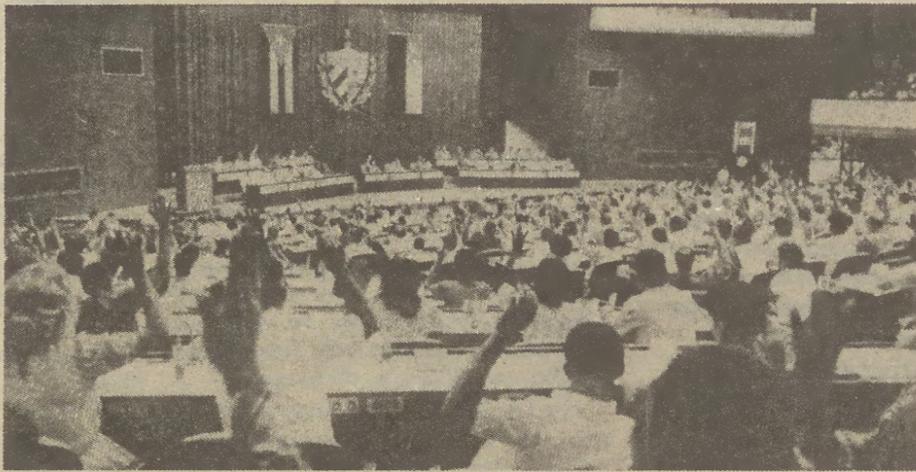
Reforma constitucional

Deputados à Assembleia Nacional passam a ser eleitos por voto directo e secreto

A Assembleia Nacional de Cuba (Parlamento) aprovou por unanimidade a Lei da Reforma Constitucional, destinada ao "aperfeiçoamento da sociedade socialista".

As alterações ao texto fundamental, aprovadas após intenso debate no passado mês de Julho, vêm conferir uma maior representatividade e autoridade às instituições cubanas, ao mesmo tempo que asseguram uma maior participação popular na vida política, económica e social do país.

Nesse sentido, cabe salientar o estabelecimento do voto directo e secreto para a eleição de deputados à Assembleia Nacional e para os delegados às províncias, bem como a institucionalização dos Conselhos Populares, considerados como um elo essencial na direcção estatal a nível da comunidade. Simultaneamente, o mandato dos delegados provinciais foi aumentado de dois e meio para cinco anos, enquanto se mantém a duração de dois anos e meio para



Assembleia altera Constituição cubana

a renovação do mandato de delegado municipal.

A Lei de Reforma Constitucional consagrou ainda os recentes acordos firmados na Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, tornando-se Cuba, desta forma, no primeiro país do mundo a inscrever na sua Constituição medidas de defesa do meio ambiente consideradas fundamentais para a sobrevivência da Humanidade.

Entre as modificações aprovadas ressalta também a definição do carácter leigo do Estado e a plena liberdade

de religiosa, proibindo-se todo o tipo de discriminação por razões de crença.

A Lei Fundamental cubana reitera, por outro lado, o carácter socialista da propriedade de todo o povo dos meios fundamentais de produção, a garantia da forma de propriedade em transição - propriedade das empresas mistas - e o investimento do capital privado estrangeiro, eliminando-se o monopólio estatal sobre o comércio externo. Do texto foram eliminadas as referências à ex-

URSS e à extinta comunidade socialista.

Outras alterações aprovadas na Constituição referem-se ao Conselho de Defesa Nacional na administração do país em caso de agressão ou de catástrofe e às faculdades conferidas ao Presidente da República para proclamar o estado de emergência.

A Assembleia Nacional de Cuba deverá proceder, ainda este ano, à elaboração da nova Lei Eleitoral que presidirá às próximas eleições municipais, regionais e nacionais.

Moçambique

A paz anunciada

Embora a guerra ainda prossiga, consola-nos saber que até 1 de Outubro vai acabar - as palavras são do presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e traduzem o ponto alto das conversações de paz a decorrer em Roma, assinaladas a semana passada pelo encontro de Chissano com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Na passada sexta-feira, o presidente de Moçambique e o responsável máximo da Renamo assinaram uma declaração conjunta que prevê o restabelecimento da paz naquele país até 1 de Outubro próximo e reafirma a validade do processo negocial a decorrer entre as duas partes, desde há dois anos, em Roma.

Um resultado que ficou aquém dos desejos expressos de Joaquim Chissano, para quem teria sido possível acordar um cessar-fogo imediato, mas que nem por isso deixa de constituir um passo positivo no caminho da paz para Moçambique.

Na declaração conjunta, assinada em cerimónia presidida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Emilio Colombo, os dois líderes moçambicanos comprometem-se a garantir



Joaquim Chissano

as condições necessárias para a total liberdade política, de acordo com os princípios de democracia internacionalmente reconhecidos, bem como a segurança de todos os cidadãos moçambicanos e de todos os membros de partidos políticos. As partes aceitam igualmente o papel da comunidade internacional, em especial das Nações Unidas, na fiscalização e garantia da implementação do acordo geral de paz, designadamente do cessar-fogo e do processo eleitoral.

Segundo o documento, as partes manifestam respeito por todos os protocolos assinados no decorrer das negociações de Roma, comprometendo-se a Renamo a abandonar a luta

armada e a desenvolver a sua actividade política no respeito pelas leis em vigor, enquanto o governo de Moçambique se compromete a submeter à Assembleia da República a adopção dos instrumentos legais, incorporando os protocolos e as garantias, bem como o acordo geral de paz que vier a ser assinado, na legislação moçambicana.

Os dois dirigentes, segundo a declaração, "mandatam e dão instruções" às respectivas delegações no processo negocial de Roma para concluírem, até 1 de Outubro, os restantes protocolos previstos, de forma a permitir a assinatura do acordo geral de paz até essa data. A assinatura do referido acordo, bem como a res-

pectiva adopção pela Assembleia da República - lê-se no documento - determinarão a imediata entrada em vigor do cessar-fogo acordado no âmbito do acordo geral de paz.

Na cerimónia de assinatura da declaração conjunta, o presidente Joaquim Chissano, lamentando não se ter assinado o cessar-fogo, não deixou de sublinhar que, acordados os princípios, "não há razão para não calarmos as armas".

Idêntica posição defendeu o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, promotor da cimeira, ao salientar que "quem morrer, a partir de agora, por causa da guerra, será alguém que poderia ter gozado a paz. Por isso, 'não' às mortes".

Em Moçambique, as esperanças de paz nascidas em Roma estão ainda longe de ter tradução prática. No mesmo dia em que Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama assinavam a declaração conjunta, a rádio moçambicana anunciava que a Renamo tinha morto nove pessoas, raptado trinta e feito descarrilar um comboio de mercadorias, em dois ataques efectuados na véspera nas províncias de Maputo e Gaza.

Desemprego em França

O desemprego em França aumentou 0,4 por cento no mês de Junho, atingindo a taxa de 10,3 por cento - anunciou o Ministério do Trabalho francês. Segundo os dados agora revelados, existem actualmente em França 2 924 000 desempregados, mais 12 mil que em idêntico período de 1991. Desde Janeiro de 1992, a progressão do desemprego em França foi de 3,2 por cento, enquanto que de Junho de 1991 a Junho de 1992 essa taxa se elevou a 7,8 por cento.

Défice em Espanha

O défice comercial da Espanha aumentou 14,3 por cento no primeiro semestre deste ano, relativamente a igual período do ano passado, atingindo cerca de dois mil milhões de pesetas, anunciou a semana passada a Direcção-Geral de Alfândegas do país vizinho. Segundo a mesma fonte, este resultado é consequência directa de uma desaceleração das exportações, que aumentaram apenas 5,4 por cento, e de uma evolução moderada das importações (8,5 por cento). Durante o mês de Junho, a Espanha exportou cerca de 574 mil milhões de pesetas e importou 888 mil milhões de pesetas, ou seja, mais 10,7 e 10 por cento, respectivamente, relativamente a igual período do ano passado.

Força de intervenção

O Ministério alemão da Defesa pretende formar uma força de intervenção de 50 000 homens, a partir de 1995, para participar em acções internacionais - anunciou o general Klaus Naumann, em entrevista ao diário 'Frankfurt Rundschau'. Segundo o general, o plano do Ministério deve estar pronto até Dezembro e prevê que as forças de intervenção sejam destacadas em primeiro lugar para ajudar os parceiros da NATO. As referidas "forças de reacção a uma crise" internacional, disse, poderão deixar a zona operacional da Aliança Atlântica, ou participar em missões dos 'capacetes azuis' da ONU, logo que se chegue a consenso na Alemanha sobre esta questão. Recordar-se que, desde a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha deixou de desenvolver acções militares fora das suas fronteiras.

Eleições na Albânia

O Partido Democrático da Albânia (PDA), há quatro meses no poder, sofreu pesadas perdas na primeira volta das eleições autárquicas do passado dia 26 de Julho. Por seu lado, o Partido Socialista (PSA, ex-comunista), ganhou 16 presidências de Câmara, contra nove do PDA. Dezoito outras presidências de Câmara foram entretanto eleitas em segunda volta. Segundo os resultados incompletos, o PSA venceu em 139 das 310 comunidades rurais, onde vive cerca de 65 por cento da população, enquanto o PDA ganhou apenas em 83. De acordo com a comissão eleitoral, os socialistas passaram de 25 por cento dos votos, nas eleições legislativas de Março, para 50 por cento no dia 26; o PDA, que obteve 65 por cento nas legislativas, ficou-se agora pelos 27 por cento, o que é entendido como reflexo da desilusão do eleitorado com o governo do PDA.

Entretanto, o governo iniciou a liberalização dos preços da generalidade dos produtos, uma exigência do FMI para a concessão de ajuda internacional.

Eleições adiadas

O Parlamento Federal da Checoslováquia decidiu adiar as eleições presidenciais para 24 de Setembro, devido à falta de candidatos à quarta volta. Desde a demissão de Vaclav Havel, em 20 de Julho, nenhum candidato conseguiu fazer-se eleger, acabando por nem sequer haver candidaturas no passado dia 6. Recordar-se que, segundo o acordo estabelecido entre os primeiros-ministros checo e eslovaco, a criação de dois Estados independentes deve ser decidida até 30 de Setembro, passando cada um a ter o seu próprio presidente. A Assembleia Federal rejeitou entretanto, pela terceira vez, um pedido para se organizar um referendo sobre o futuro da Federação Checoslovaca, cuja manutenção é defendida pelos comunistas e sociais-democratas checos.

Perigo de guerra nos Balcãs

Uma ameaça para a humanidade

Potências ocidentais estudam cenários de guerra em nome dos direitos humanos

Na semana passada, uma expressão voltou ao vocabulário da comunicação social e galvanizou a opinião pública internacional - campos de concentração. As imagens começaram então a correr mundo, nas páginas de jornais e nos ecrãs de televisão. Imagens dramáticas, sem dúvida, de homens privados da sua liberdade, emagrecidos, com a angústia espelhada no olhar.

Como um rastilho subitamente ateado, nas capitais políticas começou a ganhar força a ideia da intervenção militar para assegurar a ajuda humanitária na Bósnia, primeiro, intervenção militar para pôr fim à alegada estratégia da Sérvia de 'purificação étnica', depois.

Nos EUA - país onde a expressão "campos de concentração" ou "campos da morte" aparece pela primeira vez em relação à Bósnia - George Bush toma a iniciativa de pedir uma reunião de emergência da Comissão de Direitos Humanos da ONU para discutir a situação na ex-Jugoslávia e a aprovação, pelo Conselho de Segurança, de uma resolução que permita o apoio militar ao auxílio humanitário para a Bósnia.

Em Bruxelas, os países da NATO pronunciam-se favoravelmente a favor da intervenção, o mesmo sucedendo com a UEO (União da Europa Ocidental).

Ainda na capital belga, o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, numa reunião de emergência do Parlamento Europeu, pede aos Doze para afirmarem a sua disponibilidade de intervir militarmente contra a Sérvia.

Um pouco por todo o lado, sondagens dão conta da indignação da opinião pública e do seu apoio a uma intervenção militar nos Balcãs.

Um pouco por todo o lado, também, organizações de muçulmanos e judeus clamam contra as barbaridades de que são vítimas os seus congéneres bósnios, não faltando quem se disponha a receber os órfãos em manifestações de solidariedade por afinidades religiosas ou étnicas.

A caminho da guerra

A situação que se vive no território da ex-Jugoslávia é sem dúvida tão dramática quanto preocupante. Mas a constatação desse facto não deveria impedir, antes pelo contrário, a reflexão sobre as causas que a ela levaram e o que verdadeiramente ali está em jogo, com todas as suas consequências.

Numa análise nua e crua, há que reconhecer que as imagens dos ditos "campos de concentração" estão longe de ser, infelizmente, as mais aterradoras até agora divulgadas pelos meios de comunicação. Mais do que as imagens, dir-se-ia que a força das palavras, pela sua conotação com o passado recente da Europa, fez estremecer o mundo. Os paralelos com os campos de concentração nazis continuam a ser capazes - e ainda bem que assim é - de provocar a indignação e a revolta dos povos. Mas a forma abusiva e, por que não dizê-lo, hipócrita como os grandes meios de comunicação vêm forçando tais paralelos arrisca a transformar-se em pura manipulação da opinião pública ao serviço de obscuros objectivos.

Quem tenha presente as horríveis imagens dos sobreviventes dos campos da morte da Alemanha nazi, terá de reconhecer que as imagens dos prisioneiros dos campos sérvios, por terríveis que sejam, estão longe de apresentar um nível equivalente. Nem

os campos de extermínio alemão se abriam aos jornalistas, ou dos seus arames farpados safam testemunhos vivos para denunciar o que ali se passava.

Porquê então este agitar dos fantasmas da guerra de genocídio?

Porquê então Jacques Delors veio exigir que os Doze combatam "a ideologia destrutiva e anti-humanista do regime de Belgrado", lutem "contra a loucura ultranacionalista, a procura escandalosa da purificação étnica"?

Porque não se ouve na Comunidade Económica Europeia, nem nos EUA, nem na generalidade dos foruns internacionais, nem nos órgãos de informação, a não ser de forma assessoria e secundária, referências aos outros campos de detenção no território da ex-Jugoslávia, em que as vítimas são os sérvios? Será que aí não há violações dos direitos humanos?

E porquê esta insistência em rotular seres humanos envolvidos na voragem duma guerra fratricida, de 'sérvios', de 'croatas', de 'muçulmanos', de 'judeus'?

Uma criança órfã merece mais solidariedade se for croata?

Uma mulher violada precisa de mais apoio se for judia?

Um homem torturado inspira mais compaixão se for muçulmano?

Os raptos, as execuções sumárias, as deportações em massa, a fome, a doença, necessitam da chancela de uma cor, uma raça, uma religião, para indignarem o mundo?

Em Junho passado, os países árabes solicitaram uma reunião extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da ONU para debater a situação nos territórios ocupados por Israel, especialmente na Palestina. A iniciativa não reuniu os 27 votos necessários para o efeito.

Na Somália, há um milhão e meio de pessoas a morrer de fome a quem a ajuda alimentar das organizações humanitárias não chega devido às guerras que opõem os diferentes clãs, enquanto outras 4,5 milhões correm o mesmo risco a curto prazo. Diariamente, centenas de crianças morrem de inanição e de doença. As suas imagens - pele e osso, ventres dilatados, rostos onde a vida se escoia a cada segundo dilacerados por feridas peçadas de moscas - são mais do que um pesadelo, são uma acusação a toda a humanidade. Onde está a indignação dos homens?

Uma bola de neve

As injustiças não legitimam outras injustiças. Mas seria ingenuidade acreditar que a dualidade de critérios não se fundamenta em razões que nada têm a ver com o respeito pelos direitos humanos. Como seria ingenuidade acreditar que a escalada anti-sérvia, manifestada desde o início dos confrontos na ex-Jugoslávia, não visa objectivos bem definidos pelos que, neste reorganizar de forças e influências de fim de século, aspiram a consolidar posições de grande potência.

Conhecido o passado sangrento dos Balcãs, aconselharia a prudência manter fechada a caixa de Pandora, onde ódios antigos e mútuas razões de queixa de sérvios e croatas estiveram adormecidos durante décadas. Não foi essa a prática seguida. Conseguida a unificação da Alemanha através da anexação da RDA pela RFA, a aposta foi a divisão dos restantes países de leste. Não foi certamente por acaso que a Alemanha, à revelia da CEE que tanto diz defender e quando a diplo-

macia ainda podia ter uma palavra a dizer, foi o primeiro país a reconhecer a dissolução da Jugoslávia, a apoiar a Bósnia e a Croácia e a assacar à Sérvia as responsabilidades de um conflito que em rigor teria de classificar-se de guerra civil.

De então para cá, a bola neve começou a rolar. Escapando ao controlo dos

aprendizes de feiticeiro? É bem provável. Mas nem por isso com menor responsabilidade dos mesmos.

Assim se chega à beira da "intervenção", antecâmara de uma guerra que, sendo na Europa, fará sentir as suas repercussões em todo o mundo. Não é necessário fazer futurologia para temer pelo futuro e reear os "campos da morte".

Nota da Comissão Política do PCP

1. Os perigos de uma intervenção militar directa na Jugoslávia avolumaram-se bruscamente nas últimas horas.

Na sequência de medidas de força já anteriormente tomadas contra a "nova Jugoslávia" (Sérvia e Montenegro) os governos das grandes potências imperialistas (designadamente EUA, Grã-Bretanha, França e Alemanha), multiplicam declarações belicistas; a NATO e a UEO concebem cenários e elaboram planos de intervenção militar; existe o perigo de que o Conselho de Segurança da ONU (instrumentalizado pelos EUA), venha a dar cobertura "jurídica" ao desencadeamento das operações, tudo acompanhado da orquestração de uma formidável campanha nos órgãos da comunicação social, visando impressionar a opinião pública e criar condições favoráveis a uma escalada militar intervencionista na Jugoslávia.

O PCP alerta o povo português para projectos que, invocando a real tragédia dos povos da Jugoslávia e pretextando motivações morais e humanitárias de facto, se inscrevem nas pretensões de instaurar uma "nova ordem internacional" imperialista na qual seriam de novo as "grandes potências" a impor pela força, incluindo a guerra, a sua vontade a todos os povos do mundo.

2. O PCP reitera a sua firme convicção de que a intervenção militar preconizada pelas grandes potências (algumas das quais têm gravíssimas responsabilidades no processo de desagregação da Federação Jugoslava e na eclosão da violência interétnica), além de ilegítima, só serviria para avolumar ainda mais o dramático conflito interno na Bósnia-Herzegovina e na Jugoslávia e constitui uma aventura com riscos incalculáveis para a paz e a segurança nos Balcãs.

3. O PCP chama a atenção para a gravidade das declarações ontem produzidas por Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia da CEE. O sectarismo demonstrado e orientação preconizada em termos de uma intervenção do bloco político-militar, vem confirmar os perigos inerentes a uma "política externa e de segurança comum" da CEE e reforça as razões do inequívoco «Não» do PCP ao Tratado de Maastricht.

4. O PCP chama ainda a atenção para as declarações de seguidismo e histeria belicista ontem produzidas pelo deputado socialista no Parlamento Europeu, João Cravinho, e convida o Partido Socialista a definir claramente a sua posição e a associar-se, juntamente com todos os democratas e amantes da paz, aos esforços para impedir uma escalada militar intervencionista e encontrar uma solução política negociada para o dramático conflito jugoslavo.

5. O PCP, reiterando a sua condenação quanto ao envio da fragata «Roberto Ivens» para o mar Adriático no quadro das operações da UEO, opõe-se firmemente à participação e envolvimento das Forças Armadas Portuguesas numa intervenção militar na Jugoslávia. Reclama que o Governo português ponha imediatamente termo à sua política ambígua e seguidista em relação ao dramático conflito jugoslavo e assumia claramente as suas responsabilidades perante o povo português.

11 de Agosto de 1992

A Comissão Política do Comité Central do PCP

África do Sul

Marcha pela paz

A maior marcha de sempre realizada em Pretória culminou, no passado dia 5, a semana de acção de massas promovida pelo Congresso Nacional Africano (ANC) para forçar o poder de minoria branca à formação de um governo multirracial na África do Sul.

Cerca de 100 000 pesso-

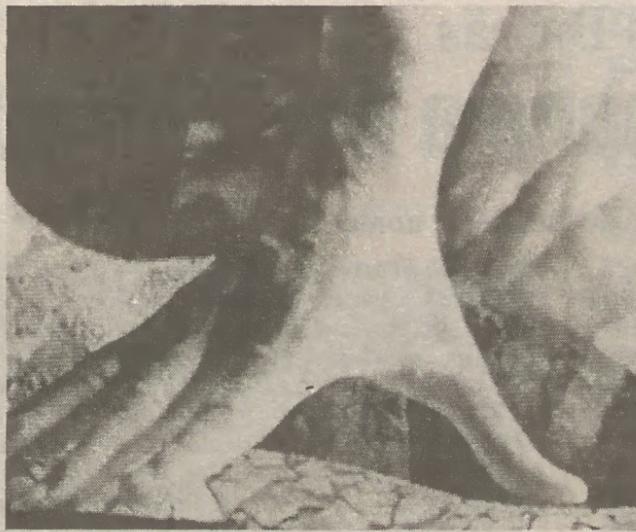
as participaram na 'Marcha pela Paz e a Democracia', concentrando-se depois junto à sede do governo, em cujas escadarias discursou o líder histórico do ANC, Nelson Mandela.

O ANC e os seus aliados - disse Mandela - continuam apegados à busca de uma solução negociada

para a crise que a África do Sul atravessa, e o que se vai passar a seguir e a forma que vai tomar a campanha para a paz e a democracia depende das respostas do governo.

Para o dirigente africano, deve agora ser claro para todos que um governo interino de unidade nacional é uma etapa urgente

para fazer avançar as negociações para a democratização da sociedade sul-africana. A História não perdoará a nenhum de nós as fórmulas superficiais permitindo salvar a face, em vez de soluções que facilitariam uma retomada das negociações coroada de sucesso, disse ainda Mandela.



Um grande espectáculo mediático

■ Francisco Costa

Ultrapassando, em muito mais do que seria legítimo supor, as expectativas criadas à volta da maior competição desportiva do ano - a XXV Olimpíada, Barcelona, 1992 - a cobertura televisiva dos Jogos Olímpicos encerrados no passado Domingo veio a revelar-se um espectáculo mediático de grande qualidade, ombreado com tudo (e mesmo excedendo) o que até agora fora realizado em realizações congéneres e transformando-a num marco decisivo neste género de transmissões à escala planetária - criando, desde já, novas expectativas quanto à evolução tecnológica do audiovisual para os próximos quatro anos, à espera de Atlanta.

No pelotão da frente...

Na realidade, não é de mais salientar - a par da bem planificada criação de infra-estruturas, e da capacidade organizativa exuberantemente demonstrada nos vários recintos dos Jogos e na realização das várias modalidades pelas autoridades desportivas do país vizinho - a correspondente afirmação de maioridade e «espírito de alta competição» das estruturas técnicas e logísticas responsáveis pela cobertura televisiva face à poderosa «concorrência» dos anos anteriores, sobretudo verificada nas três últimas Olimpíadas: Moscovo, Los Angeles, Seul.

Naturalmente que a evolução imparável dos meios tecnológicos não podia deixar de contribuir decisivamente para alguns notáveis saltos qualitativos. Mas o que mais importa destacar - independentemente do inevitável e incontornável carácter «mercantil» do empreendimento - é a circunstância de estes meios terem também sido eficaz e inteligentemente postos ao serviço da valorização e propaganda do Desporto e da sua difusão a larga escala.

Desde já, isso foi patente nas impressionantes cerimónias de abertura e encerramento dos Jogos: inserindo harmoniosamente as sempre comoventes imagens de confraternização entre os principais agentes desportivos - os atletas - num espectáculo em que se privilegiou, com arrojado espírito de modernidade, a afirmação da cultura erudita (na abertura) e popular (no encerramento) de uma grande potência cultural - a Espanha.

Depois, e num notório salto qualitativo em relação a exemplos anteriores, tornando os próprios meios técnicos utilizados parte integrante da «encenação» e «coreografia» do espectáculo que se desenrolava no Estádio - não se limitando as inúmeras câmaras fixas a captar de longe (independentemente da escala variável dos planos) a evolução dos vários elementos humanos do espectáculo, mas misturando-se as câmaras móveis com esses elementos no próprio terreno, na própria «acção», deixando descobrir e revelar aspectos parciais e inusitados da encenação, a ponto de os actores e figurantes, individualmente considerados, evoluírem

quer no meio da grande massa para o espectador «ao vivo» quer no enquadramento do plano próximo para o espectador «em casa».

Mais ainda, e agora no campo desportivo, a utilização de novos meios técnicos (*steadycam*, câmaras em *travelling* colocadas em veículos eléctricos ou em gruas comandadas por operadores ou computador, e novos processos de sobreposição e repartição electrónica das imagens) foi colocada, dir-se-ia quase didacticamente, ao serviço da observação inteligente das várias modalidades e da revelação das técnicas, do esforço e das capacidades dos atletas.

A este respeito, ficarão na memória dos espectadores imagens espectaculares absolutamente inéditas e «pontos de captação» extremamente originais em modalidades já de si por natureza televisivas, como a ginástica e o atletismo (aparelhos, disciplinas técnicas, planos «picados» das metas, *videofinish*), em modalidades de captação «impossível» (tiro de pistola e carabina ou arco, por exemplo) ou, mesmo, em modalidades que, a partir daqui, passaram a usufruir decisivamente de um estatuto televisivo espectacular (como na irrepreensível captação das provas de canoagem em águas agitadas, em que à habitual *montagem* cronológica de planos fixos eram associados elementos de *mise-en-scène* provenientes de câmaras móveis controladas à distância).

Em suma, e para utilizar uma expressão caseira entre nós tão inflacionada, para eludir insucessos e incompetências e enganar o povo, é inegável que os operadores e técnicos de televisão espanhóis, naturalmente inseridos e apoiados nas estruturas televisivas internacionais, demonstraram, com naturalidade, parcimónia, convicção e, sobretudo, inexcusável e competente capacidade de trabalho, que, orgulhosa e justificadamente, podem e devem considerar-se colocados no «pelotão da frente».

Falhando (mais uma vez) os abastecimentos...

Inevitável é, agora, traçarmos um quadro necessariamente sucinto do «serviço televisivo» que a televisão portuguesa nos proporcionou nesta circunstância. Anunciada desde há tempos e nas grandes e provincianas parangonas autopromocionais como a «maior cobertura jamais realizada pela RTP», o mínimo que poderá dizer-se é que o trabalho desenvolvido deixou muito a desejar.

Tendo deslocado para a capital catalã «uma numerosa equipa de profissionais», chegando até a usufruir, pela primeira vez, de um estúdio próprio para realizar a sua própria cobertura, a RTP falhou clamorosamente em alguns aspectos essenciais:

- optou por uma programação mastodóntica, em detrimento de uma programação diversificada e fortemente selectiva, não querendo perceber que, como «televisão generalista» que é, não lhe competia entrar em ilusória e ridícula concorrência com os «canais especializados» transmitidos via satélite, e privilegian-

do, assim e burocraticamente, a quantidade em detrimento da qualidade;

- usou e abusou (até em matéria de duvidosa legalidade face às próprias disposições comunitárias quanto à inserção de publicidade) de constantes e insuportáveis interrupções para os chamados «compromissos publicitários», demonstrando completa insensibilidade e desprezo pelo espectador, quebrando o ritmo em momentos-chave das transmissões, como os espectáculos de abertura e encerramento e, pasme-se!, somando a informação em pontos decisivos de algumas provas, como, entre outras, a transmissão da maratona feminina;

- estabeleceu critérios de duvidosa equidade em relação à indispensável actuação dos comentadores e à sua competência profissional: fazendo deslocar a Barcelona, para além dos que verdadeiramente estão apetrechados para essa função (como os do atletismo), alguns dos que piores provas têm prestado em experiências anteriores (como o da natação ou o do hóquei em patins - neste caso, um mero locutor da estação), de nada valendo aproveitá-los para nos darem informações supérfluas, porque óbvias, ou até erradas, já que os próprios dados e resultados subsequentemente se encarregariam de os desmentir; deixando em Lisboa os mais competentes (basquetebol, hipismo, voleibol, ténis, andebol, por exemplo), apenas lhes proporcionando as melhores condições de comentário *in loco* para meias-finais ou, apenas, finais (!);

- fingiu hipocritamente dispensar uma grande atenção a modalidades de menor impacte público e televisivo, mas, adoptando também aqui um insensível sentido das (des)proporções, provocou no espectador, com a transmissão infundável de oitavos e quartos de final (!), um inevitável fenómeno de rejeição que, certamente, servirá para justificar o seu silêncio e alheamento dessas modalidades para os próximos quatro anos;

- privou-nos de alguns momentos altos da competição, como é o caso, entre tantos, da final individual, por aparelhos, da ginástica masculina, de que apenas transmitiu a prova de barra fixa;

- chegou ao absurdo de incompreensivelmente contrariar a sua própria «crença natural» para as modalidades e os «actores» da alta competição, ignorando inicialmente na sua planificação de transmissões (ou relegando para segundo plano e miseráveis resumos dos últimos segundos das partidas) desportos espectaculares como o basquetebol ou o voleibol e as actuações de equipas fundamentais nesses desportos (EUA, Croácia, Cuba, China, Lituânia, CEI, ou mesmo, não tendo em conta o convívio quotidiano dos adeptos desportivos portugueses com os próprios atletas ou as afinidades afectivas (Angola, Brasil);

- mas, acima de tudo, foi incapaz de rentabilizar adequadamente o investimento feito no envio de meios humanos e técnicos próprios, destinando-lhes, apenas, o espaço das «unilaterais» ao fim da noite (e, por vezes, de madrugada!), quando poderia e deveria fazê-los intervir regularmente ao longo do dia, com resumos montados de provas e modalidades que escolheu não receber em directo e com informações «sobre a hora».



A Festa!

AMORA-SEIXAL • 4, 5 e 6 SETEMBRO

THE BOOGIE BROTHERS



Avante!
Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO Nº 3
13 de Agosto de 1992
Não pode ser vendido separadamente

Desde que em 1980 John Landis filmou o arquivado «Blues Brothers» nunca mais cessou o reganhar de popularidade na Grã-Bretanha do *rhythm & blues*, dos velhos éxitos *soul* das editoras Atlantic e Tamla Motown dos anos 60. Grupos e grupos se têm sucedido, retomando os enérgicos sopros que fizeram o fundo sonoro de vozes como Otis Reding, Aretha Franklin, Solomon Burke e tantos outros.

Em 1990 a Festa trouxe a Portugal uma banda completamente desconhecida e que verdadeiramente «arrasou» a audiência: os Bogus Brothers não escondiam, no seu próprio nome, onde iam colher a inspiração e o vigor de uma memorável actuação que o ano passado se repetiu. Este ano, a Festa apresenta nova banda que se reclama igualmente da herança dos homens filmados por John Landis: são os Boogie Brothers, um grupo de tradicional formação: dois sax e um trompete, teclados, baixo e guitarra, bateria e dois vocalistas. Ou melhor, um vocalista e uma vocalista.

Constituídos em 1985, os Boogie Brothers conquistaram já o prestígio de uma das mais consistentes bandas do género, com uma comprovação estentóricamente há dois anos: em 1989 coube-lhes serem a banda de suporte da primeira apresentação na Grã-Bretanha dos Blues Brothers, no Hammersmith Odeon! Começando no circuito de clubes e bares, os Boogie Brothers iniciaram a sua carreira internacional logo em 1987, com uma apresentação em Rennes (França), filmada pela ORTF. No ano seguinte, além de uma tournée em Inglaterra, estiveram na Holanda, Dinamarca e Bélgica. Em 1990, além da gravação de um álbum ao vivo na «catedral» inglesa do jazz, o Ronnie Scotts Club, os Boogie estiveram na Irlanda, Dinamarca, França, Itália, Turquia e Espanha, tendo a TVE gravado um dos seus espectáculos.

É fácil ir à Festa

Se vem de automóvel para a Festa

- 1. De Lisboa**
Atravessa a Ponte 25 de Abril, segue pela auto-estrada do Sul, desvia no nó do Fogueteiro.
Ou então, segue por Almada EN 10 pelo Laranjeiro, Corroios, Cruz de Pau rumo aos Parques de Estacionamento.
- 2. Do Norte do País**
Se vier por Lisboa, siga as indicações anteriores. No entanto, aconselhamos a não vir por Lisboa e, nesse caso, será melhor ir a Vila Franca de Xira e depois seguir por Porto Alto, Infantado, Alcochete, Montijo, Coima, Paio Pires e Torre da Marinha ou nó do Fogueteiro.
- 3. Mas se vem do Sul**
Recomendamos a auto-estrada do Sul até ao nó do Fogueteiro e depois siga a sinalização pela Cruz de Pau e Amora.
Ou então, vindo também pela AE do Sul, saia via Barreiro e, depois de Coima, siga por Paio Pires e Amora ou pelo Casal do Marco, Torre da Marinha, siga as indicações locais.

Transportes Fluviais — Transtejo

Idas — De Lisboa para Cacilhas — Horários normais, com frequência de 15 a 20 minutos.

Regresso — De Cacilhas para o Cais do Sodré, na 6.ª Feira e no Sábado até às 02.45h, no Domingo até às 02.00h, com frequência de 20 minutos das 24.00h às 02.00h.

Nota: Estão asseguradas carreiras da RN de Cacilhas para a Quinta da Princesa e Medideira, de acordo com as necessidades.

O regresso da Quinta da Princesa e da Medideira está conjugado com o horário dos barcos.

Assegurados, nos 3 dias da Festa, transportes até às 02.00h com a frequência necessária ao escoamento de todos os passageiros (aprox. 15/15 minutos).

Transportes Rodoviários

A — Cacilhas/Quinta da Princesa

Terminal: Quinta da Princesa (cruzamento com a Estrada do Talaminho)
Horário: Assegurados, nos 3 dias, transportes até às 02.00h com a frequência necessária ao escoamento de todos os passageiros (aprox. de 15/15 minutos) (* no Domingo até à 01.30h)

B — Cacilhas/Paio Pires (Via Seixal) — carreira 7113

Terminal: Bairro da Medideira (junto ao Campo do Amora)
Horário: Assegurados, nos 3 dias, transportes até às 02.00h com a frequência necessária ao escoamento de todos os passageiros (aprox. de 15/15 minutos) (* no Domingo até à 01.30h)

C — Cacilhas/Seixal (Directo) — carreiras 7112/7114

Paragem: Cruz de Pau
Horário: Regresso até à 00.45h
D — Baixa da Banheira/Medideira
Terminal: Bairro da Medideira (junto ao Campo do Amora)

Horário: Sexta-feira
— Ida: 18.00/19.00/20.00/21.00/21.30h
— Regresso: 23.00/00.00/00.30/01.00/01.30/02.00h
Sábado e Domingo
— Ida: 10.30/11.30/12.30/13.30/15.00/16.00/18.00/19.30/20.00/21.00h
— Regresso: 18.00/19.00/20.00/21.00/22.00/22.30/23.00/23.30/00.00/00.30/01.00/01.30/02.00h

Amadora/Quinta da Princesa

Terminal: Bairro da Quinta da Princesa
Na 6.ª-Feira — das 17.00 às 24.00h
Sábado e Domingo — das 09.00 à 24.00h

FALTAM DUAS SEMANAS PARA O SORTEIO DA EP

Mais um incentivo para acelerar a compra com antecedência do bilhete que dá acesso à Festa nos dias 4, 5 e 6 de Setembro

O melhor prémio que, por 1300 escudos, ganha quem compra uma Entrada Permanente para a 14ª Festa do «Avante!» é, sem dúvida, a possibilidade de, por um preço inferior ao da maioria dos espectáculos que têm lugar no nosso país, participar durante três dias no maior acontecimento cultural e político que por cá ocorre, com acesso a muito diversos espectáculos de qualidade nas áreas que mais preferir, encontrando pessoas e culturas de todos os distritos portugueses e de dezenas de outros países.

Mas, além desse grande prémio - e de todos os outros bónus oferecidos pela Festa do «Avante!» às centenas de milhares de pessoas que a visitam -, é particularmente

incentivada a aquisição da EP com antecedência. É que, para além da venda das EPs, o PCP não dispõe de qualquer receita própria para levar a cabo tão importante iniciativa. Os fundos conseguidos com a venda antecipada da EP funcionam, assim, como o seguro de vida da própria Festa. Ao incentivo político (e, porque não, cultural), soma-se a possibilidade de participar no sorteio que aqui publicitamos e que terá lugar já no dia 30 deste mês. Para se habilitar às viagens, à câmara de vídeo ou aos livros, só tem que adquirir desde já a sua EP. Ah! E não se esqueça da família, dos amigos, dos vizinhos!...

Avante com a venda antecipada da EP



30 de Agosto
Quinta da Atalaia

Compra já a tua EP, ingresso e título de solidariedade para com a Festa do «Avante!»

1.º Prémio: Duas viagens à Tunísia em colaboração com Agiturismo

2.º Prémio: Câmara de filmar vídeo modelo SV500/Super VHS

3.º Prémio: 50 contos em livros em colaboração com a CAMINHO

COLÓQUIOS NO FORUM DO PAVILHÃO CENTRAL

Está já definido o programa dos colóquios que, com a participação de dirigentes e deputados do Partido e especialistas das diversas áreas em debate, vão ter lugar no Forum do Pavilhão Central da Festa. Na sexta-feira, às 21.30 horas, vão estar em foco os problemas e perspectivas das áreas metropolitanas. Sábado é preenchido com três grandes temas: Maastricht, que projecto para a

Europa, que futuro para Portugal (às 15 horas), 14.º Congresso do PCP, o Partido, os valores, o projecto (18 horas), e Portugal democrático, o património de Abril, as ameaças do presente e a resposta dos democratas (21 horas). No domingo, às 15 horas, tem lugar um colóquio sobre direito à greve e direitos dos trabalhadores, e a resposta à ofensiva do capital.

Cavaquinhos e cantadores na Tasca do Alto Minho

Do distrito de Viana do Castelo vêm este ano à Festa tocadores de cavaquinho e cantadores ao desafio, com a especial incumbência de zelar pela boa animação da Tasca do Alto Minho. Aqui vai haver, só no sábado

à noite, o afamado arroz de sarrabulho. Nos outros dias, pode-se ali apreciar uma grande variedade de pratos e petiscos minhotos, como rojões, bacalhau frito, salpicão caseiro da Serra d'Árga, broa de milho e

doces de ovos (doritas e manjericos). O espaço do Alto Minho integra ainda um stand de artesanato, com louça de Viana, bordados, palmitos, rocas e lenços regionais, numa profusão de cores e aplicações.



Regulamento da 5ª Corrida da Festa (Síntese)

A Festa do «Avante!» organiza, no próximo dia 6 de Setembro, uma corrida aberta a todos, com início pelas 9.30 horas.

A corrida da Festa do «Avante!» terá a distância de 14 km (aprox.).

1 - TRAJECTO

PARTIDA — Junto ao Campo do Amora, Quinta da Medeira, Fábrica da Resina, R. 1.º de Maio, Cruzeiro, Rua 25 de Abril, EN/10, Rua MFA, Ponte da Fraternidade, EN/328, Rotunda (T. da Marinha), EN/10-2, Farinheiras, Av. Gen. Humberto Delgado, Paio Pires, Cruz. do Seixal, Av. dos Metalúrgicos, Av. Vasco da Gama, Largo dos Restauradores, Av. D. Nuno Álvares Pereira, Praça 1.º de Maio, Av. da República-Arrentela, Ponte da Fraternidade, Rua MFA, Av. Silva Gomes, Rua dos Lobatos, Largo Manuel da Costa, Rua da Fonte de Prata, Quinta da Medeira. Chegada ao Campo do Amora.

2 - ESCALÕES

Juniões M/F — Nascidos em 1973/74
Seniores M/F — Nascidos em 1972
Veteranas — Atletas c/ 35 anos e mais (a)
Veteranos I — Atletas c/ 40 a 44 anos (a)
Veteranos II — Atletas c/ 45 a 49 anos (a)
Veteranos III — Atletas c/ 50 a 54 anos (a)
Veteranos IV — Atletas c/ 55 anos e mais (a)

(a) No dia da prova

3 - INSCRIÇÕES

As inscrições serão gratuitas e deverão ser efectuadas entre 20 de Julho e 28 de Agosto de 1992, da seguinte forma:

Pessoalmente — na Av. António Serpa, 26, 2.º Esq. — 1000 LISBOA, das 9.30 às 13.00 horas e das 14.00 às 18.30 horas — Telef. 793 09 73.

Pelo correio — (com a entrega do dorsal no dia da corrida a partir das 8.00 horas, junto do Campo do Amora), para: Corrida da Festa do «Avante!» — Av. António Serpa, 26 - 2.º Esq. — 1000 LISBOA.

Atenção — Em caso algum serão aceites inscrições no dia da prova

4 - ASSISTÊNCIA MÉDICA

A organização não se responsabiliza por qualquer acidente ocorrido durante a realização da prova, mas assegurará a presença de médico e serviço de primeiros socorros.

5 - PRÉMIOS

Estarão em disputa alguns dos seguintes prémios:

- Vencedores absolutos femininos e masculinos: viagem turística à Madeira, com a duração de 3 dias, com alojamento e pequeno-almoço. Válido até finais de Outubro de 1992.
- Até ao 1000.º classificado — camisolas
- Todos os atletas que terminarem a prova terão uma entrada gratuita na Festa do «Avante!».

Regulamento do Torneio de xadrez

Partidas semi-rápidas de 15 minutos

A comissão de desporto da Festa do «Avante!» organiza um torneio de xadrez no dia 6 de Setembro de 1992, com início às 10.30 horas, no espaço do xadrez da 14ª Festa.

Nesta prova, integrada nas actividades da Festa, podem inscrever-se todos os indivíduos que desejem participar. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas desde já para a comissão de desporto da Festa do «Avante!» (Av.

António Serpa, 26, 2º Esq. 1000 Lisboa), ou no local da prova, até meia hora antes do seu início.

A forma de competição será definida após o encerramento das inscrições, tomando por base o número de inscritos (em princípio, será o sistema suíço, em 5 sessões).

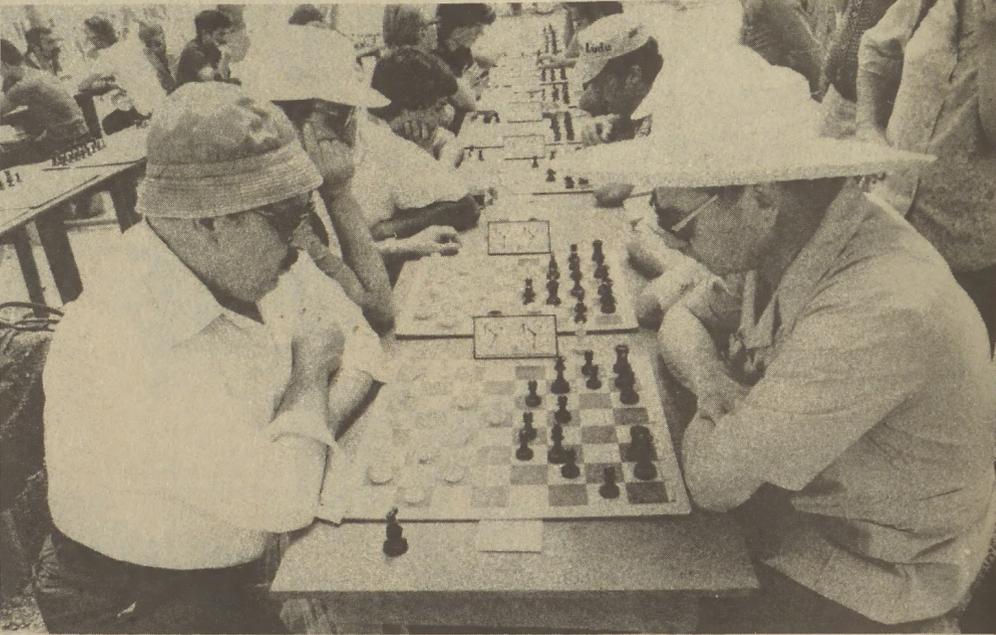
Todas as partidas serão realizadas com 15 minutos para cada jogador. No caso de empate para os primeiros lugares com

direito a prémio, serão jogadas partidas de desempate, com cores sorteadas. Os restantes lugares da classificação final, no caso de empate, serão considerados *ex-aequo*.

O torneio rege-se pelas regras específicas da Federação Portuguesa de Xadrez para este tipo de provas. Será eliminado o jogador que faltar à primeira sessão. Serão atribuídos troféus aos 3 primeiros

classificados, e medalhas do 4º ao 6º. Aos restantes participantes serão entregues lembranças de presença.

Em todos os aspectos técnicos e regulamentares será responsável pelo torneio Henrique Cardoso, do Clube Recreativo das Cavaquinhãs. Os casos omissos serão resolvidos pela direcção arbitragem, em colaboração com a comissão de desporto da Festa do «Avante!».



Elisea Beja Santos: «Naturalmente na Festa»

Sendo a actividade desportiva uma das formas de expressão cultural de um povo e sendo a Festa do «Avante!» a maior manifestação da cultura popular realizada em Portugal, parece natural que o desporto tenha tido, desde sempre, uma participação de relevo nesta grande festa. Mas essa naturalidade só o é de facto para aqueles que têm da cultura e do desporto uma ideia humanizante, seja qual for a sua forma de expressão. E em Portugal tem sido o PCP o partido que tem expressado essa ideia na sua prática política, quer promovendo o

desenvolvimento onde detém meios que tal possibilitam, quer lutando contra a prática de retrocesso e abandono levada a cabo pelos responsáveis pela condução da política desportiva no nosso país. Por isso, aqueles que comungam dessa ideia e que por ela têm lutado não podem deixar de, mais uma vez, saudar a Festa do «Avante!» e, nela, a sua vertente desportiva. Mas, acima de tudo, saudar os praticantes desportivos nela participantes, verdadeiros obreiros do desporto de carácter popular e de massas. Avante, companheiros do



desporto! Vamos p'rá Festa, que o desporto é isso!

(Depoimento de Elisea Beja Santos, professor de Educação Física na Escola Preparatória da Damaia e treinador da equipa feminina de seniores de basquetebol do Centro Recreativo Estrelas da Avenida, actual campeã nacional e detentora da Taça de Portugal e da Supertaça)

De Cascais à Atalaia

Nos dias 5 e 6 de Setembro, por iniciativa da comissão concelhia de Cascais do PCP, vai haver excursões para a Festa do «Avante!», ao preço de 750 escudos por pessoa (ida e volta). Os autocarros partem do Largo de Alcibideche às 8 horas, passando depois por Manique, Alto de Tires, São Domingos de Rana e Sassozeiros. A saída da Atalaia será às 00.30 horas.

As inscrições podem ser feitas, desde já e até dia 30, nos centros de trabalho do PCP no concelho.



A fachada do centro de trabalho de Cascais do PCP em vésperas da Festa do «Avante!»

Castelo Branco

O espaço de Castelo Branco na 16ª Festa do «Avante!» integra uma exposição sobre a actividade do PCP na região, um bar (com bebidas finas e cocktails) e um restaurante (onde haverá caldo verde, frango assado e febras no pão).

Do alto da serra para a Festa os camaradas albacastenses trazem, pois claro, queijos, enchidos, presuntos, vinhos e mel.

Vila Real

Os bons vinhos do Douro (e em especial o vinho generoso de Favaio, bem como vinhos de adegas particulares da região) vão fazer as delícias de quem visitar o pavilhão de Vila Real. Também vai haver feijoada à transmontana, canelões fumados e as tão doces «cristas de galo».

Açores e Madeira

Ainda que em vésperas de eleições, os camaradas das regiões autónomas da Madeira e dos Açores vão, também este ano, estar presentes na Festa.

Pelo que já sabemos, da Madeira vêm bebidas (entre elas, a famosa poncha), bolo e broas de mel, vários trabalhos em vime, brinquinhos, castanholas e chapéus típicos.

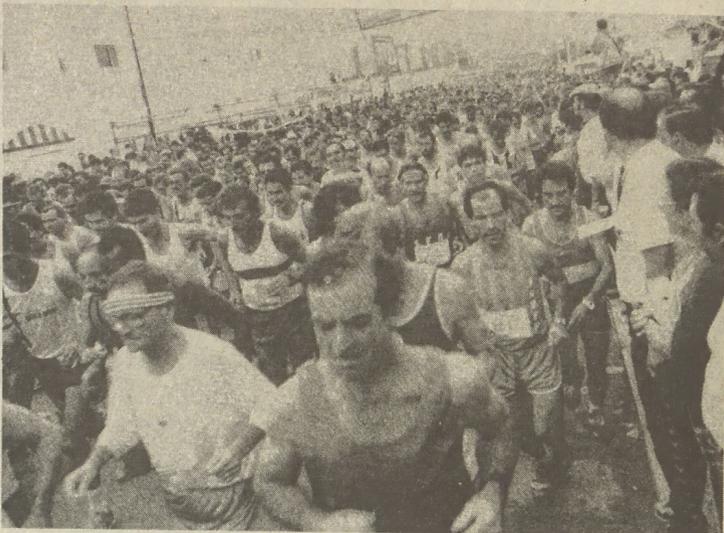
Os Açores vão ter uma exposição sobre as eleições regionais de Outubro, e vão vender queijo, licor de maracujá e chá, entre outros produtos da região.

Bernardo Manuel: «O mais importante é o convívio»

A componente mais importante de qualquer corrida de estrada é o convívio entre todos os participantes, independentemente da sua origem social ou credo. A Corrida da Festa do «Avante!», como a maioria das provas de estrada, tem

um carácter eminentemente cultural, a vitória individual dilui-se na participação colectiva. Estou convicto de que o número de participantes aumentará de ano para ano. Faço um apelo para que esta corrida perdure no tempo.

(Depoimento de Bernardo Manuel, professor de Educação Física e membro da Direcção Técnica da Federação Portuguesa de Atletismo, é treinador do meio-fundo do Sporting Clube de Portugal. Foi atleta internacional deste clube e, em 1981-82 conquistou em Itália o título de campeão da Europa de curta-mat)



Propostas e lutas pela igualdade

No Pavilhão da Mulher da 16ª Festa do «Avante!» vai ser dado especial destaque à acção do PCP na promoção da igualdade de direitos e de oportunidades, ao papel das mulheres comunistas em todas as áreas de intervenção partidária e à realização do 14º Congresso do Partido.

A situação das mulheres, as suas lutas em defesa dos direitos, as iniciativas e as propostas do PCP (e a discussão destes temas no âmbito da preparação do congresso) serão aspectos a abordar nos debates que aqui vão ter lugar e em que participam mulheres comunistas que, um pouco por todo o País, intervêm na vida partidária, nos sindicatos e comissões de trabalhadores, nas autarquias, na Assembleia da República, no movimento feminino.

O pavilhão dispõe de um bar, com apetitosas refeições leves e bebidas bem frescas. Funcionará ainda um espaço de animação cultural, onde a música e a poesia vão marcar presença.

Com a colaboração do Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira, vai estar patente no centro do livro e do disco da Festa uma exposição sobre a vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes. Neste espaço será feito o lançamento de uma nova edição, revista, da obra completa deste escritor comunista, a qual inclui uma versão do romance «Engrenagem» inédita e corrigida pelo autor. Outra novidade do centro este ano é a exposição e venda de brinquedos. Como habitualmente, o visitante da Festa do «Avante!» pode encontrar no centro do livro e do disco as últimas novidades e os mais recentes éxitos editoriais, a par de uma grande zona de saldos, com preços verdadeiramente convidativos.

Soeiro Pereira Gomes no centro do livro e do disco



Este é ainda um espaço privilegiado de encontro do público com muitos autores, que ali participam em sessões de autógrafos.

A causa das coisas

Breves notas sobre a participação portuguesa nos Jogos Olímpicos de Barcelona



CARLOS RABAÇAL
Membro da Comissão
Executiva Nacional

Para ser realista, há que ter em conta que não existem desígnios divinos ou milagres que possam resolver permanentemente a contradição entre ausência de desenvolvimento desportivo e obtenção de bons resultados desportivos.

Ainda com os olhos cheios das imagens deslumbrantes do espectáculo de encerramento dos Jogos, parece-nos indispensável alinhar algumas reflexões sobre a participação portuguesa.

Muito se tem dito e escrito, em geral pela negativa, sobre a modesta «prestação» dos atletas portugueses.

São gerais as expressões de surpresa (e nalguns casos até de indignação!) com os resultados obtidos. Parece-nos que muita gente, talvez demasiada gente, esteja a esquecer que Portugal é um país com um desporto modesto e que, na última década, sofreu um retrocesso generalizado em relação à evolução do desporto a nível europeu e mundial, onde as coisas evoluíram, em geral, muito mais depressa e melhor. Talvez também muita gente se esteja a esquecer que, como dizia o professor Moniz Pereira (declarações na altura consideradas exageradas) «milagres só de 50 em 50 anos» e que com a preparação para Barcelona «ao nível da preparação de 1947», os resultados nunca poderiam ser nada de muito relevante. É que desta vez não houve o Carlos Lopes ou a Rosa Mota com o seu nível absolutamente excepcional, a escamotear as dificuldades globais do desporto português, escondendo atrás das suas medalhas a fragilidade do nosso desporto ao mais alto nível.

Nos 64 países medalhados há diferenças abismais. Nalguns casos são resultado de uma aposta forte no desporto, seja ao nível da prática desportiva generalizada, seja ao nível do apoio aos atletas mais dotados mas, noutros casos, tal como pontualmente aconteceu a Portugal noutras ocasiões, os deuses resolveram dar claramente uma ajuda fazendo emergir de panoramas desportivos muito pobres um ou outro atleta de excepção.

De qualquer modo, para ser realista, há que ter em conta que não existem desígnios divinos ou milagres que possam resolver permanentemente a contradição entre ausência de desenvolvimento desportivo (como é o caso do nosso país) e obtenção de bons resultados desportivos ou eventual conquista de medalhas.

No rescaldo dos Jogos o que «está a dar» é responsabilizar sem mais e exclusivamente os atletas, os técnicos, as federações e o movimento associativo em geral, pelos resultados pouco satisfatórios. Algumas responsabilidades podem ter obviamente neste ou naquele caso, na sua esfera de acção própria, mas não podemos deixar de estar em desacordo com esta visão restrita do problema.

Poucos parecem preocupados com as causas profundas das coisas, esquecendo responsabilidades próprias, ignorando os sucessivos alertas para a situação do desporto nacional feitas pelos nossos melhores atletas, pelos técnicos, pelos dirigentes associativos e olímpicos.

Uma década negativa para o desporto português

Num Seminário realizado a 16 de Maio deste ano o PCP procurou dar um contributo para a análise da situação desportiva do país. As conclusões do Seminário reflectiram uma grande preocupação com o atraso do desporto nacional e constituem um libelo acusatório para a política dos sucessivos governos do PSD na última década. De facto, como é possível progredir num país em que a educação física não funciona, o desporto escolar quase não existe, o desporto universitário atingiu a estaca zero, o desporto popular de expressão amadora sobrevive quase sem apoios, a medicina desportiva não tem expressão e os apoios à alta competição, quando existem, são pontuais, avulsos e insuficientes, impedindo qualquer planificação? Acresce que não há política de formação de técnicos e que, na última década, o défice global de instalações desportivas, apesar do importante esforço de algumas autarquias, atingiu um nível absolutamente irreversível nos próximos anos.

Após mais de um década com a responsabilidade do desporto (seis anos com maioria absoluta) o PSD e os seus governos foram e continuam a ser incapazes de tomar uma única medida de fundo, de projectar uma única acção que

aponte para o alargamento e democratização da prática desportiva, para a criação de infra-estruturas, de apoio técnico, de apoio médico, de formação, de enquadramento legislativo adequado para o desenvolvimento harmonioso do desporto nacional até ao mais alto nível.

Os governos PSD têm optado pela politização e governamentalização do fenómeno desportivo, pela crescente desresponsabilização face aos apoios e à solução dos problemas, por uma postura irresponsável, irrealista e demagógica (de que são exemplos a situação criada com a Nave Desportiva do Jamor, a candidatura apressadamente retirada à organização do Campeonato Mundial de Futebol Sénior de 1998 e a frágil e naturalmente rejeitada candidatura à organização do Campeonato Europeu de Futebol Sénior em 1996), pela falta de transparência e ausência de critérios claros na atribuição das verbas do Fundo de Fomento do Desporto, pelo desnorte político e a falta de ética nas tentativas de desculpabilização dos erros dos governos e do PSD, pelo auto-elogio, a auto-satisfação e a auto-afirmação em termos de pura propaganda política.

A tentação autoritária

É neste contexto que a postura do Governo avaliada pelas declarações recentes do ministro Couto dos Santos assume um carácter chocante. Couto dos Santos não faz a necessária autocrítica face ao desastre da política do PSD, partido de que é dirigente há largos anos, ou face à incapacidade dos governos a que tem pertencido também há largos anos. Antes escamoteia as responsabilidades próprias, afirma a um semanário que o Governo cumpriu e aponta o dedo acusador, qual Deus sentado no Olimpo, aos atletas que não terão tido brio, aos técnicos portugueses que não serão competentes, ao associativismo que não terá assumido as suas responsabilidades.

A pergunta que se pode fazer é se os governos, a actuação dos governantes e as políticas promovidas têm estado ao serviço do desenvolvimento do desporto nacional? A resposta é claramente não! É esta a questão de fundo que não pode ser escamoteada.

O que aconteceu em Barcelona é que o governo viu sair-lhe pela culatra o tiro da demagogia que habitualmente dispara cavalcando os feitos desportivos dos atletas portugueses. Tem sido assim ao longo dos tempos com diferentes atletas e modalidades e, mais recentemente, de uma forma óbvia e indecorosa, procurando chamar a si a vitória dos jovens portugueses no campeonato do mundo de futebol júnior como um êxito da apreçoada democracia de sucesso, sem que nada tenha feito para a obtenção de tão importante resultado desportivo. É num tom despeitado que o ministro não perdoa a «desfeita» que o sistema desportivo lhe terá feito e a vergonha que terá sentido face aos seus pares em Barcelona. Será que o sistema desportivo lhe poderá perdoar as injustas acusações e a exclusiva responsabilização de atletas, técnicos e dirigentes?

Não deixa de ser interessante verificar que, ao mesmo tempo, e ainda que indirectamente, o próprio ministro reconheça o falhanço da acção do PSD e dos seus governos na última década quando afirma que «(...) toda uma geração de atletas está a despedir-se da alta competição, verificando-se que entre eles e os jovens há um grande vazio. Isto significa que não é possível fazer um trabalho continuado entre gerações». Esta afirmação não vem acompanhada da devida assunção de responsabilidades.

Neste momento é a tentação autoritária que começa a afirmar-se por parte do Governo. Ao contrário do movimento associativo que propõe um debate aprofundado sobre a situação do desporto nacional e a adopção de medidas adequadas, todas as afirmações governamentais contêm críticas e ameaças veladas ou explícitas ao movimento desportivo e apontam para a adopção de medidas que ninguém discutiu: é a selecção dos desportos prioritários, sem explicitação de critérios, mas dizendo que têm de ter infra-

por exemplo acerca das actuações dos atletas portugueses, poupando-nos o ridículo das constantes e frustrantes informações sobre a... impossibilidade de as conseguir!

A obscura lavagem das verdadeiras responsabilidades

Por fim, uma última observação bem ilustrativa da contradição essencial que se observa na generalidade dos mais influentes jornalistas desportivos da RTP, à revelia da seriedade de análise de alguns dos seus comentadores mais responsáveis.

Apostando-se, ao longo dos anos, na divulgação das ideias-feitas sobre a ilusória evolução positiva do desporto português, radicada na ilusão provocada pelo alcance de algumas importantes (mas poucas) medalhas por atletas de excepção - e, com isso, alimentando esperanças vãs, mesmo em cima dos acontecimentos, na conquista de bons resultados e posições de destaque - é com verdadeiro espanto e indignação que agora todos assistimos à condenação de atletas e dirigentes no serviço público de televisão.

Sendo certo que foi com inegável surpresa e desagrado que se assistiu à exploração por vezes despudorada do costumado e inflacionado folclore de bastidores e ao falhanço de legítimas, embora modestas, aspirações (a provável conquista de meros recordes, a mera confirmação de tempos mínimos, a simples afirmação de confiança ou capacidade de competir) não é menos certo que a tendência para fazer recair sobretudo nos atletas o descalabro da actuação portuguesa nos Jogos Olímpicos, está a encontrar na RTP um forte dispositivo amplificador totalmente injustificado - atmosfera que, tudo o leva a crer, mais uma vez se vai substituir ao debate público das verdadeiras razões de tal insucesso.

Assim se revelou simbolicamente desprezível, a peça - a um tempo masoquista e de indisfarçável mau gosto - que ilustrou a última emissão transmitida de Barcelona: uma montagem-vídeo, com uma banda sonora provocatória, e uma sucessão de «retratos» de desalento, falhanço, e até inadmissível gozo e desgostada ironia, no aproveitamento da imagem electronicamente ralentada ou apressada da actuação de atletas que, na generalidade, seriam merecedores de compreensão e respeito.

Porque, mais uma vez, se escamoteava ao espectador o essencial, substituído que foi este pelo habitual serviço prestado ao Governo na entrevista feita, nas bancadas do Estádio de Montjuich, ao inefável ministro Couto dos Santos. Uma entrevista lamentável, onde a controvérsia cobardemente esteve ausente, já que o ensejo servia para o ministro, tal como há quatro anos em Seul, tal como há oito anos em Los Angeles, em mais um *dopping* televisivo, eludir a clara incapacidade que tem de cumprir o que promete.

Assim continua, também no campo do Desporto, a televisão de Moniz e Cerqueira: irremediavelmente transformada nas «boxes» do Governo PSD.

-estruturas sem explicar quem as constrói; é a adopção de contratos-programa a quatro anos (porquê só 4 anos?) que têm de ter resultados, mas não se diz que tipo de resultados (medalhas, recordes, evoluções positivas...?); São os apoios a troco de resultados e na base da avaliação dos objectivos (que resultados?); é a criação da Fundação do Desporto, a requeitada e sempre adiada Fundação para captar dinheiros ao sector privado mas que nada resolverá sem uma alteração profunda da política; é a profissionalização das federações e a contratação de técnicos estrangeiros, não se sabe com que dinheiros.

No que respeita às infra-estruturas, confrontado com a inexistência de uma única piscina olímpica coberta, vai prometendo ainda que com reservas a possibilidade da construção não das necessárias piscinas, mas tão-só e unicamente da referida piscina.

A propósito da preparação dos atletas portugueses para Barcelona vai dizendo que a falta de infra-estruturas não é desculpa porque os atletas portugueses bem poderiam ir treinar ali ao lado a Espanha. A pergunta que se pode colocar é se o governo encontrou a solução milagrosa para a preparação dos atletas portugueses para os Jogos de Atlanta. Pode ser que assim estejam finalmente resolvidas situações como a vivida pela recordista nacional do lançamento do disco que teve de comparecer numa esquadra da polícia por, na ausência de melhor local, estar a treinar num jardim público.

Mais promessas - a história repete-se

A situação do desporto nacional não é boa, mas a julgar pela postura governamental o futuro não parece nada risinho. Entre o sentimento de dever cumprido, alguns disparates e muitas ameaças, parece prevalecer a mesma incapacidade para perceber o fenómeno desportivo, os princípios do seu desenvolvimento e as suas necessidades. Parece prevalecer ainda a visão estreita e imediatista de exclusivo aproveitamento político, inimiga da visão que aponta para o desenvolvimento do desporto a todos os níveis, planeando a prazo, envolvendo e cooperando com todo o sistema desportivo, com a disponibilização de meios adequados de forma prolongada (dois, três ou mais ciclos olímpicos), detectando e valorizando os atletas, formando e aperfeiçoando os técnicos, apoiando os dirigentes e outros agentes desportivos, potenciando as condições existentes e criando novas condições para alterar de forma decisiva a situação do desporto nacional.

Estamos hoje confrontados com uma situação de novas promessas governamentais para o futuro. Volta a afirmar-se que no fim destes Jogos começa a preparação para os próximos. Foi assim no final dos Jogos de Seul há quatro anos, mas os compromissos assumidos nunca foram cumpridos. Agora novas promessas, mais comedidas é facto, mas num quadro ainda pouco claro e com indicadores preocupantes. Volta a falar-se em aposta do país no desporto, há semelhança de equivalentes apostas feitas por outros países (o exemplo da Espanha é o mais referido). O que não é dito é que as apostas dos países no desporto significam sempre um papel fundamental do Estado enquanto elemento dinamizador do debate, congregador de vontades, assumindo um papel relevante na adopção das políticas, no envolvimento do sistema desportivo e das populações, contribuindo para que cada parceiro e designadamente o Governo assumam plenamente as suas responsabilidades. Pode-se dizer sem grande margem de erro que na última década se alguém procurou assumir as suas responsabilidades face ao desporto nacional foi sem sombra de dúvida o movimento associativo, os atletas, os técnicos e o conjunto do sistema desportivo, contando muitas vezes com a incompreensão, a falta de apoio e nalguns casos a hostilização dos poderes constituídos.

O debate necessário e urgente

A nosso ver, a situação criada e a apetência para falar da participação portuguesa nos Jogos exigem uma análise ponderada e muita serenidade. Há muito que defendemos um debate plural, democrático e tão amplo quanto possível sobre a situação do desporto português e sobre a necessária política desportiva para o seu desenvolvimento em todas as áreas, compatibilizando-o com as necessidades e exigências culturais da nossa juventude, do nosso povo, da população de uma sociedade moderna.

Seria fundamental que fosse possível o debate das diferentes perspectivas e que não se continuasse como até agora, a pretexto do não envolvimento da política no desporto, a dar voz apenas aos responsáveis governamentais quando se trata de abordar a evolução da situação e as propostas e soluções políticas para o desporto português. No aprofundamento e divulgação do debate e das ideias a comunicação social em geral e, em particular, a comunicação social especializada poderão assumir um papel de grande responsabilidade.

Venha pois o debate, aliás também proposto pelo Presidente do Comité Olímpico de Portugal, em declarações recentes. Pela nossa parte estamos preparados para dar o nosso contributo, com as nossas análises e sobretudo com as nossas propostas e medidas imediatas e a prazo, visando a alteração profunda da situação do desporto nacional.

No rescaldo dos Jogos Olímpicos PCP vai propor na AR diploma sobre alta competição

A Comissão Política do CC do PCP decidiu a apresentação, pelo Grupo Parlamentar na Assembleia da República, de um projecto de lei sobre alta competição após a abertura da sessão legislativa.

Na conferência de imprensa em que, antontem, foi revelada esta decisão, os comunistas sublinharam que se trata de contribuir para superar as insuficiências e aspectos negativos da legislação actual sobre esta matéria

(o decreto-lei nº 257/90), que enferma de uma perspectiva ineficientemente intervencionista do Governo, afasta o movimento associativo desportivo dos centros de decisão e não cobre de uma forma satisfatória as necessidades dos atletas, dos técnicos, dos dirigentes e outros agentes desportivos.

A transformação recente do desporto demonstrou - afirma o PCP - que os elementos que devem integrar a alta competição não emergem automaticamente da massa de praticantes desportivos, seja qual for a sua quantidade. É indispensável tomar medidas adequadas visando a formação, a especialização e o aperfeiçoamento constante daqueles que vão integrar a alta competição. É também por isso que a alta competição se afirma como um subsistema específico, ainda que não independente, no interior do sistema desportivo nacional.

Dois problemas maiores

Desde sempre a alta competição no País tem vivido dois problemas maiores, aponta o PCP:

- A falta de meios fornecidos aos atletas, às federações, às associações distritais (ou regionais) e aos clubes em que ela tem tomado forma. A alta competição tem surgido de forma espontânea, sem um quadro coordenador minimamente eficaz e, em especial na última década, sem tomar na devida conta a profunda transformação social das actividades desportivas;

- A ausência de meios legais de protecção aos atletas, treinadores e dirigentes, implicando situações de sacrifício pessoal e profissional. É conhecido o grande número daqueles que interromperam definitivamente os estudos, foram desqualificados profissionalmente ou viveram enormes dificuldades na reinserção social, esgotado que foi o seu tempo de rendimento óptimo.

Acresce que nunca foi definido um conjunto de medidas coerentemente articuladas entre si que configurasse uma política de apoio à alta competição. Tem sempre prevalecido a improvisação (é ver o que se passou com a preparação para os Jogos Olímpicos de Barcelona) e o miserabilismo dos meios colocados à disposição das federações e dos clubes.

No documento que foi divulgado terça-feira aos jornalistas afirma-se que é também e fundamentalmente a esta situação que o projecto de lei do PCP pretende responder, apontando uma nova filosofia, novos princípios e medidas concretas para o desenvolvimento da alta competição, na esteira do que tem feito ao longo dos anos, designadamente no Seminário sobre a Política Desportiva, realizado pelo Partido em 16 de Maio de 1992.

Nove linhas de acção

Para os comunistas, o subsistema da alta competição é parte, e só parte, do conjunto mais vasto de medidas que devem ser tomadas para equacionar o processo de desenvolvimento desportivo do País. Isto quer dizer que as medidas a tomar em relação à alta competição, ainda que possuindo especificidade própria, devem surgir na sequência lógica da acção desenvolvida em todo o sistema desportivo, e que esta articulação se deve fazer em todos os momentos e situações do processo da alta competição.

O conjunto de medidas que devem configurar a política de alta competição para o País é vasto e exige dotações específicas oriundas na sua parte substancial do Orçamento de Estado. O PCP considera que os aspectos centrais desse conjunto de medidas definem pelo menos nove núcleos fundamentais ou linhas essenciais de acção:

- criação de condições para a formação de futuros atletas de alto nível, questão que passa pela implantação da Educação Física em todos os graus de ensino, pela existên-



Carlos Rabaçal, da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, acompanhado por Isabel Cruz e Carlos Luz, membros do grupo de estudos para a política desportiva, que funciona junto do Comité Central do Partido, durante a conferência de imprensa de antontem

cia de um verdadeiro desporto, que exige um programa sistemático de instalações, e pelo apoio aos clubes que se dediquem à formação das camadas jovens;

- criação de condições, já no interior da própria política de alta competição, que garantam a detecção precoce dos mais dotados, a sua formação politécnica, o seu aperfeiçoamento global e, finalmente e no momento próprio, a sua especialização;

- criação de condições que permitam ao atleta de alta competição, já na fase anterior e mais ainda quando em plena competição, o desabrochar pleno das suas potencialidades, sem que isso represente qualquer prejuízo para a sua vida actual e futura;

- criação de condições para que toda a estrutura federada garanta o enquadramento técnico, formativo e de preparação para a competição, capaz de criar o ambiente mais adequado ao eclodir das capacidades do atleta;

- criação de condições que permitam integrar a política planeada de alta competição na política global do desporto federado, como forma de lhe dar plena coerência e otimizar os meios disponíveis;

- coordenação interministerial, potenciando os meios financeiros, materiais e humanos, no quadro de uma política de convergência para objectivos previamente definidos;

- criação de condições para a obtenção dos mais elevados resultados pelas equipas e atletas em representação nacional, sem sacrificar o homem ao atleta;

- criação de condições que liquidem a macrocefalia e a centralização dominantes e permitam que em todo o País os jovens tenham idênticas possibilidades para se afirmarem como atletas de alta competição, sem que isso signifique desinserção social, afastamento da família e entrega extemporânea a si próprio;

- criação de condições para que o enquadramento técnico e humano dos atletas assente em bases cientificamente investigadas e no alargamento permanente dos conhecimentos, quer em extensão, quer em profundidade;

- criação de condições que protejam permanentemente o atleta contra os excessos de toda a ordem que hoje rodeiam a competição e garantam a sua normal reinserção social no momento em que termina a sua carreira.

Este conjunto de linhas de acção - precisa o PCP - deve ser traduzido de forma concreta através de medidas que abrangem toda a estrutura federada e que se devem orientar para a elevação do nível da prestação dos atletas. As medidas concretas ir-se-ão centrar nas formas e soluções de detecção atempada dos mais dotados, na criação de condições de preparação para o atleta estudante e para o atleta trabalhador, para a consideração da situação militar, para a reinserção profissional e social do atleta no fim de carreira, para os apoios específicos à estrutura federada, para a preparação específica da delegação olímpica, a dignificação das representações nacionais no seu todo, para a formação das chamadas «esperanças» e para o apoio adequado aos clubes. Em todo o processo desportivo, e no desporto de alta competição em particular, o justo equilíbrio e a clarificação das funções do Estado, o respeito e a autonomia das federações e do associativismo em geral, associados a uma estreita cooperação entre a Administração Central e o movimento desportivo, são essenciais.

No entanto, o PCP considera indispensável a existência de uma Comissão Nacional de alta competição, com a participação do movimento associativo, em condições de dignidade, que intervenha na definição, acompanhamento e gestão da política e recursos materiais e humanos afectos à alta competição.

A situação criada e a apetência para debater a participação portuguesa nos Jogos Olímpicos exigem uma reflexão profunda, ponderada e muita serenidade, entendem os comunistas, que se manifestaram preparados para dar o seu contributo.

No país das 60 000 falências Verão do descontentamento britânico

■ Manoel de Lencastre

As fábricas de aço de Ravenscraigh, em Motherwell, na Escócia, fecharam, finalmente, as suas portas. Os derradeiros 800 operários que lá trabalhavam deixaram-na em fins de Junho. Foi o triste encerrar de um longo capítulo da história industrial da Grã-Bretanha. Em lágrimas, homens que haviam acreditado noutros homens disseram adeus ao seu trabalho e à sua maneira de viver. Chegara o fim.

«É um autêntico crime fecharem esta fábrica, a melhor da Europa», disse Allan Rodgers, um dos operários despedidos, que aerescitou:

«Quando saí da escola comprometi a minha com a "British Steel" que era, então, uma empresa nacional, julgando ter ali emprego certo para o resto da vida. Agora, com apenas 30 anos de idade, não tenho para onde ir.»

O complexo siderúrgico de Ravenscraigh é relativamente moderno. Abriu há 35 anos apenas. Mas a "British Steel", privatizada por Margaret Thatcher, diz que aquilo não dá dinheiro, não tem viabilidade. E, daí, a necessidade de fechar. Entretanto, o que vai acontecer a esta nova onda de desempregados e à própria cidade-fantasma de Motherwell, onde 23% da população activa não tem trabalho? Esses problemas, contudo, são completamente estranhos à "British Steel". Pertencem ao governo. Fabricar aço não é uma actividade nacional. É uma forma de negócio. Se a fábrica não produz lucros, acaba-se com ela. Além disso, sempre ficam os vastos terrenos que um dia poderão ser muito bem vendidos. É assim a modernidade. Mas, repetimos, para onde irão aqueles homens que, na realidade, não sabem fazer outra coisa senão fabricar aço? Fora de si, um deles disse alto e bom som para quem o quis ouvir:

«Digam a Bob Scholey, o presidente da "British Steel", que não passa de um filho da p...»

A Grã-Bretanha agita-se e, no Verão húmido e quente, revolta-se em Bristol, em Huddersfield, em Preston, em Blackburn. Na construção civil, uma das indústrias paralisadas pela depressão, mais de 60 000 empregos vão desaparecer. Por entre os círculos que fazem previsões constantes sobre a economia, as ilusões de crescimento caem em ruínas. Surgem avisos aos homens de negócios: «Esqueçam os vossos optimismos!» A «Phillips & Drew», uma das mais conhecidas firmas da City, acaba de concluir que o grande milagre do crescimento económico dos anos 80 não passou de uma ilusão. E disse: «A natureza mortífera dos problemas que afectam a balança de pagamentos britânica está a condenar-nos a um crescimento desesperadamente baixo até ao fim do século.»

Profundamente afectadas pela crise económica-social, as finanças do Estado também sofrem. As despesas



«Salremos na hora certa!»

desinformação e de mentiras mas procurando chegar à verdade das coisas, começam a imaginar soluções. «Não será o socialismo, afinal, uma resposta adequada e natural?» reflectem. Um motorista de táxi particular, ontem industrial e hoje falido e desempregado, disse-nos, num desabafo que contém tudo o que o povo sente em toda a Inglaterra: «Quem tem a culpa de tudo isto, é a Margaret Thatcher!»

Internacionalmente, o desemprego nos países industrializados atinge, segundo a OCDE, os 30 milhões de pessoas. Os índices do «Nikkei», no Japão, continuam no seu monótono e mortal declinar. Os mercados financeiros europeus quase conhecem o pânico e o primeiro-ministro francês, Pierre Berogovoy, viu-se forçado a fazer um significativo apelo: «Peço aos dirigentes da Bolsa de Paris que se mantenham calmos.» O preço do ouro, em Nova Iorque, atingiu os 360 dólares por onça. Wall Street mostrou ressentir-se dos efeitos da crise que se apossou de quase todos os mercados mundiais. E até em Portugal, sinais de que a terrível depressão não nos poupará começam a ganhar o conhecimento do grande público apesar das constantes e espessas cortinas de fumo, e das presunções de

dos administradores do Estado, só davam prejuízos. Os conservadores e a «dama de ferro» conseguiram convencer muita gente. Noutros países, a ideia das privatizações começou a ganhar terreno. Porque haveria de caber ao Estado ser dirigente de indústrias? Era necessário desprestigiar ao máximo a concepção de indústrias nacionalizadas. E o grande capitalismo que se interessava pouco pelas novas iniciativas e pelas modernas especulações, aguardava pacientemente. Iam cair-lhe nos braços os grandes serviços essenciais, aqueles sem os quais ninguém pode viver: o gás, a electricidade, a água, os telefones. A ideia de que indústrias nacionais são sinónimo de pura ineficiência, estabeleceu-se com rapidez e relativa facilidade. Só os privados saberiam gerir com competência, lucidez, organização e só eles dispunham da força interior que gera lucros e faz brilhar tudo o que antes vivia na penumbra e nas catacumbas da burocracia. Mentiras, evidentemente. Mas mentiras que conseguiram atrair e captar as atenções de muitos governantes oportunistas em todo o mundo.

Afinal, em que consiste a eficiência dos interesses privados à frente das grandes indústrias e dos grandes serviços públicos?

Desde que, na Grã-Bretanha, se procedeu à desnacionalização e ao leilão das companhias dos telefones, do gás, da electricidade e das águas, o povo destas Ilhas viu que as novas companhias privadas lhe aumentavam os preços imediatamente, que lhe eram exigidos constantes suplementos nesses preços para o financiamento de investimentos nos respectivos serviços, que os despedimentos de pessoal se verificavam às dezenas de milhares, que a qualidade dos serviços diminuía mas que... os lucros das companhias aumentavam de maneira meteórica. Hoje, cada família britânica precisa de encontrar no seu orçamento, além do valor com que pagará os serviços em causa, uma verba extra de £400 anuais (cerca de 100 contos) para financiar os lucros dos novos e gigantescos tubarões. Foi um grande negócio!

Assim, os lucros das companhias das águas subiram, em 1991, para 1,5 biliões de libras; os da electricidade, para 2,5 biliões; os do gás excederam o bilião de libras e os da Telecom ultrapassaram os 3 biliões. As privatizações, como se vê, nada tinham a ver com questões de eficiência ou de competência administrativa. Tinham a ver com o «saque» de grandes lucros em serviços de natureza monopolista onde não podem existir dúvidas duvidosas ou investimentos de risco.

Entretanto, quando o governo anuncia a intenção de privatizar os comboios (British Rail), os investidores recuam. Aquilo já é um negócio completamente diferente e, segundo nos dizem, dele nada querem senão a exploração das grandes linhas entre Londres e Glasgow e entre Londres e Edimburgo. Quanto ao resto, «sorry...», não estão interessados. Mas o governo do Mr. Major, sem o «nervo» e sem a determinação dos governos Thatcher, mas deseioso de manter acesa a débil chama das privatizações, estaria possivelmente contemplando à confidenciam-nos à um novo e mais espectacular programa: a privatização do mar, a do sol que nos aquece e a do ar que respiramos. Porque, depois dos comboios, já nada existe neste país que valha a pena privatizar. E é por isso que a ruína espregada e o cataclismo se aproxima.

O maior espectáculo do mundo está entrando em cena em toda a Grã-Bretanha! Para observá-lo, ninguém carece de bilhete ou de reserva de lugar. Basta abrir os olhos. É um espectáculo único que se desenrola diante do mundo inteiro. E chama-se: «Os últimos anos do capitalismo». Produtores: o partido dos «tories» e John Major. Inspira-dora-chefe: Margaret Thatcher.



aumentaram para £245 biliões. Mas as receitas recuaram devido à estagnação das actividades e os «deficits» começaram a crescer. Os pagamentos à Segurança Social (serviços de saúde à parte) custam, anualmente, nada menos de £76 biliões de libras. O governo conservador de Mr. Major prefere pagar subsídios de desemprego a quase três milhões de pessoas. Recusa-se a uma política de trabalho e de reactivação das indústrias britânicas. Deixa as coisas ao sabor das oscilações do mercado. Este, portanto, dita as suas leis. E enquanto a especulação triunfa, a Grã-Bretanha encaminha-se para uma catástrofe. Atónito, o povo que ainda a 9 de Abril reelegera os «Tories», pergunta: «Quem poderá fazer alguma coisa por isto?» As populações das Ilhas Britânicas, desorientadas por décadas de

muita gente cujo trabalho consiste em esconder as duras realidades da vida económica nacional.

A verdade sobre as privatizações

As privatizações surgiram no programa de Margaret Thatcher como a grande iniciativa dos anos 80. Era essencial «libertar» o Estado dos encargos e das obrigações que lhe correspondiam como «patrão» das indústrias e dos serviços nacionais. E era preciso, também, chamar à direcção dos negócios a iniciativa privada, colocar nas suas mãos e ao abrigo da sua imaginação e do seu instinto para os lucros as grandes empresas nacionais que, sob o controlo

A crise vista de Nova Iorque

A tentação da guerra na eleição americana

■ Miguel Urbano Rodrigues

Uma breve visita a Nova Iorque no final de Julho permitiu-me sentir o pulsar da crise norte-americana.

A campanha eleitoral desenvolve-se em atmosfera de tempestade. O presidente George Bush, na sua busca de uma reeleição cada vez mais difícil, deixa transparecer uma agressividade e uma insegurança crescentes. O nervosismo é compreensível. De certa maneira, ele contempla-se como o capitão de um Titanic económico, político e social — os Estados Unidos da América, gigantesco navio arrombado cuja tripulação perdeu o rumo e fita o horizonte com pouca esperança.

A tensão é nos EUA componente do clima eleitoral. Mas neste Verão de 1992 a memória de campanhas passadas não ajuda a entender o presente.

Os EUA conseguiram, inesperadamente, ficar isolados como única grande potência mundial. A URSS desagregou-se em processo de implosão. O socialismo, ali, suicidou-se, como diz Fidel Castro. Washington pode agora impor a sua vontade a um Conselho de Segurança dócil. E, contudo, a vitória política resultante da autodestruição do socialismo na Europa não trouxe nem segurança nem maior bem-estar ao povo dos EUA.

O governo Bush assiste, alarmado, ao rápido agravamento dos problemas internos. A **recuperação lenta** é uma piedosa mentira. O país afunda-se numa recessão pantanosa.

O final de Julho foi desastroso para o presidente. No início do mês a sua eleição parecia garantida. Mas os vaticínios de vitória assentavam em bases frágeis. Em Washington, o presidente foi mal recebido por professores que o acusaram de invocar «valores tradicionais da família» para os distorcer. Parentes de militares desaparecidos no Vietname passaram a acossar a Casa Branca, semeando dúvidas sobre a honestidade das suas atitudes. Em New Jersey, a *tournee* de Bush foi decepcionante. O presidente-candidato mandou calar cidadãos cujas perguntas e comentários considerou inadequados. Mais do que *gaffes*, as suas atitudes revelaram descontrolo emocional. Pela primeira vez, os grandes diários nacionais recordaram que George Bush é um homem envelhecido, gasto.

O vice-presidente Dan Quayle, pelo seu lado, desajuda. Numa escola fez a demonstração da sua incultura. Não sabe escrever a palavra **potato** (batata); corrigiu um estudante que usara a ortografia correcta. Semanas depois, interrogado sobre o que faria se a filha, adolescente, ficasse grávida, deu uma resposta incompatível sobre tudo o que tem dito sobre o tema do aborto. A mulher teve de lhe acudir, desmentindo-o, para salvar a situação.

Quando o presidente, assustado com o mau rumo da campanha, lançou um apelo a James Baker para que o secretário de Estado tentasse endireitar as coisas, alguns jornalistas — como o correspondente do «Financial Times» de Londres —, falaram de «colapso moral no campo de Bush». Não houve exagero.

Na segunda quinzena de Julho, enquanto a estrela do herdeiro de Reagn se embaciava, a de Bill Clinton começou a irradiar um brilho intenso. O refinado e semipopulista candidato do Partido Democrata principiou, de repente, a tirar dividendos do seu prudente e astucioso estilo.

Em primeiro lugar, a sua longa excursão por pequenas cidades na rota Nova Iorque-Saint Louis correu muito bem. Para a boa atmosfera contribuiu o seu «vice», o senador Al Gore, político habilidoso e inteligente.

Sobre Clinton desabou, entretanto, um presente vindo do céu: a desistência de Ross Perot. A grande maioria dos apoiantes do texano mostra-se propensa, de acordo com as sondagens, a votar no candidato do Partido Democrata. Clinton passou a ser claramente favorito.

Ross Perot

A receptividade que a candidatura Perot encontrou é um fenómeno inseparável da complexidade da crise.

O bilionário texano H. Ross Perot é um cidadão reaccionário, inculto, primário, que expõe e defende, com paixão, ideias de extrema-direita.

Por que conseguiu, então, conquistar a simpatia de uma enorme massa de eleitores que não se identificam ideologicamente com ele?

A credibilidade obtida por Perot ilumina bem a angústia e a ausência de perspectivas que caracterizam o período pós-guerra fria. Milhões de americanos que o apoiaram não aderiram ao pensamento fascizante de Pe-

rot; sentiram-se atraídos pela **independência** que a sua candidatura (supostamente) expressava. Ross Perot irrompeu na arena em desafio ao sistema tradicional, num país onde há dois séculos o Poder é exercido por dois partidos que, na realidade, são apenas imagens diferentes do mesmo partido. Convenceu muita gente de que estava honestamente empenhado em lutar contra uma engrenagem política que o povo responsabiliza cada vez mais pela decadência económica, social e moral do país.

O fundamental não foi captado pela opinião pública.

Perot acusou Bush (com razão) de não ter programa. Ele, contudo, também não tinha. Levantou as bandeiras da luta contra a corrupção, o nepotismo, e o secretismo e o abuso de poder. Isso apesar de haver acumulado uma fortuna colossal (mais de três mil milhões de dólares) utilizando os mecanismos que denunciou.

Ross Perot financiou comissões de inquérito a negócios fraudulentos do irmão e de três filhos de George Bush (Neil, Jeb e George Junior), mas beneficiou ele próprio das mais sujas e ilegais operações, realizadas com a cumplicidade da Administração Reagan. Sócios seus foram acusados de envolvimento no narcotráfico e na venda de armas aos **contra** nicaraguenses. Nunca escondeu, aliás, a sua admiração incondicional pelo tenente-coronel Oliver North, estrela do Irangate.

Sabia-se que financiou a escalada da guerra no Vietname e organizações parapolíciais de Dallas que pouco se diferenciavam dos tradicionais esquadrões da morte latino-americanos. Racista integral, sugeriu anos atrás que os negros e latinos daquela cidade texana fossem alvo de medidas discriminatórias e impedidos de residir em certos bairros.

Organizações democráticas definiram-no como um político mais agressivo do que o Pentágono e mais conspirador do que a CIA.

A sua máscara de **independente**, e a veemência das suas críticas ao **sistema** borraram o retrato ideológico do inimigo do povo.

Paradoxalmente, Ross Perot é, foi sempre, um homem do sistema. A declaração em que tentou justificar a sua retirada da corrida à Casa Branca é esclarecedora do seu temor de ver abalados os alicerces do **sistema** que afirmava combater. Acabou por se assustar com o próprio êxito. Ao perceber que não chegaria à Presidência, mas que a eleição poderia ser decidida no Congresso porque nenhum dos candidatos obterá a maioria absoluta, saiu da cena. A engrenagem do bipartidarismo iria sofrer um tremendo abalo, o que afectaria o **sistema** de Poder. A consciência de classe de Perot funcionou.

O fenómeno Clinton

Bill Clinton é também um político atípico. O seu comportamento contraditório desconcerta os analistas que se habituaram a considerar o senador do Arkansas como um ser imprevisível.

Como frequência, os partidários de Bush lembram que Clinton emerge cada vez mais como representante dos interesses do grande capital transnacional. É, efectivamente, o candidato da globalização, enquanto Bush se representa sobretudo a si mesmo, à burocracia republicana e aos falções do Pentágono.

Na actual conjuntura de crise, Bush surge às forças democráticas como o adversário mais perigoso, o que não implica qualquer crédito de confiança a Clinton.

O realismo e a experiência têm sido trunfos importantes na campanha do candidato do Partido Democrata. Clinton não hesita, por exemplo, em reconhecer que a dependência da economia dos EUA relativamente à Europa e ao Japão assumiu nos últimos anos proporções preocupantes. E extrai daí a conclusão lógica de que essa dependência tornou obsoleta e até ridícula a tese da hegemonia económica dos EUA — tese que desde a Presidência de Truman foi incutida ao eleitor comum.

Como político pragmático experiente, atento às lições da história, Clinton tem consciência de que o poderio militar sem base económica sólida não pode assegurar uma supremacia duradoura. Retomando um sonho de Jimmy Carter, fala em criar novos mecanismos de coordenação financeira e política entre os EUA, a CEE e o Japão.

O sociólogo panamenho Guillermo Castro Herrera, em interessante trabalho, chamou já a atenção para o paralelismo existente entre a estratégia de Clinton e o projecto concebido pela Comissão Trilateral para garantir a estabili-

dade do capitalismo monopolista, atenuando as suas contradições mais explosivas.⁽¹⁾

Não é de estranhar, portanto, que muitos dos grandes empresários dos EUA prefiram Clinton a Bush. O lobby sionista, embora cauteloso, também está com ele.

Ao negar a evidência e insistir no refrão de que «a economia dos EUA vai muito melhor do que o povo diz», Bush desacredita-se perante o eleitorado. Clinton, pelo contrário, define a situação do país como «desastrosa». No plano externo promete uma cooperação sem arrogância com a Europa e o Japão, olhados como parceiros iguais. No plano interno acena às massas com um projecto multimilionário de reconstrução económica, financiado com impostos consentidos pelas grandes empresas com verbas obtidas com a redução dos gastos militares. Os toques demagógicos contribuem, por vezes, para o efeito do seu discurso. Até promete transferir para a Polícia militares desmobilizados, a fim de melhorar a segurança pública (um pesadelo) nas grandes cidades...

As incógnitas são, contudo, muitas. É pouco tranquilizador — apenas um caso — que Clinton tenha apoiado a encenação iraquiana de Bush.

Uma economia arrombada

O americano médio sabe hoje que a situação da economia é péssima. Bush continua a pagar a factura da chamada «revolução reaganiana», que enriqueceu os mais ricos e empobreceu o povo trabalhador.

Nos últimos 15 anos houve alterações na distribuição do PIB que geraram graves desequilíbrios. O tecido social ressentiu-se. A transferência de riqueza dos 60 milhões mais pobres os cinco milhões mais ricos foi, anualmente, em média, de 150 mil milhões de dólares, desde 1978. Esses cinco milhões acumulam um milhão de milhões de dólares. Os mais ricos dispõem de um rendimento 50 vezes superior ao dos mais pobres. Não obstante a crise, os lucros das maiores empresas, consideradas conjuntamente, aumentaram em 1991 dois milhões de milhões de dólares.⁽²⁾

A inflação, entretanto, cresceu e o desemprego atinge níveis inquietantes. Segundo as estatísticas oficiais, o total de desempregados era de 8,5 milhões no final do ano passado. Mas não incluía um milhão de trabalhadores não inscritos nas listas organizadas pelo governo federal. Outros 5,5 milhões trabalham em regime de *part-time*.

O desemprego atinge, aliás, desigualmente as diferentes comunidades. Entre os negros é 13% mais elevado do que a média nacional e entre os latinos 10%.

O racismo, em expansão (a rebelião de Los Angeles foi uma advertência), agrava tensões no mundo do trabalho. Em Nova Iorque, amigos recém-chegados da Califórnia contaram-me que em Los Angeles viram pela primeira vez brancos norte-americanos a realizarem tarefas que eram tradicionalmente executadas por negros e latinos. Nos campos do Sul do Estado, brancos da pequena burguesia começam a ocupar postos de trabalho dos chicanos, comunidade na qual alastra o desemprego.

A juventude é particularmente atingida. Quase 75% dos **teenagers** (até 19 anos) estão desempregados. Ventos de revolta agitam a gente moça. Em 1988, 15 escolas (colégios e faculdades) foram ocupadas pelos estudantes; em 1990 registaram-se 76 acções desse tipo, quase todas motivadas pelo alto custo do ensino.

15 milhões de analfabetos

A Administração Bush continua a sustentar as teses ultraliberais do Estado mínimo. Mas a prática ridicularizou o ultraliberalismo. O Estado foi forçado a intervir repetidamente para acudir ao sector em defesa do sistema.

A falência em cadeia das Saving & Loans (caixas de poupança e previdência) teve um efeito de terramoto no país. Ficou um buraco de 1300 mil milhões de dólares. A dívida total — a pública federal e a das grandes empresas — ultrapassa a quantia fantástica de onze milhões de dólares — onze triliões, na linguagem matemática inglesa. Somos os jurodas da dívida federal excedem os 300 mil milhões de dólares por ano. A dívida externa do país supera os 700 mil milhões de dólares.

O presidente Bush fecha os olhos. Ignora o diagnóstico dos números. Não quer ouvir falar de recessão e de crise social. Para ele são invenções dos inimigos da nação...

Mais de 40 milhões de norte-americanos não têm acesso aos serviços de saúde das organizações de previdência. Os cidadãos com mais de 65 anos pagam do seu bolso mais



de metade das despesas da assistência médica. Um milhão de americanos está infectado com o vírus da sida (180 mil novos casos por ano). A crise habitacional agrava-se e o sistema de educação piora de ano para ano (15 milhões de analfabetos) em todos os níveis.

Objectivo: derrotar Bush

O combate à candidatura de George Bush passou a ser, nas últimas semanas — sobretudo após a retirada de Ross Perot —, um objectivo prioritário que mobiliza forças políticas e sociais muito heterogêneas.

Organizações e personalidades democráticas e progressistas da sociedade norte-americana que tomam posição pelo candidato do Partido Democrata não têm ilusões a respeito de Bill Clinton. Identificam nele um candidato do sistema do qual não se pode esperar um governo que corresponda minimamente aos interesses do povo norte-americano. Derrotar Bush é a meta. E para tal será necessário votar em Clinton — olhado como o **mal menor**.

Num contexto diferente, repete-se a situação verificada em Portugal em 1987 quando, para derrotar Freitas do Amaral, a esquerda portuguesa votou em Mário Soares.

A participação, na campanha de grandes movimentos cívicos está, aliás, a surpreender os observadores. Pela primeira vez, amplos sectores da população começaram a falar da viabilidade de uma alternativa ao bipartidarismo. Não já, mas em futuro próximo. O descrédito de republicanos e democratas favorece a actuação de forças **independentes** como o Movimento Afro-Americano e o Movimento Mexicano-Americano e a Organização Nacional das Mulheres. A luta dos seus activistas tem contribuído muito para o esclarecimento das populações, do costa-a-costa, a respeito dos males resultantes da bipolarização democratas-republicanos. O comportamento do movimento sindical, não obstante as suas contradições e a atitude sempre dúbia dos seus dirigentes nacionais, é também um factor ponderável na mudança da correlação de forças que, lentamente, se processa na sociedade norte-americana.

A maioria dos 100 milhões de trabalhadores dos EUA (45% mulheres) está farta de demagogia e da hipocrisia de republicanos e democratas. Não é por capricho que a Organização Nacional das Mulheres Americanas se empenha actualmente em criar condições para a formação de um partido de massas independente, o Partido do Século XXI, como já lhe chamam.

Um projecto louco: a guerra

Em 1991, após a Guerra do Golfo, afirmava-se que era impossível travar o passo a George Bush. Agora alastra pelo país a convicção de que ele pode perder a Casa Branca.

O cidadão médio apercebe-se, finalmente, de que sucessivos governos, de ambos os partidos, o têm enganado. O processo de autodestruição do «grande inimigo», a União Soviética, não trouxe a felicidade nem o bem-estar aos lares norte-americanos. A crise, pelo contrário, agra-

ensaio concebido em função de uma jogada eleitoral que, a concretizar-se, teria consequências trágicas para toda a humanidade: o envolvimento dos EUA numa guerra nas vésperas da eleição.

A equipa de Bush chegou à conclusão de que o país voltaria unir-se em torno do seu presidente se as forças armadas forem chamadas a combater antes do início de Novembro. A reeleição seria, então, certa.

Fabricar uma nova guerra, devidamente localizada, apenas para vencer Clinton passou, assim, a ser uma hipótese tentadora para alguns dos homens do Presidente.

A polarização iraquiana pode ser somente uma cortina de fumo. Uma intervenção na Lfbia ou na Jugoslávia, ou um ataque devastador contra a Coreia Democrática, na sequência de duas semanas de intoxicação da opinião pública, permitiriam atingir o objectivo estratégico: a conquista da Casa Branca.

Uma operação dessas teria, obviamente, enormes riscos políticos. A imagem dos EUA na Europa, no Japão e em muitos países do Terceiro Mundo sofreria um desgaste grande (independentemente da posição dos respectivos governos). Uma guerra montada *ad hoc* para ganhar uma eleição seria um acto aventureiro de elevado custo histórico e desdobramentos imprevisíveis. Poderia provocar um efeito de **boomerang**, voltando-se contra o sistema que Bush pretende salvar. Mas a política exterior da Casa Branca, tal como a doméstica, tem sido conduzida com tamanha dose de cinismo que hipóteses loucas como essa são no momento tema de discussão. Perante a perspectiva da derrota, George Bush, dizem os seus adversários, é capaz de se aliar ao próprio diabo.

A atmosfera que se desenvolve na campanha eleitoral norte-americana é dificilmente imaginável em Portugal. Em Nova Iorque, porém, comentar as probabilidades de uma guerra fabricada por Bush para ganhar a Casa Branca é tema trivial nas conversas de amigos. Se a loucura se concretizasse, a gigantesca máquina mediática logo trataria de apresentar a agressão americana, onde quer que se verificasse, como opção justa e serena, em defesa da democracia e das liberdades.

Em Harlem

Reencontrei Nova Iorque tensa. Para grande parte dos moradores, a eleição pouco (ou nada) significa. Para a outra, minoritária, é acontecimento vivido com paixão.

O Verão, quente, húmido, conferia uma transparência agressiva aos contrastes habituais da gigantesca megalópolis.

A cidade, simultaneamente caótica e organizada, pareceu-me mais suja (o calor?), mas também mais aberta. Oferecia ao forasteiro uma ilusão de intimidade ocultando o que nela há de fechado e inapreensível.

Graças a um diplomata amigo, atravessei, a meio da tarde, de carro, as grandes avenidas de Harlem e algumas das suas ruelas.

É um passeio que dói e fascina. Blocos inteiros de edifícios lembram cenários de cidades fantasmáticas. Não se via um branco nos passeios. Ninguém olhava para o carro, apesar da matrícula chamar a atenção.

vou-se. Os próprios benefícios materiais do terramoto que varreu o socialismo na Europa estão a ser colhidos por outros países, sobretudo a Alemanha. Não sem amargura, o povo dos EUA descobre que o capitalismo norte-americano está doente.

O tempo joga contra Bush. A evolução da conjuntura interna não o favorece.

O recomeço da campanha contra o Iraque (o alarido contou com a cumplicidade das cadeias de televisão e dos grandes diários e semanários) foi interpretado por destacados analistas como teste à opinião pública. Identificaram no episódio em desenvolvimento um

No casario decadente, a soma do feio acaba por transmitir imagens de beleza. Os velhos prédios do início do século, com as escadas exteriores ferrugentas trazem-me à memória poemas lidos na juventude. Mesmo nas principais avenidas, com quarteirões recuperados, há janelas sem vidros, ferragens retorcidas, tapumes a esconder montes de imundícies. O povo negro da rua caminhava displicente, com lentidão, entrando e saindo das lojas.

A degradação da estrutura urbana, ali, faz parte da paisagem tal como a miséria.

No dia seguinte, do balcão de arranha-céus oitocentista, bellissimo, no Central Park, contemplei, de cima, uma nesga da outra Nova Iorque, a cidade senhorial que sente repulsa pelo formigueiro humano do Harlem e do Bronx. Tão perto e tão longe.

Não é rígida a fronteira entre ambas. Nas transversais das grandes e ricas avenidas do centro de Manhattan vi novamente, como em Fevereiro, dormindo ao relento, dezenas de **home less**, aquela gente da qual Bush diz «não ter casa porque não quer».

O fim do mito

Não subiam ruídos da rua distante. Anoitecia, e o espesso tapete verde do Central Park principiava a ser iluminado por explosões de luz. Era o começo de mais uma noite em Nova Iorque.

Ocorreu-me que há três séculos, quando a Holanda, no auge da sua época de ouro, fundou em Manhattan uma cidade a que foi posto o nome de Nova Amsterdam, havia ainda aldeias índias em volta daquela ilha, vocacionada para se transformar no pulmão de um futuro país — o mais poderoso império que o Homem criou.

Meditei na crise enquanto, em baixo, cintilavam as luzes da cidade. O império americano, como outros, entrou em declínio. No vasto mundo há quem não se tenha ainda apercebido dessa evidência. Mas os americanos lúcidos, esses percebem que esta crise é diferente de todas as anteriores. Não é de crescimento — assinala uma viragem. A perda da esperança é mais grave do que os efeitos da recessão.

Para onde vão os EUA? — perguntava-me, ao acompanhar o movimento das sombras e luzes sobre as árvores de Central Park.

Nas décadas de fastígio, os EUA apresentaram-se ao mundo como nação-modelo. O ufanismo assentava em bases muito frágeis. Hoje, um amplo sector da **intelligentsia** — é o caso do escritor Norman Mailer — nega que o **melting pot** tenha dado origem a uma nação real. Alguns não acreditam que ela venha a formar-se; admitem que a oportunidade se perdeu quando a meta parecia próxima.

Terão os EUA criado aquilo a que Fernand Braudel chama uma civilização? É duvidoso. O **american way of life** marcou uma época, foi modelo para muitos povos, despertou inveja e inspirou imitadores. E, contudo, entendido o conceito de civilização como conjunto de características que a vida colectiva de uma sociedade apresenta, o modelo norte-americano entrou em processo de decadência antes de se definir plenamente. Apesar disso, houve um momento em que, sobretudo na Europa, se acreditou que os EUA haviam criado **uma civilização** capaz de se estender à Terra inteira. Pura utopia.

A América do sonho ficou pelo caminho, inviabilizada pelos actos dos homens e as realidades da História. O ainda colossoal poderio da República norte-americana não pode esconder o malogro do projecto ambicioso ideado pelos fundadores dos EUA e retomado por toda uma cadeia de presidentes, de Jefferson a George Bush, passando pelos dois Roosevelt e por John Kennedy.

Neste findar do século XX, os intelectuais norte-americanos são os primeiros a investir contra o mito estilizado da nação predestinadas.

Paradoxalmente, o desmoronamento do socialismo na Europa coincidiu com a tomada de consciência de que o capitalismo monopolista está em crise no seu mais poderoso baluarte e não tem condições para abrir ao Homem as portas do paraíso.

(1) «El fenomeno Clinton», Guillermo Castro, in «El Dia Latinoamericano», México, 13 de Julho de 92.

(2) Os números citados foram extraídos de várias publicações norte-americanas e do Relatório «Struggle against the economic crisis», de Gus Hall, apresentado à Convenção Nacional do Partido Comunista dos EUA e editado em Nova Iorque em 5 de Dezembro de 1991.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Mas que grande!

Diga lá, senhor Macedo,
diga lá, se faz favor,
então você é ministro
ou jovem agricultor?

Diga lá, senhor Macedo,
diga lá, senhor doutor,
então você é ministro
ou jovem agricultor?

Diga lá, senhor Macedo,
financista de valor,
então você é ministro
ou jovem agricultor?

Diga lá, senhor Macedo,
his master's voice a primor
então você é ministro
ou jovem agricultor?

Mas que grande financista!
Mas que grande agricultor!
Mas que grande cavaquista!
Mas que grande comedor!

João Brincalhão

O João escreveu um calhamaço
(quem o pagou, sei lá,
maus juízos não faço...
... logo se saberá)
onde mostra com grande estardalhaço
a sua presidência da Europa.

Está a gozar com a tropa?
Está a brincar com o Zé?
É joguinho? É tolice? É a pança cheia
de vaidade europeia?
Vá lá saber-se o que é...

Brinca, com o teu livrinho.
Brinca, sim, com certeza.
Brinca com o teu joguinho
Joazinho.

(Que tristeza...)

Em que ficamos?

Eu cá, de economismo, não sei nada.
Só de rimas entendo — e mesmo assim!
Mas há coisas que a mim
me fazem a impressão mais desgraçada.

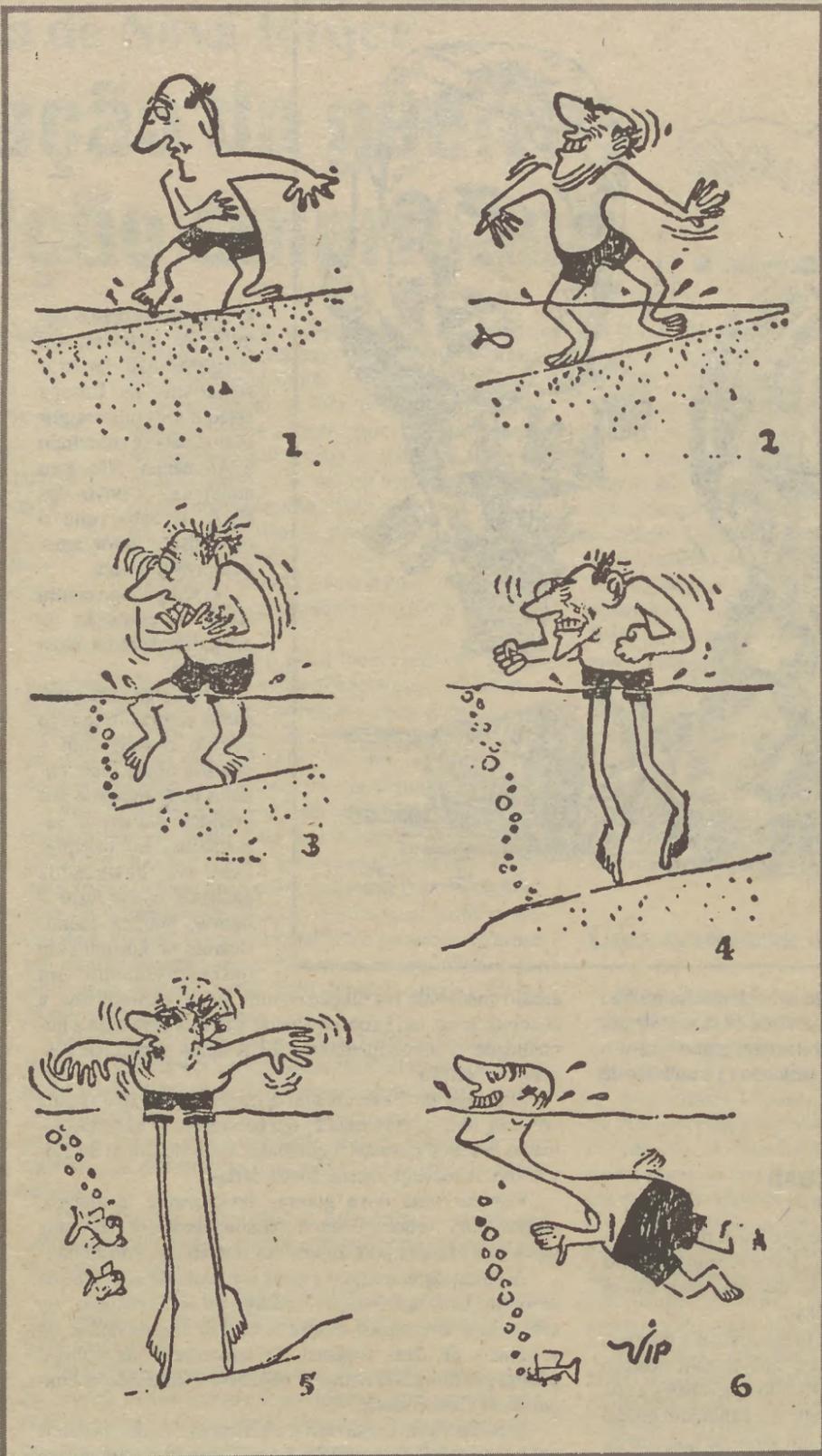
Eu explico, eu explico. Diz a imprensa
que a Bolsa está à beira do abismo
o sinal de uma imensa
desconfiança, e medo e pessimismo.

E no entanto Cavaco tece loas
à sua genial governação:
perspectivas são boas
tudo a bem da nação...

Se lavra o pessimismo mais profundo
e é boa a perspectiva anunciada
que valor as palavras têm no mundo
a si próprias contrário, na jangada?

Aqui está, minha gente
o que me faz a mim, pobre inocente,
uma impressão danada.

■ IGNOTUS SUM



Capitações

Bracinha Vieira, secretário de Estado dos Recursos Educativos, fez publicar um despacho no «Diário da República» estabelecendo os «parâmetros para a acção escolar no próximo ano lectivo». Com o objectivo implícito de fazer pagar o que antes se não pagava, o despacho vem dizer que tais medidas servem a «igualdade de oportunidades aos acesso e sucesso educativos», afirmando por outro lado que as desigualdades nos planos socioeconómico, cultural e de saúde são as causas do insucesso... Como uma medida cavaquista nunca vem só, recordamos aquela espantosa que faz «passar» de ano todas as crianças até ao 9.º, sem avaliações. É claro que quem tem mais dinheiro — e mais acesso à cultura e ao saber — terá as maiores possibilidades de passar depois, quando as avaliações vierem a ser feitas nos anos superiores. É como se o Governo pretendesse varrer o insucesso escolar para debaixo do tapete. Terão acesso às fases superiores do ensino aqueles que tiverem dinheiro para

custearem, particularmente, as despesas de um saber que o Estado não terá mais obrigação de lhes colocar à disposição, até porque se demite das «capitações» inventadas por Bracinha, instituindo níveis e parâmetros para pagar, são de novo os que recebem menos pelo seu trabalho quem está condenado a saber menos, também.

Impugnação

À medida que a data das eleições em Angola se aproxima, multiplicam-se artificialmente os factores de entrave ao processo. Daniel Chipenda, ainda há pouco membro do Comité Central do MPLA, não teve meias medidas — pretende impugnar as candidaturas de José Eduardo dos Santos e de Savimbi, com o pretexto de que ambos são generais do activo das FAPs e da Unita. Espertíssimo, o gabinete jurídico da candidatura de Chipenda afirma que tanto um como o outro dos candidatos são «militares ilegais» e «ilegalmente presidentes» do MPLA e da UNITA. De facto, só um «ex» como Chipenda poderia concorrer...

Memórias e dinheiro

Diz-se por aí que a BBC vai transmitir pela TV as memórias da senhora Thatcher, tendo obtido desta os direitos exclusivos para uma série de quatro episódios de 50 minutos cada, a difundir no próximo ano.

A série já tem nome — «Thatcher, os Anos de Downing Street». E um projecto — entrevistas exclusivas da senhora e dos seus amigos e inimigos.

Thatcher vai revelar o que lhe aprouver sobre os 11 anos que passou à frente do governo britânico e sobre o que lhe aconteceu nos finais de 1990, quando foi forçada a demitir-se.

Amigos e inimigos estão, pois, de sobreaviso. A «Dama de Ferro», porém, não tem de se queixar. Se quanto à televisão apenas se sabe que vai receber uma «soma substancial», quanto ao contrato que celebrou com uma editora para publicar as suas memórias, irá receber quase um milhão de contos.

Que se queixem os desempregados britânicos.

frases da Semana

“Se não houver uma solução diplomática e o mundo pensar seriamente em enviar uma força de ocupação, então deve estar preparado para uma longa permanência. Eu diria os próximos 20 anos — e, mesmo assim, quem sabe o que vai acontecer depois de eles partirem?”

☛ (General Lewis Mackenzie, antigo comandante das forças de manutenção da paz na ex-Jugoslávia — «Público», 8.08.92)

“Há muitas empresas em Portugal que há muito deveriam ter desaparecido. Só que, como as condições da economia portuguesa não eram as normais de uma economia de mercado, havia quem “sobrevivesse” não pagando contribuições à Segurança Social e não pagando energia eléctrica. E como a lei das falências não funcionava, havia dificuldade em fazê-los sair do mercado.”

☛ (Mira Amaral, ministro da Indústria — «Expresso», 8.08.92)

“É provável que, na “retrée”, Portugal acorde — e se desvaneça este sentimento de insegurança e orfandade.”

☛ (José António Saraiva — «Política à Portuguesa» — «Expresso», 8.08.92)

“O autor parte este fim-de-semana para férias, com a esperança de que a ausência desta coluna nas próximas quatro semanas não contribua para o sentimento de orfandade dos leitores.”

☛ (idem)

“Ieltsin equivale a Spínola em 25 de Abril e Gorbachov representou um Marcelo Caetano.»

☛ (Cardoso e Cunha, comissário europeu — «Expresso», 8.08.92)

“Geralmente, quando uma Federação obtém êxito, o Governo está sempre por perto; quando não tem, o Governo mantém-se longe.”

☛ (Fernando Mota, director técnico nacional de atletismo — «Diário de Notícias», 11.08.92)

“Não há desporto escolar e o pouco que existe não tem articulação com o desporto federado. Este ano, não houve subsídios para a criação de formadores.”

☛ (idem)

“Quatro anos após Seul, onde estão os programas integrados para o desporto? E as grandes nave?”

☛ (idem)

“O Governo cumpriu.”

☛ (Conto dos Santos — «Semanário», 8.08.92)

EXP '92

SEVILLA

EXCURSÃO 2-3-4-5/OUTUBRO

1º DIA – LISBOA/MONTE GORDO

– Partida às 14 horas do CT Vitória: Auto-Estrada do Sul. Continuação da viagem por Alcácer do Sal, Ourique, Ferreiras, Monte Gordo. Alojamento.

2º e 3º DIAS – MONTE GORDO/HUELVA/SEVILHA/MONTE GORDO

Partida para Sevilha às 8 horas. Chegada às 10 horas. Entrada no Recinto da Expo/92. Dia livre para iniciativas individuais. As 23.15 horas partida para Monte Gordo. Chegada ao alojamento à 1.00 hora.

4º DIA – MONTE GORDO/LISBOA

– Regresso às 13.45 horas. Chegada prevista às 19.30 horas.

PREÇO POR PESSOA

- C/1 Entrada na Expo/92..... 29 500\$00
- C/2 Entrada na Expo/92..... 35 300\$00

O preço inclui:

- Transporte em moderno Autocarro de Turismo com ar condicionado até ao local da Expo/92 e regresso;
- Alojamento no Hotel Bala de Monte Gordo.
- Pequenos-almoços;
- Entrada (1 ou 2 bilhetes conforme a opção) para a Expo/92, nos 2º e 3º dias;
- Visita à cidade de Sevilha.

Excursão a Ceuta

3 dias

25, 26 e 27 de Setembro

1º dia - Lisboa (saída do CT Vitória)
Algeciras

2º dia - Ceuta

3º dia - Regresso
(passagem por Sevilha,
Badajoz, Estremoz)

Preço por pessoa: 25.500\$00

(incluindo viagem, alojamento em Hotel em regime de 1/2 pensão, jantar do 1º e 2º dias)

- Excursões promovidas pela Organização Cidade de Lisboa
- Inscrições nas Zonas e Sectores e no CT Vitória - Tel. 3562715

EXCURSÃO A CUBA

promovida pelo CPPC

15 dias - 17/9 a 1/10

Esc. 195.000\$00

Viagem de avião Lisboa-Havana-Lisboa
Pensão completa em hotéis de 3 e 4 estrelas
Transportes internos

Visitas às regiões de Havana, Cienfuegos e Varadero

com o apoio do Movimento Cubano para a Defesa e Soberania dos Povos

Inscrições até 15 de Agosto no CPPC
Tel. 3863375/6 - Fax 3863221

Agenda



Há trabalho para todos na construção da Festa

As pinturas já começaram

Prossegue no terreno o trabalho de edificação das estruturas e dos pavilhões da 14ª Festa do «Avante!». Faltam apenas três fins-de-semana para o início da maior iniciativa política e cultural que tem lugar no nosso país, construída com o contributo determinante de milhares de comunistas e não comunistas, homens e mulheres, jovens, maduros ou idosos, com mais ou menos cabedal para os esforços, mas todos com imensa generosidade e abnegação.

As imagens que aqui publicamos mostram que o trabalho avança. É necessário, no entanto, reforçar a participação, quer nos pavilhões das organizações regionais, quer nas tarefas centrais. São especialmente necessários, nesta fase, electricistas, montadores de estruturas, soldadores e carpinteiros. Mas há muito mais que fazer, quer para quem se dispõe a ser trabalhador indiferenciado, quer para quem (como muitas mulheres têm feito em anos anteriores) prefere pegar no rolo e nas trinças para colorir as muitas paredes que já se erguem na Quinta da Atalaia. Há trabalho para todos!



Noites do Vitória

Música ao Vivo
à sexta-feira
no Terraço

Esta semana:
«Cavalinho» da S.F.U.C.O. dos Olivais

Televisão

Quinta, 13

Canal 1

07.40 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 O Canto do Veado
11.00 Filhos do Sol
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Azimutes
14.00 Brinca Brincando
14.35 Polícia por Conta Própria
(ver «Filmes na TV»)
16.10 O Matulão
17.00 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Chefe, Mas Pouco
22.00 A Última Ambição
23.30 Notícias
23.45 Remate
00.05 Bandidos da Falange

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona Perigosa
12.25 Curso de Francês
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Mary Tylor Moore Show
15.20 Recreio do 2
17.30 Grandes Desastres
18.05 Francofolia
18.35 A Ilha das Bruxas
19.25 O Mundo nos Anos 30
20.10 Música no Dois
21.00 Jornal das Nove
21.45 Volta a Portugal em Bicicleta
22.00 Lendas da Guitarra
23.00 O Destino Bate à Porta
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 14

Canal 1

07.40 Ciência, Que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 O Canto do Veado
11.00 Filhos do Sol
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Natural World
14.35 Katherine
16.10 Matulão
17.05 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Academia de Criminosos
(ver «Filmes na TV»)
23.20 Alô, Alô
23.50 Notícias
00.05 Remate
00.35 S.O.S. Palhaços Assassinos
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.25 Curso de Inglês
12.40 Animais de África
13.15 Gerações
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Mary Tylor Moore Show
15.25 Recreio do 2
16.45 Bursucos
17.30 Grandes Desastres
18.05 Francofolia
18.35 A Ilha das Bruxas
19.25 O Mundo nos Anos 30
20.10 O Melhor Investimento
21.00 Jornal das Nove
21.45 Volta a Portugal em Bicicleta
22.00 Mar e Terra
22.50 A Boca do Lixo
23.55 Rotações
01.00 Tudo Vai Bem

Sábado, 15

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
10.00 Missa
11.00 Canal Jovem

13.00 Notícias
13.15 Luta Livre Americana
14.00 A Flecha Negra
14.30 Marés Vivas
15.20 Rochford em Concerto
17.10 O Regresso dos Três Mosqueteiros
(ver «Filmes na TV»)
18.50 O Irlandês
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.35 Casa Cheia
22.20 Araponga
23.10 O Lado Oposto da Lei
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 À Descoberta do Homem
09.30 Blues do FM
10.15 Paulo Moura
11.00 Um Eléctrico Chamado História
11.30 Forum Musical
13.00 Agarra o Dois
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.30 Vida a Vida
19.50 Estádio (II)
23.30 Lampião e Maria Bonita
00.45 As Teias da Lei

Domingo, 16

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Amigos e Irmãos
13.40 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.30 Top +
15.25 Perri
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Carol Burnett
17.40 A Estrada da Lei
18.35 Elvis Presley - As Grandes Actuações
20.00 Jornal de Domingo
20.50 Araponga
22.15 Domingo Desportivo
23.00 A Romana

Canal 2

08.00 Caminhos
09.00 Novos Horizontes
10.00 O Desafio do Mar
11.00 Regiões Magazine
12.00 Agarra o Dois
12.45 Troféu
18.45 As Aventuras da Liberdade
19.45 Pai de Filhas
20.45 Especial Desporto
21.00 Nós Dois
21.35 Artes e Letras - «John Le Carré»
22.30 Reencontro de Campeões
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Tauromaquia

Segunda, 17

Canal 1

07.30 Ciência, que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 P. Strand, Mestre da Fotografia
10.30 Filhos do Sol
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Um Oceano de Sonhos
14.00 Brinca Brincando
14.30 Prisão Injusta
(ver «Filmes na TV»)
16.00 O Matulão
17.00 Brinca Brincando
17.30 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.25 Jogos sem Fronteiras
22.45 O Sedutor
23.30 24 Horas
00.05 Remate
00.15 Os Carros que Devoraram Paris
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.30 Curso de Alemão
12.45 Austrália Selvagem

13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha! (I)
15.00 Ma'ry Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
16.30 O Cavalo de Fogo
17.00 Destino América
18.00 Francofolia
18.30 A Ilha das Bruxas
19.30 Dramazine
20.00 Rod Stewart (I)
21.00 Jornal das Nove
22.00 A Geração de 60
22.45 Teatro: «Inverno 46»

Terça, 18

Canal 1

07.30 Ciência, que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 P. Strand, Mestre da Fotografia
10.30 Filhos do Sol
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
15.00 O Bando de Murdock
(ver «Filmes na TV»)
16.00 O Matulão
17.00 Brinca Brincando
17.30 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.15 Jogo Limpo
22.15 Primeira Página
23.15 Uma Vida dos Diabos
23.45 24 Horas

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona Perigosa
12.30 Curso de Francês
12.45 Austrália Selvagem
13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha!
15.00 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
17.00 Estrelas
17.30 Tribunal de Juri
18.00 Francofolia
18.30 A Ilha das Bruxas
19.30 Cinemazine
20.00 Rod Stewart (II)
21.00 Jornal das Nove
22.00 Os Tarados de Sherwood
22.30 Estrela do Norte
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Pop Off

Quarta, 19

Canal 1

07.30 Ciência, que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 P. Strand, Mestre da Fotografia
10.30 Filhos do Sol
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.30 Perseguição
(ver «Filmes na TV»)
16.00 O Matulão
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.30 O Protesto
(ver «Filmes na TV»)
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.30 Curso de Inglês
12.45 Austrália Selvagem
13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha!
15.00 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas
17.30 Design
18.00 Francofolia
18.30 A Ilha das Bruxas
19.30 O Mundo dos Anos 30
20.00 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
22.00 Music Hall
23.45 Sinais do Tempo
00.45 Amores Difíceis

Filmes na TV



Lana Turner e John Garfield, em «O Destino Bate à Porta»

Polícia por Conta Própria «The Hunted Lady», (EUA/1977). Realização de Richard Lang. Interpretação de Donna Mills, Lawrence Casey, Robert Reed, Will Sampson, Andrew Duggan, Alan Feinstein. Cor, 92 minutos.

Uma agente da polícia de Los Angeles é inadvertidamente apanhada nas malhas de um crime de que não foi autora e, ainda por cima, vê-se obrigada a escapar à perseguição movida pelos próprios colegas, convencidos da sua culpabilidade, e pelo verdadeiro culpado, que pretende silenciá-la. Um telefilme sem nada de especialmente interessante a recomendá-lo.

Quinta, 14.35, Canal 1

O Destino Bate à Porta «The Postman Always Rings Twice», (EUA/1946). Realização de Tay Garnett. Interpretação de Lana Turner, John Garfield, Cecil Kellaway, Hume Cronyn, Leon Ames, Audrey Totter, Alan Reed. P/B, 107 minutos.

Cronologicamente a terceira de quatro adaptações do romance de James M. Cain - as restantes pertencendo a Chenal (1939), Visconti («Osessione» - 1952) e Rafelson (1980) - «O Destino Bate à Porta» é um ponto alto da programação cinematográfica desta semana. Embora enfrentando, à data, inúmeros problemas com os mecanismos de censura do Código Hays, o argumento de Harry Ruskin e Niven Busch pode não ser tão fiel à história original como o que ficou a dever-se à pena de David Mamet para a versão de 80, mas deu origem a um filme incomparavelmente superior. Em plena época da Depressão, Frank Chambers, um desempregado, aceita um lugar de empregado de balcão travando conhecimento com Cora, a mulher do dono do café que o empregara, e tornando-se seu amante. Esta, farta do frustrado casamento, leva Frank a matar o marido, mas a vida em comum é assaltada por mútuas desconfianças. Decidindo começar tudo de novo, regressam à praia onde se haviam conhecido mas, de regresso a casa, Cora morre num

acidente do automóvel e Frank, acusado pela polícia de ter assassinado para usufruir do seguro de vida, é preso e condenado à pena máxima. Duas grandes interpretações de Lana Turner e John Garfield, num poderoso drama de intensa carga erótica e sensual que, ao mesmo tempo, retrata com crueza o contexto de crise social e económica que é o seu pano de fundo. A confrontar com a obra de Visconti, já anunciada para breve.

Quinta, 23.00, Canal 2

Katherine

«Katherine», (EUA/1975). Realização de Jeremy Kagan. Interpretação de Art Carney, Sissy Spacek, Henry Winkler, Julie Kavner, Jane Wyatt, Hector Elias. Cor, 93 minutos.

Um desconhecido telefilme, com ressonâncias políticas, que as referências apontam como muito acima da costureira mediania, e que nos revela uma espantosa Sissy Spacek em início de carreira, ao que parece como protagonista da história de uma «jovem idealista» que, radicalizando-se progressivamente no confronto com as contradições da sociedade, se transforma numa violenta «terrorista». Misto de ficção e documentário, é capaz de merecer a visão, mas nunca fiando...

Sexta, 14.35, Canal 1

Academia de Criminosos «Disorganized Crime», (EUA/1989). Realização de Jim Kouf. Interpretação de Hoyt Axton, Corbin Bernsen, Ruben Blades, Fred Gwynne, Ed O'Neill, Lou Diamond Phillips. Cor, 97 minutos.

Um quarteto de criminosos profissionais é convocado pelo chefe para a concretização do «plano perfeito» do assalto a um banco. Apesar de o chefe entretanto ser preso, os quatro decidem prosseguir com o plano, mas este, como o próprio título do filme deixa supor, vai completamente por água abaixo. Trata-se de uma comédia menor, cheia de lugares comuns e sem qualquer centelha, projectada numa hora que merecia

bem melhor. Uma imagem da «nova» RTP que nos prometem para o Outono...

Sexta, 21.30, Canal 1

S.O.S. Palhaços Assassinos

«Killer Klowns From Outer Space», (EUA/1988). Realização de Stephen Chiodo. Interpretação de Grant Cramer, Suzanne Snyder, John Allen Nelson, Royal Dano, John Vernon, Michael Siegel, Peter Licassi. Cor, 82 minutos.

Inflação de efeitos especiais de segunda categoria, extraterrestres disfarçados de palhaços e sedentos de sangue, misto oportunista de comédia e filme de terror, este produto é bem o espelho da palhaçada e do nível rasteiro a que chegaram as madrugadas de cinema das sextas-feiras na RTP, freneticamente antecedendo a concorrência das privadas. A evitar, pois claro!

Sexta, 00.35, Canal 1

A História dos Miniver

«The Miniver Story», (EUA/1950). Realização de H. C. Potter. Interpretação de Greer Garson, Walter Pidgeon, Cathy O'Donnell, John Hodiak. P/B, 100 minutos.

A não confundir, naturalmente, com o famoso «A Família Miniver», de William Wyler, rodado nos EUA em 1942, em plena II Guerra Mundial. Aqui estamos perante a sequência daquele, agora rodado em Inglaterra e dirigido por H. C. Potter. Uma família da classe média inglesa confronta-se, no pós-guerra, com os dramas da reconstrução de um país devastado e da impossível reconstrução do universo familiar. Sem atingir a carga emocional e a qualidade cinematográfica que o primeiro filme alcançara, este ainda tem, mesmo assim, um brilhante suporte nas interpretações de Greer Garson e Walter Pidgeon.

Sábado, 14.00, Canal 2

O Regresso dos Três Mosqueteiros «The Return of The Muske-

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Batman Regressa	★★★★	—	★★★
B Casablanca	★★★★	—	★★★★★
C Mentos que Britham	★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Tim Burton — **Aha/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/7** (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15), **Fonte Nova/2** (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), **São Jorge/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Michael Curtiz — **King Triplex/1** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Jodie Foster — **Citycine** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

mentos do «Bambi» com excelentes imagens ao estilo dos grandes documentários sobre a Natureza. A produção cuidada e a habitual capacidade do «género» para gerar emoções no espectador, tornam porventura este filme num agradável entretenimento para a tarde de Domingo.

Domingo, 15.24, Canal 1

Reencontro de Campeões «That Championship Season», (EUA/1982). Realização de Jason Miller. Interpretação de Bruce Dern, Stacey Keach, Robert Mitchum, Martin Sheen, Paul Sorvino, Arthur Franz, Michael Bernosky. Cor, 105 minutos.

Jason Miller, o realizador deste filme, escreveu o argumento a partir de uma sua peça teatral que obteve imenso êxito e foi, aliás, galardoada com o Prémio Pulitzer. É a história de uma equipa de basquetebol universitária que realiza mais um encontro anual de confraternização. De entre os velhos companheiros, um é hoje candidato a presidente da câmara e procura o apoio da «equipa» para a sua campanha, que atravessa um momento de crise. Mas a coesão já não é a mesma de há 24 anos atrás e os golpes sujos do jogo da política não ajudam... Um filme cuja eficácia curiosamente se revela bem inferior à da peça, com um bom naipe de intérpretes a dar corpo a personagens sem a mesma consistência dramática.

Domingo, 22.30, Canal 2

«Prisão Injusta» «Killing Stone», (EUA/1978). Realização de Michael London. Interpretação de Gil Gerard, J. D. Cannon, Jim Davis, Matthew Labreux, Corinne Michaels, Nehemiah Persoff. Cor, 100 minutos.

Episódio-piloto para uma série de televisão, este telefilme, produzido e realizado pelo inefável Michael London, é um produto menor cujo argumento foca o itinerário de um escritor injustamente condenado que, após dez anos de prisão, se vê compelido a descobrir o verdadeiro assassino do filho de um senador.

Segunda, 14.35, Canal 1

Os Carros que Devoraram Paris «The Cars That Ate Paris», (Austrália/1974). Realização de Peter Weir. Interpretação de Teery Camilleri, John Leillon, Melissa Jaffa, Kevin Miles. Cor, 91 minutos.

Havia Paris (França) e Paris (Texas), ambas com grande queda para o cinema, por sinal. Agora surge Paris (Austrália), uma pequena cidade de província revelada por um cineasta de renome - Peter Weir - ele próprio revelado, a partir deste filme, à comunidade cinéfila internacional. É naturalmente que o desconcertante e estranho título deste filme é bem característico do cinema incómodo e angustiante que Weir teria para nos oferecer a partir daí. Trata-se, ao que parece, de uma parábola sobre as ameaças que, perante a nossa inadvertência

e distração, pairariam sobre o nosso mundo quotidiano: dois jovens irmãos à procura de emprego são protagonistas de um acidente de automóvel que vitima um deles. O outro, depois de recuperado do acidente, aceita o emprego de guarda dos parques de estacionamento. Mas as tensões avolumam-se entre ele e os outros jovens que tinham por hábito acelerar e parcar por onde lhes desse na real gana, em carros construídos a partir das peças provenientes de estranhos e coincidentes acidentes de viação na mesma área da cidade - tudo culminando com o saque à pequena cidade e um final aterrador e violento... A descobrir...

Segunda, 00.15, Canal 1

O Bando de Murdock «Murdock's Gang», (EUA/1973). Realização de Charles S. Dubin. Interpretação de Alex Dreier, Janet Leigh, Murray Hamilton, William Daniels, Harold Gould, Don Knight. Cor, 74 minutos.

No quarto (!) telefilme da semana, uma boa parelha de intérpretes dá corpo a uma comédia vulgar em que um grupo de ex-presos e um advogado expulso da Ordem entram em conflito com um guarda-livros.

Terça, 14.35, Canal 1

Estrela do Norte «Étoile du Nord», (Fr./1982). Realização de Pierre Granier-Deferre. Interpretação de Simone Signoret, Philippe Noiret, Fanny Cottençon, Julie Jézequel, Jean Rougerie. Cor, 120 minutos.

Magnificamente interpretado por Simone Signoret e Philippe Noiret, dois grandes vultos do cinema francês, este filme tem na base do seu argumento um romance de George Simenon: a estranha história de um homem sedutor, de dupla personalidade, que, a bordo de um paquete na sua viagem de regresso a França, proveniente do Egipto, conhece uma bela e aventu-

reira bailarina, de quem se torna amigo e confidente, e acaba mais tarde procurado pela polícia por ter em tempos vendido uma jóia pertence a uma célebre cantora egípcia de quem fora secretário. De notar que algumas das cenas foram dirigidas por Bertrand Tavernier, na impossibilidade temporária do realizador do filme.

Terça, 22.20, Canal 2

Perseguição «Pursuit», (EUA/1972). Realização de Michael Crichton. Interpretação de Ben Gazzara, E. G. Marshall, William Windon, Joseph Wiseman, Jim McMullan, Martin Sheen. Cor, 73 minutos.

Quarta, 14.30, Canal 1

O Protesto «Getting Straight», (EUA/1970). Realização de Richard Rush. Interpretação de Elliott Gould, Candice Bergen, Jeff Corey, Max Julien, Cecil Kellaway, Robert F. Lyons, Jeannie Berlin, John Rubinstein, Brenda Sykes, Harrison Ford. Cor, 124 minutos.

Filme de época, cuja acção se situa após o período de intensa contestação estudantil nos Estados Unidos na década de 60, invocando as poderosas lutas dos estudantes universitários norte-americanos pelos Direitos Cívicos e contra a Guerra do Vietname. A personagem central, a cargo do outrora talentoso e promissor Elliot Gould, é um estudante universitário que, após seis anos de intensa actividade política, tenta agora afastar-se dessa actividade para concluir a sua licenciatura como professor universitário, inevitavelmente entrando em confronto com as suas anteriores convicções e com os seus companheiros de luta de então, entre os quais figura a namorada, excelentemente interpretada por Candice Bergen.

Quarta, 21.30, Canal 1

TEATRO

CASA DA COMÉDIA
R. S. Francisco de Borja, 24, às Janelas Verdes. Tel. 607299. 5.ª, 6.ª e sáb. às 22.00. **GOODBYE SÉCULO 20**, encenação de Fernando Gomes.

TEATRO DA CORNUCÓPIA
Rua Tenente Raul Cascais, 1. Tel. 3961515. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **APANHADOS NO DIVÁ**, de Joe Orton, encenação de Luís Miguel Cintra (até 16/8)

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA
Almada. Tel. 2752175. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **LA MUISICA II**, de Marguerite Duras,

encenação de Marie-France Fernandes (até 23/8)

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO
Largo do Cruzeiro, Estoril. Tel. 4670320. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **ESPECTROS**, de Ibsen, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO S. LUIZ
Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. De 6.ª a 4.ª às 19.30: **UM SUICÍDIO**, de Pepino de Filippo, encenação de Filipe Crawford. 6.ª e sáb. às 21.30: **NÁPOLES MILIONÁRIA**, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (produções da Companhia Teatral do Chiado).

Tempo

Continuação de tempo quente.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 — Rui; Refrear. 2 — Degredar; Rameira. 3 — Chiste; Tonalidade; Acredita. 4 — Ribomba; Garça; Filtrar. 5 — Batráquio; Pós-escrito (abrev.); Cor; Utensílio doméstico; Apelido. 6 — Designação de uma palmeira indiana que produz frutos e folhas comestíveis; Aventura. 7 — Renova; Argumento. 8 — Nome de fruto; Peça metálica terminal de um circuito eléctrico que estabelece ligação por aperto de parafuso. 9 — Preposição; Mistura de gases que constitui a atmosfera; Espécie de pandeiro usado por alguns povos do norte de África; Em partes iguais; Ilha francesa junto de Marselha. 10 — Sair frequentemente à rua; Antiga possessão portuguesa na Oceania; Cura. 11 — Viscera dupla; Criada grave; Página (abrev.). 12 — Palma; Pastava. 13 — Pau cilíndrico que serve para tirar o coágulo às medidas; Delongas.

VERTICAIS: 1 — Do lado direito; Pavor. 2 — Regista; Excessiva. 3 — Depósito para armazenar substâncias sólidas; Mulher de pequena estatura; Governantas. 4 — Alumínio (s.q.); Autorizar; Letra grega. 5 — Botequim; Rio de Portugal; Três (romanos). 6 — Assembleia da República (abrev.); Nome porque é geralmente conhecido o óxido de cálcio; Sufixo de estado. 7 — Chama o touro; Moeda portuguesa em Diu. 8 — Praça pública na antiga Roma; Planta dos Açores semelhante à cenoura. 9 — Pernada; Pão de milho. 10 — Abreviatura usada em música; Falso; Pronome pessoal. 11 — Ofereci; Fala muito; Som. 12 — Era cristã; Quilha do esterno das aves voadoras (pl); isolado. 13 — Sulco que os pedreiros fazem nas pedras para as dividir; Actua; Armadilha. 14 — Penhor; Irritava. 15 — Varreram as brasas do forno; Aca-ricias.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

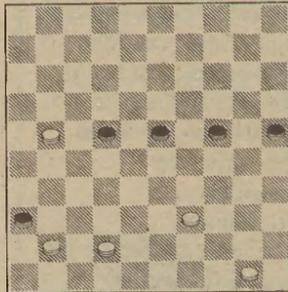
HORIZONTAIS: 1 — Pseudos; Calabre. 2 — Reis; Ru; Om; Uros. 3 — Ervas; Par; Primo. 4 — Aam; Mofar; até. 5 — Ris; Ais. 6 — Ra; Ira; EOA; Ré. 7 — Glosado; Amparos; 8 — Ua; Ode; Air; SS. 9 — Era; Sra. 10 — Mel; Meara; Alo. 11 — Sarem; Lia; Prado. 12 — Idos; Sá; CA; Ages. 13 — Rosados; Agaiara.

VERTICAIS: 1 — Pré; Ergue; Sir. 2 — Será; Alarmados. 3 — Eivar; Aeros. 4 — Usam; Isos; Lesa. 5 — Frade. 6 — Or; Ade; S6. 7 — Supor; Selas. 8 — Afia; Oraí. 9 — Coras; Araca. 10 — AM; Ema; AG. 11 — Cópia. 12 — Aura; Aar; Arai. 13 — Brita; Alaga. 14 — Romeiros; Oder. 15 — Eso; Sesso; Osa.

DAMAS

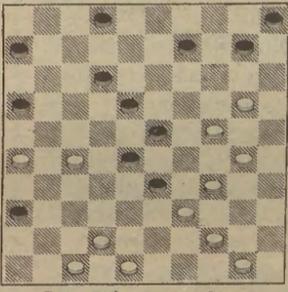
CCCLXVIII
13 de Agosto de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992D065
Por: HENRI CHILAND
Secrets et Merveilles du Jeu de Damas, 1977

Pr.: [5]: 22-23-24-25-36
Br.: [5]: 21-39-41-42-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D066
Por: HENRI CHILAND
Ibidem
Pr.: [12]: 2-5-6-9-10-12-16-18-23-28-33-36
Br.: [12]: 20-24-26-27-30-34-37-39-42-44-47-48-50



Branças jogam e ganham

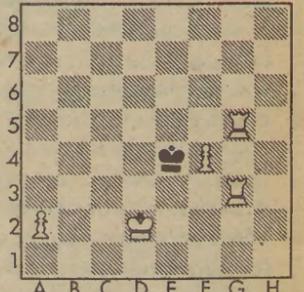
SOLUÇÕES DO N.º CCCLXVIII
N.º 1992D065 [A. Ch.]: 1. 42-38, (36X47 = D); 2. 21-17, (47X44); 3. 17X30, (25X34); 4. 50X30 +
N.º 1992D066 [H. Ch.]: 1. 44-40, (33X35); 2. 47-41, (36X38); 3. 48-43, (38X49 = D); 4. 50X44, (49X29); 5. 24X15, (35X24); 6. 20X7, (2X11); 7. 26-21 +

A. de M. M.

XADREZ

CCCLXVIII
13 de Agosto de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992X065
Por: R. CULLINS
3.º Prémio T. N. S. B., 1939

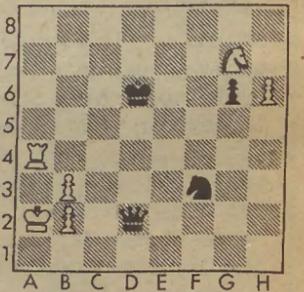
Pr.: Rex Solus; é 4
Br.: [5]: Ps a2, f4 - Ts. g3, g5 - Rd2



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X066
Por: V. & M. PLATOV
Endspielstudien, 1914

Pr.: [4]: Pg6 - Cf3 - Dd2 - Rd6
Br.: [6]: Ps b2, b3, h6 - Cg7 - Ta - Ra2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXVIII
N.º 1992X065 [V. & M. P.]: 1. H7, Dh2; 2. Ch5, D: H5; 3. Ta6+, R67, 4. Ta8 e ganham
N.º 1992X066 [R. C.]: 1. T3g4, Rd4; 2. T65, R64; 3. f5 ++
1. Rf3; 2. f5, Rf2; 3. Tf4++

A. de M. M.

teers», (Gr.Br./Fr./Esp./1989). Realização de Richard Lester. Interpretação de Michael York, Oliver Reed, Frank Finley, Thomas Howell, Kim Cattrall, Geraldine Chaplin, Roy Kinnear, Christopher Lee, Philippe Noiret, Richard Chamberlain. Cor, 97 minutos.

Adequado aos rigores do estio, que todos sofremos, este filme de puro entretenimento é mais uma das inúmeras adaptações ao cinema das aventuras dos Mosqueteiros, saídas da pena de Alexandre Dumas. Desta vez, trata-se de uma co-produção, cheia de aparato e grandiosidade, servida por um inesgotável naipe de intérpretes de nomeada e encenada, a preceito, por um roteirista realizador britânico, especialista nas grandes produções. Com este calor, que mais se poderia exigir?

Sábado, 17.10, Canal 1

O Lado Oposto da Lei «The Lost Capone», (EUA/1990). Realização de John Gray. Interpretação de Adrian Pasdar, Akly Sheedy, Eric Roberts, Titus Welliver, Jimmie F. Skaggs, Martia Ptillo. Cor, 88 minutos.

Mais um telefilme no horário outrora dito nobre... Falam as referências de uma produção para a televisão por cabo norte-americana que retrata a biografia ficcionada de Al Capone em luta contra a lei, personificada por um agente da polícia, seu irmão. Tudo é possível nesta vida...

Sábado, 23.10, Canal 1

Perri «Perri», (EUA/1957). Realização de N. Paul Kenworthy e Ralph Wright. Interpretação de N. Paul Kenworthy Jr., Joel Colman, Walter Perkins, William Ratcliffe, James R. Simon, John P. Hermann. Cor, 72 minutos.

História «dramatizada» da vida de um casal de esquilos na floresta, durante o ciclo das quatro estações. Proveniente dos Estúdios Disney, diz-se que combina ele-

a talhe de FOICE

Amigos

Antes, quando havia problemas, chamavam-se os amigos.

Para dar uma ajuda.

Para resolver o difícil. Para pôr a casa em ordem.

Para empurrar os inimigos. As vezes, só para mostrar.

Os amigos, que eram grandes e poderosos, não eram obrigados, na maior parte das ocasiões, a chegar, eles, a vias de facto. Ajudavam por fora. Forneciam os meios. Levavam as claques.

Raramente se metiam no terreno. Alturas houve em que dirimiam as questões em laboriosa conversa, ou negociação. Traçava-se uma linha, erguia-se um muro, dividiam-se os bens, separavam-se os contendores.

É certo que às vezes os amigos impunham sem ninguém lhes ter pedido nada ou dito água-vai. Os amigos entravam por ali dentro e arrumavam a casa à sua maneira, punham a ordem à sua conveniência, e as coisas ficavam pior do que antes.

Mas, no mundo como era então, o sistema aparecia coerente, sabia-se com quem se podia contar, os riscos que se corria e a quem recorrer em caso de risco.

O mundo estava então dividido em dois e, nessas duas partes divididas havia quem zelasse pela arrumação, pela ordem e pelo sistema.

Eram sistemas diferentes. De um lado, com todos os seus erros, ilusões e contradições tinha-se arrumado — definitivamente, ao que parecia —, a exploração do homem pelo homem. Construía-se — para durar, era o que se acreditava — uma sociedade nova e liberta.

Do outro lado, a ordem era manter a exploração em nome da liberdade, o jogo colonial em nome da responsabilidade, a miséria e a fome em nome da riqueza.

Havia um mundo que avançava, outro que recuava a olhos vistos. Na luta de classes a nível mundial que se desenvolvia, os povos a Ocidente contavam com os amigos do Oriente. Exploradores ameaçados nos seus privilégios contavam com o apoio das amizades ocidentais.

Neste equilíbrio — suportado embora pela corrida armamentista — os conflitos eram muitos, e neles se ia empurrando o passado para trás, e avançando num caminho difícil e dramático. Nesse caminho conquistaram a liberdade e a independência muitos países e povos. Ajudados pelos seus amigos, os vietnamitas derrotaram o imperialismo, apoiados pelos seus amigos alguns povos africanos defenderam as independências arduamente adquiridas, povos houve que resistiram longamente às investidas pagas pelos amigos de antigos opressores. A ingerência do Ocidente, sempre disposta a actuar como gendarme num mundo que desmantelava a velha ordem, somava poucas vitórias. Granada, felizmente, foi um caso raro.

O mundo, porém, desequilibrou-se a Oriente. E as amizades também. Sem peias nem muros que os sustentam, os velhos poderes ocidentais lançam-se a tentarem, nos escombros de uma derrocada, a arrumar a velha ordem da exploração capitalista, traçam novos mapas, ateam fogos para destruir o que era novo e reerguer antigas sujeições.

Já não falam as falas mansas da amizade. Erguem a voz policial sobre o mundo, exigem, ameaçam e punem. Já não negociam, mas impõem. Antigos foruns de concertação e diálogo transformaram-se em câmaras de justiça sumária. Nas Nações Unidas manda o Conselho de Segurança, repetindo, quase unânime, a palavra do dono. O braço da ONU é a NATO. O da Europa é a UEO. Bush ameaça de novo o Iraque, o melfúlo Delors levanta a voz para ameaçar a Sérvia. Todos fecham os olhos à Indonésia. Porque, mesmo assim, há amizades que persistem.

■ LM

Dirigente do PCP na sociedade LISBOA 94

Tomou posse, na terça-feira da passada semana, a administração da Sociedade LISBOA 94, que irá promover a realização de Lisboa - Capital Europeia da Cultura em 1994. Da administração da sociedade faz parte o camarada Ruben de Carvalho, membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP e chefe de redacção do «Avante!».

A Sociedade LISBOA 94 foi constituída depois de a Câmara Municipal de Lisboa ter recusado a nomeação unilateral de Marcelo Rebelo de Sousa para comissário da realização, feita, em Março do ano passado, pelo secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes. A CML nomeou então uma Comissão Muni-

cipal para estudar a situação criada pela acção do Governo de que fazia parte, no quadro da coligação «Por Lisboa», o camarada Ruben de Carvalho.

Marcelo Rebelo de Sousa viria a demitir-se em Junho de 1991 e, em Janeiro do corrente ano, o Governo acabaria por aceitar o figurino elaborado pela Comissão Municipal e adoptado pela CML e que defendia a constituição de uma entidade definida por absoluta paridade entre a CML e o Governo, com capitais equitativamente suportados pela CML e pelo Estado, dirigida por uma administração constituída por igual número de elementos indicados pelo Governo e pelo município e presidida por uma figura de consenso

entre as duas partes.

As negociações conduziram à nomeação de Vítor Constâncio para a presidência da sociedade. Para a administração, a Secretaria de Estado da Cultura indicou os nomes de Simonetta Luz Afonso, Pedro Pinto, Ana Maria Costa Almeida e Maria Manuel Pinto Barbosa, e a CML, no quadro da coligação «Por Lisboa», os de José Carlos Megre, Elísio Sumavielle, Adelaide Rocha e Ruben de Carvalho.

A solução finalmente encontrada para a realização das iniciativas de Lisboa - Capital Europeia da Cultura constitui uma vitória para o município de Lisboa e para a coligação de comunistas e socialistas que a dirige. A presença na

administração da Sociedade LISBOA 94 de um dirigente do PCP traduz a realidade da coligação. Como sublinhou o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, na sua intervenção durante o encontro de eleitos do PCP nos órgãos autárquicos da Cidade de Lisboa, em 19 de Maio passado, «não é de aceitar que alguém pretenda chamar só para o PS o mérito da gestão municipal de Lisboa, quando a gestão não é só do PS, como não é só do PCP, mas da coligação PCP-PS e outros democratas. Nesta coligação, sem menosprezo antes com apreço pelo trabalho dos outros eleitos, destaca-se a competência, dinamismo e eficácia dos eleitos e outros trabalhadores comunistas.»

Verdes vão requerer acesso público ao inquérito do Maranhão

O Partido «Os Verdes» anunciou numa conferência de imprensa que vai «requerer o acesso público» aos documentos em posse da comissão de inquérito parlamentar do desastre ecológico na barragem do Maranhão, «ficando à disposição de qualquer organização ou entidade que queira accionar queixa-crime junto dos tribunais nacionais ou comunitários».

Este partido ecologista qualificou de «irresponsável» a acção do Governo e da administração da barragem no processo de esvaziamento da albufeira do Maranhão, que teve «consequências profundamente desastrosas na estabilidade ambiental, económica e social de uma região que dependia há trinta anos das potencialidades de um

recurso escasso e fundamental para o seu desenvolvimento». Os Verdes sublinham que «apesar dos factos falarem por si, a maioria PSD, que reina na Assembleia da República, branqueou escandalosamente as responsabilidades da administração e do Governo». Recorde-se que este partido abandonou a Comissão de Inquérito Parlamentar recusando-se assim a «pactuar com a elaboração de um relatório fabricado».

No encontro com os jornalistas, Os Verdes deram ainda como «exemplos flagrantes da irresponsabilidade» da política ambiental do PSD a situação dos rios «Alviela, Ave, Lis, Trancão, Vouga e Ria de Aveiro; das áreas protegidas do Gerês, do Paúl do Boquilobo, da Serra d'Aire e Candeiros, de Sintra-Cascais,

da Serra da Arrábida e Ria Formosa; a total ausência de controlo da produção, deposição e tratamento de resíduos tóxicos perigosos, com consequências imprevisíveis para a segurança de pessoas e bens e para a saúde pública».

No balanço que fazem «passados dois anos da publicação do Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Portugal», os Verdes indicam que «o diagnóstico tem-se tornado progressivamente mais negro», enumerando uma série de promessas não cumpridas.

É assim apontada a ausência de regulamentação da legislação sobre a

gestão e qualidade da água, publicada em 1990; a não aplicação do regulamento geral do ruído, devido à inércia de vários organismos, designadamente do Ministério da Indústria; a falta de uma lei quadro para a gestão, defesa e promoção das áreas protegidas.

Os Verdes referem ainda, entre outros, que «continua por aprovar desde há quatro anos a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza», por publicar «o relatório do estado do ambiente e ordenamento do território referente a 1991», por fazer «o mil vezes prometido plano nacional de política de ambiente e ordenamento do território».

ANAFRE suspende formas de luta

A Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) anunciou na terça-feira a suspensão de formas de luta previstas para este mês, entre as quais se incluía o corte de estradas. A decisão foi divulgada pelo presidente da ANAFRE, Manuel Marçal Pina, e coincidiu com o anúncio da realização de reuniões regulares com a associação Nacional de Municípios ANMP, a partir de Setembro.

Nestas reuniões, as duas associações vão discutir a atribuição de competências para as 1410 juntas de freguesia em Portugal, disse Marçal Pina, no final de uma reunião em Lisboa, como o secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do território. Actualmente, as juntas de freguesia só têm competências se as câmaras municipais as transferirem para estas autarquias. A ANAFRE pretende ver consagrada na lei a atribuição de competências próprias e revogar o actual sistema, em que a decisão cabe aos municípios. A Associação na sua reunião com o secretário de Estado conseguiu ainda a promessa de que no futuro serão marcados contactos regulares com o Governo, sempre que estejam em discussão problemas relacionados com as juntas de freguesia.

MDM marca actividades

A Direcção Nacional do MDM, em recente reunião, procedeu ao balanço do seu IV Congresso Nacional, que decorreu nos dias 30 e 31 de Maio, e à calendarização das próximas actividades.

A Direcção Nacional do MDM considerou o IV Congresso um acontecimento importante na vida deste movimento, «expresso, designadamente, na presença de largas centenas de congressistas e convidadas/os, na vivacidade de participação nos diversos debates e na adesão aos apontamentos culturais».

Nos próximos meses, o MDM vai desenvolver acções, com vista:

- à afirmação do seu desacordo pelas propostas de alteração à lei da greve, em discussão na Assembleia da República;

- a uma rápida votação, em Plenário da Assembleia da República, da lei aprovada na generalidade a 8 de Março de 1992, que reconhece o estatuto de parceiro social e o direito a tempo de antena às organizações femininas;

- à apresentação de propostas face às alterações que irão ser introduzidas no Código Penal;

- à regulamentação da lei 6/91 que prevê a protecção às mulheres vítimas de violência.